

25
ANOS

**RELATÓRIO E CONTAS
& SUSTENTABILIDADE**

2014

CASCAIS MAFRA OEIRAS SINTRA

4 Municípios 31 Freguesias 841.073 Habitantes 386.445t RSU/Ano



Silver Member



Empresa Associada

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1. INTRODUÇÃO	8
2. TRATOLIXO, Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M.	11
2.1. Apresentação	12
2.2. Dimensão da Organização	14
2.3. Principais Marcas, Produtos e Serviços	15
2.4. Cadeia de Fornecedores da Empresa	19
2.5. Curriculum Vitae dos Administradores	24
3. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO	28
3.1. Estrutura de Governação	29
3.2. Organização da Empresa	31
3.3. Missão, Visão e Política Integrada	32
3.4. Partes Interessadas	33
3.5. Análise de Materialidade	36
3.6. Riscos e Oportunidades	40
3.7. Infraestruturas existentes e em Projecto	44
3.7.1. Ecoparque da Abrunheira	44
3.7.2. Ecoparque de Trajouce	50
3.7.3. Ecocentro da Ericeira	57
4. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2014	59
4.1. Recepção de Resíduos	59
4.2. Tratamento e Valorização	64
4.3. Consumos e Impactes Ambientais da Actividade	70
4.4. Empreitadas	85
4.4.1. Células de Confinamento Técnico da Abrunheira	85
4.4.2. ETARI da Abrunheira	86
4.4.3. Reabilitação Ambiental do Ecoparque de Trajouce (RAET)	87
4.5. Inovação e Tecnologia	89
4.6. Sistema Integrado de Gestão	91
4.7. Licenciamentos e Requisitos Legais	94
4.8. Monitorização de Processo e Produto	95
4.9. Planeamento e Estratégia	97
4.10. Gestão de Pessoas	99
4.11. Saúde e Segurança no Trabalho	108
4.12. Comunicação e Imagem	112
5. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA	116
6. PERSPECTIVAS PARA 2015	128
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	130
8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	132
9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	194
10. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	197
11. RELATÓRIO DE AUDITORIA	200
12. SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI PARA A OPÇÃO "DE ACORDO" - CORE	205
13. INDICADORES ADICIONAIS	211



25
ANOS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TRATOLIXO

G4-1



João Carlos Dias Coelho

Num ano particularmente difícil e fruto de uma conjuntura económica adversa, ao realizarmos o balanço de 2014 verificamos que este se constituiu como um ano de trabalho intenso, durante o qual conseguimos, com determinação, concretizar um conjunto de objectivos importantes para a empresa.

Desses objectivos, o mais relevante foi, sem dúvida, a obtenção de um acordo de entendimento com Sindicato Bancário, que permitirá repor o equilíbrio da situação financeira da TRATOLIXO e, assim, possibilitar a conclusão de determinadas empreitadas, como a Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI) do Ecoparque da Abrunheira - concluída em Julho de 2014 - e as Células de Confinamento Técnico (CCT) - conclusão prevista para meados de 2016.

Lugar de destaque também para o funcionamento do Ecoparque da Abrunheira, onde, em 2014 entrou

A TRATOLIXO melhorou o seu resultado económico em 2014

“Na avaliação e balanço de 2014, constatamos que se obtiveram importantes conquistas com o reequilíbrio da empresa, construindo uma linha de desenvolvimento sustentável, assente no rigor e no crescimento da cadeia de valor.”

em operação o 3º e último biodigestor da Central de Digestão Anaeróbia (CDA), se iniciou o funcionamento da ETARI e se lançou concurso público para conclusão da empreitada das CCT.

Promovemos ainda o rigor e corte nas despesas e custos, designadamente em Fornecimento de Serviços Externos (FSE) e custos de exploração, através da renegociação de contratos e internalização de serviços que eram antes realizados externamente – tais como a triagem do papel/cartão – facto que nos permitiu alcançar uma poupança bastante significativa.

Por outro lado, foi também possível continuar a manter – e mesmo melhorar – algumas regalias atribuídas aos nossos trabalhadores, como o seguro de saúde, pois preocupamo-nos com as condições de trabalho e estamos atentos às dificuldades económicas que a todos afectam.

O ano de 2014 representou ainda o momento em que se assinalaram 25 anos da data de constituição da TRATOLIXO, a estender no decurso de 2015.

Com tão longo caminho percorrido e evoluções sofridas, como forma de afirmação das políticas de rigor e sustentabilidade com vista à manifestação de carácter e ao ajustamento estratégico do Sistema AMTRES ao PERSU 2020, procedemos à mudança da nossa imagem identificativa, alteração que foi ao encontro da nova maneira de encarar o sector dos resíduos em mudança e no qual a TRATOLIXO tem, em Portugal, uma presença duradoura, estável e segura.

A nossa visão sempre se pautou pela adopção de soluções e caminhos orientados para o desenvolvimento da empresa e equilíbrio da sua situação financeira, desenhando um futuro sustentável ao serviço da gestão e valorização de resíduos, nos princípios de uma economia circular que adoptamos.

Prestamos um serviço público e temos consciência dos impactes que a nossa actividade causa em termos de sustentabilidade, pelo que assumimos um compromisso formal junto dos nossos *stakeholders* – através da nossa Missão, Visão e Política Integrada – em laborar segundo princípios de sustentabilidade, minimizar potenciais efeitos negativos através da melhoria contínua dos processos, promover a economia circular através da potenciação do resíduo enquanto recurso valorizável e contribuir para o bem-estar da sociedade.

E de modo a proporcionar maior transparência do trabalho que realizamos junto dos nossos *stakeholders*,

publicamos mais uma vez o nosso Relatório e Contas & de Sustentabilidade de 2014, o qual reflecte as principais questões materiais identificadas no domínio da sustentabilidade e as nossas perspectivas futuras.

Assim, as prioridades estratégicas da empresa passam, primeiramente, por concluir a negociação com a Banca e desta forma assegurar o financiamento crucial para o reequilíbrio financeiro da TRATOLIXO.

Em 2014, ao invés dos anos anteriores, não foi necessário proceder ao reequilíbrio dos resultados da empresa por parte do Accionista.

Estamos também redesenhar o Modelo Técnico de gestão da empresa, visando a recuperação do Ecoparque de Trajouce, enquadrando as metas definidas no PERSU 2020 para o nosso Sistema.

Para tal, será feita uma aposta na triagem e valorização interna de resíduos – através da implementação de novas linhas de processamento para os fluxos de recolha selectiva e indiferenciada – criação de sinergias com outras entidades ou aposta em unidade dedicada para a valorização das fracções rejeitado das etapas de tratamento desenvolvidas nas instalações da TRATOLIXO – caso dos Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR) – e a minimização do envio de resíduos para aterro, em cumprimento da hierarquia de gestão de resíduos.

Queremos igualmente manter o compromisso assumido para com as normas internacionais de gestão de

sistemas, trabalhando afincadamente para a melhoria contínua do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança nas instalações da TRATOLIXO.

Apostaremos no estabelecimento de canais de diálogo mais fáceis entre os *stakeholders*, fomentando a transparência da informação vinculada.

A nossa visão global para a gestão dos impactes sobre a sustentabilidade assentam além do já mencionado, na obtenção de financiamentos comunitários, de modo a que consigamos requalificar infra-estruturas existentes, designadamente no Ecoparque de Trajouce, no sentido da valorização material e energética dos resíduos, diminuindo, assim, a dependência da empresa relativamente a destinos externos no que concerne ao tratamento dos resíduos recebidos.

Nestes moldes, ambicionamos a redução de custos, em especial do custo de tratamento de resíduos revertido na tarifa praticada junto dos nossos municípios.

A recessão verificada na economia portuguesa teve os seus reflexos na actividade da TRATOLIXO, nomeadamente ao nível da quantidade de resíduos recebidos e consequentemente nos factores de produção e total de resíduos encaminhados para retoma.

Contudo, podemos dizer que no ano de 2014 foram cumpridos os principais objectivos estratégicos definidos pela empresa.

Os resultados económicos foram manifestamente mais favoráveis do que nos últimos anos e resultaram

do aumento da operação internalizada – apesar desta medida só vir a ter reflexos mais visíveis em 2015 e anos subsequentes.

No âmbito do PERSU 2020 e das metas criadas para o Sistema AMTRES, ainda temos que nos esforçar para atingir, nos próximos 5 anos, os objectivos definidos neste Plano.

Em termos de processamento e valorização material de resíduos, a melhoria foi evidente, reflectida nos indicadores de desvio de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) de aterro e na preparação para reutilização e reciclagem, previstos no PERSU 2020.

E esta valorização orgânica deu origem à produção de energia eléctrica – acima das nossas expectativas e aumentando 73 % face a 2013 – que foi injectada na rede eléctrica nacional, contribuindo de forma muito positiva para o aumento dos proveitos operacionais, em cerca de 2.5 M€, reequilibrando os custos de exploração de uma unidade de TMB.

As nossas perspectivas para 2015 passam pela revisão do Modelo Técnico da empresa e, assim, pela adequação do Plano Estratégico de Resíduos para as Áreas dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra (PERECMOS) da empresa ao novo PERSU 2020.

Com o possível aumento de capital e com a candidatura a fundos públicos, esperamos vir a requalificar as infra-estruturas actualmente existentes, algumas com 25 anos no nosso Ecoparque de Trajouce, garantindo

maior eficiência e qualidade do serviço prestado e garantindo uma redução de custos de tratamento de resíduos com a progressiva independência da empresa face ao exterior para a realização deste serviço.

E para a concretização destas perspectivas ambiciosas, continuaremos a contar com o profissionalismo e empenho dos nossos trabalhadores, sem os quais todo o trabalho que é reportado neste relatório não seria possível e cuja mensagem final de apreço e motivação deve merecer o nosso registo.

O Presidente do Conselho de Administração



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho



1. INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A TRATOLIXO tem vindo a evoluir positivamente na forma como efectua a comunicação para o exterior acerca do balanço da sua actividade.

Começou por publicar unicamente esta informação através dos Relatórios e Contas, onde eram apresentados, sobretudo, resultados relativamente a aspectos financeiros e ambientais, bem como o trabalho desenvolvido por cada departamento da empresa. Em consequência da crescente preocupação em abordar todos os pilares do Desenvolvimento Sustentável, em 2009 foi divulgado o primeiro Relatório de Sustentabilidade da TRATOLIXO relativo ao ano de 2008, o qual já considerava algumas linhas orientadoras da *Global Reporting Initiative (GRI)* para a redacção de Relatórios de Sustentabilidade e incluía um conjunto mais completo de informação para análise dos *stakeholders* da TRATOLIXO.

Em 2011 a empresa toma a iniciativa de seguir por completo as orientações da GRI e respectivo sistema de “Níveis de Desempenho”, respondendo pela primeira vez no seu “Relatório de Sustentabilidade de 2010”, a indicadores económicos, ambientais, de direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade e responsabilidade pelo produto, fornecendo, assim, ao público informação mais abrangente sobre o seu desempenho.

Seguindo a tendência que se começava a verificar em termos de comunicação corporativa, em 2014 a TRATOLIXO opta por agregar toda a informação num relatório integrado, apresentando o seu “Relatório e Contas & de Sustentabilidade de 2013”. **(G4-29)** O relatório que agora se apresenta é, portanto, o

segundo Relatório e Contas & de Sustentabilidade da empresa.

Mas mais uma vez, a TRATOLIXO quis ser ambiciosa. Com o lançamento da nova versão das Directrizes GRI e apesar de existir um período de transição para as organizações, a empresa resolveu preparar-se, desde já, para transmitir de forma mais transparente a informação do seu desempenho ao nível da sustentabilidade que é fulcral para o seu negócio e para os seus *stakeholders*.

Assim, este ano a TRATOLIXO irá reportar pela primeira vez o seu Relatório segundo as Directrizes GRI-G4, de acordo com a opção “Core” **(G4-32)** e considerando apenas os aspectos que foram identificados como materiais.

De publicação anual **(G4-30)**, o presente relatório é referente ao ano civil de 2014 **(G4-28)**, abrange toda a empresa e respectivas infra-estruturas e incide apenas na actividade de tratamento de resíduos efectuada nas suas instalações **(G4-18)**, não tendo sido sujeito a verificação de qualquer entidade externa. **(G4-33)**

Este mesmo documento reporta a actividade desenvolvida em 2014 pelas várias áreas orgânicas da empresa, bem como os impactes ambientais, económicos e sociais identificados como materiais através de vários processos devidamente explanados no capítulo sobre Partes Interessadas **(G4-18)**, entre os quais o envolvimento de *stakeholders*.

A redacção do “Relatório e Contas & de Sustentabilidade de 2014” teve, assim, em consideração os Prin-

cípios da Materialidade, da Inclusão de *Stakeholders*, da Abrangência e do Contexto de Sustentabilidade, temas que constam das “Directrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade” da GRI e que a empresa seguiu, de modo a divulgar um documento claro, credível e fácil de consultar. **(G4-18)**

Face ao divulgado em relatórios anteriores, não foram efectuadas alterações ao nível do âmbito e limite dos aspectos aqui reportados. **(G4-23)**

Relativamente à informação relatada, todas as alterações que foram realizadas – métodos de medição, resultados – encontram-se devidamente clarificadas junto dos respectivos indicadores de desempenho.

(G4-22)

Durante o ano a que respeita este relatório não ocorreram mudanças na TRATOLIXO ao nível da sua dimensão, estrutura organizacional, estrutura acionista, localização, operações, estrutura do capital social, cadeia de fornecedores e relacionamento da empresa com a mesma. **(G4-13)**

Sobre este ponto assinala-se apenas uma alteração face ao ano anterior, relativa à reabertura da Central de Triagem (infra-estrutura) para triagem de papel/cartão (operação) e que se encontra devidamente descrita no capítulo associado às Infra-estruturas Existentes e em Projecto.

Este relatório é um documento que está sujeito a uma evolução constante ao longo dos anos.

Quaisquer dúvidas que surjam da leitura deste documento ou contributos para a melhoria da sua redacção podem ser remetidos para a sede da empresa

(G4-5), utilizando os seguintes contactos: **(G4-31)**

TRATOLIXO

Tratamento de Resíduos Sólidos,
E.I.M.

Estrada 5 de Junho, N.º 1 Trajouce
2785-155 S. Domingos de Rana
Telefone: 21 445 95 00
Fax: 21 444 40 30

(G4-5) (G4-31)

Correio eletrónico:
residuos@TRATOLIXO.pt

Internet:
<http://www.TRATOLIXO.pt>

(G4-31)



2. A TRATOLIXO E.I.M.

2 A TRATOLIXO, Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M.

2.1. Apresentação



A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. **(G4-3)** é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos **(G4-7)**, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

No ano de 1980, os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado em 1984. Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%). A TRATOLIXO foi constituída em Julho de 1989, tendo passado a

assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992 .

Em 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o Sistema alcançado a configuração que mantém até hoje. **(G4-8)**

A TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de mais de 840.000 habitantes **(G4-8)** , o que constitui cerca de 8% do total de Portugal. **(G4-6)**

Concelho	População *(hab.)	Capitação (kg/hab.dia)**	Produção RU 2014 *** (t)
Cascais	208.514	1,577	120.045
Mafra	80.247	1,283	37.580
Oeiras	172.556	1,130	71.192
Sintra	379.756	1,137	157.629
Sistema AMTRES	841.073	1,259	386.445

*Estimativa intercensitária do INE referente ao ano de 2013

** Dados de produção relativos a 2014

*** Corresponde à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema



Mercado Geográfico abrangido e localização das infra-estruturas da TRATOLIXO (G4-8)

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos; a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos. **(G4-8)**. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais

e internacionais em vigor para o sector. Com 25 anos de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento. Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais) **(G4-5)**, Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) – com algu-

mas infra-estruturas ainda em fase de construção – e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra). Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RSU e todas as unidades da empresa. A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da

Qualidade – e pela OHSAS 18001 / NP 4397:2008 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e desde 2013, no caso da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira, encontra-se também certificada segundo a norma da NP EN ISO 14001:2004 –

Sistema de Gestão Ambiental. A empresa tendo vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RSU numa óptica de sustentabilidade.

2.2. Dimensão da Organização



Dimensão da TRATOLIXO (G4-9)

2.3 Principais Marcas, Produtos e Serviços

O serviço prestado pela TRATOLIXO bem como os produtos resultantes da sua actividade e as respectivas marcas registadas associadas aos mesmos sistematizam-se do seguinte modo: **(G4-4)**

SERVIÇO :

Tratamento de Resíduos

PRODUTOS :

Materiais; Resíduos e Produtos Recicláveis; Energia

• Materiais:

Papel e cartão, plásticos diversos, embalagens de cartão para alimentos líquidos (ECAL), metais, vidro, madeira.

• Resíduos:

Pneus, pilhas e acumuladores, baterias, resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE's).

• Produtos Recicláveis:

Composto, combustível derivado de resíduos (CDR), estilha.

• Energia:

Energia eléctrica produzida a partir do aproveitamento do biogás do aterro de Trajouce, energia eléctrica produzida a partir do biogás gerado na CDA da Abrunheira.

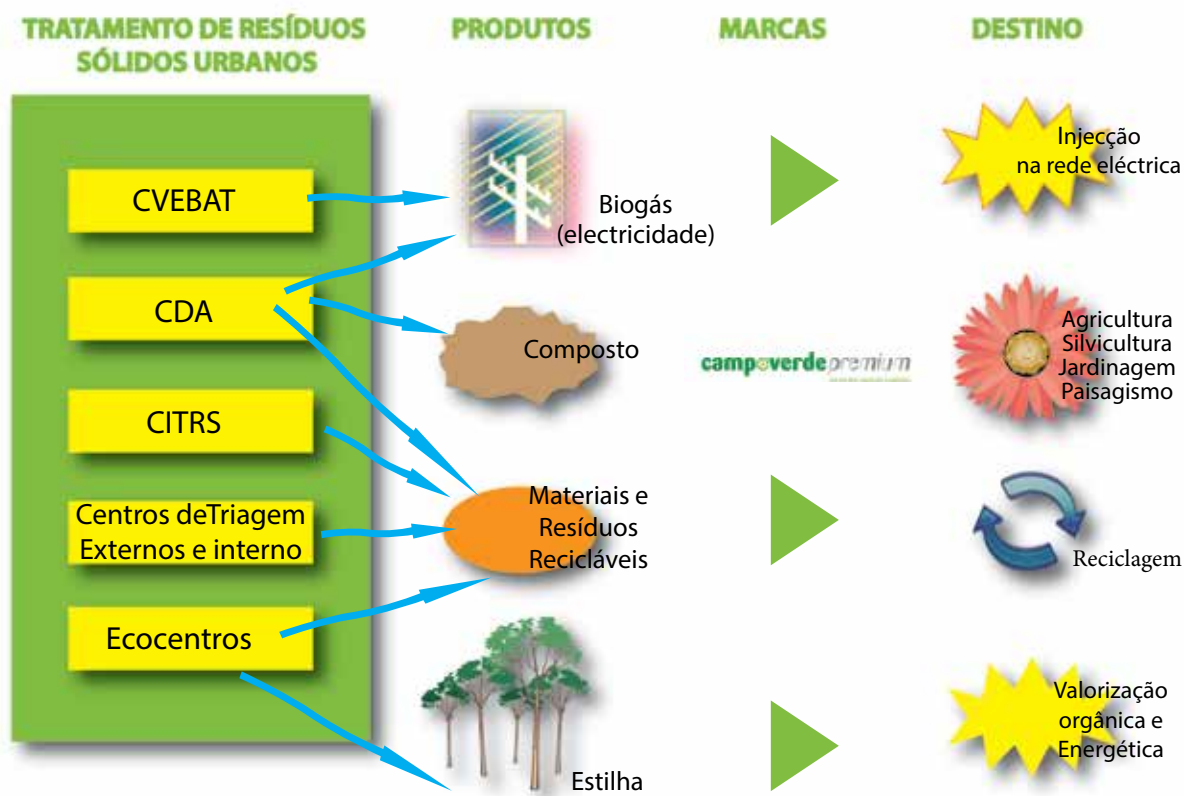
MARCAS REGISTRADAS :

– CAMPOVERDE PREMIUM (Composto produzido na CDA).



campo verde premium
correctivo agrícola orgânico

De cada unidade de laboração fabril saem os seus respectivos produtos para a devida valorização, conforme consta a seguir:



A maioria dos produtos da TRATOLIXO são comercializados através de pedidos de retoma efectuados junto das entidades gestoras de cada fluxo de resíduos.

Dependendo da tipologia, os produtos da empresa são comercializados a granel, em fardos ou acondicionados em paletes.

O composto, os plásticos rígidos, a sucata, o vidro, a madeira em embalagem, os pneus, as baterias, a estilha e o CDR são comercializa-

dos a granel. Os REEE's e as pilhas são retomados em paletes e os restantes materiais recicláveis são enfardados.

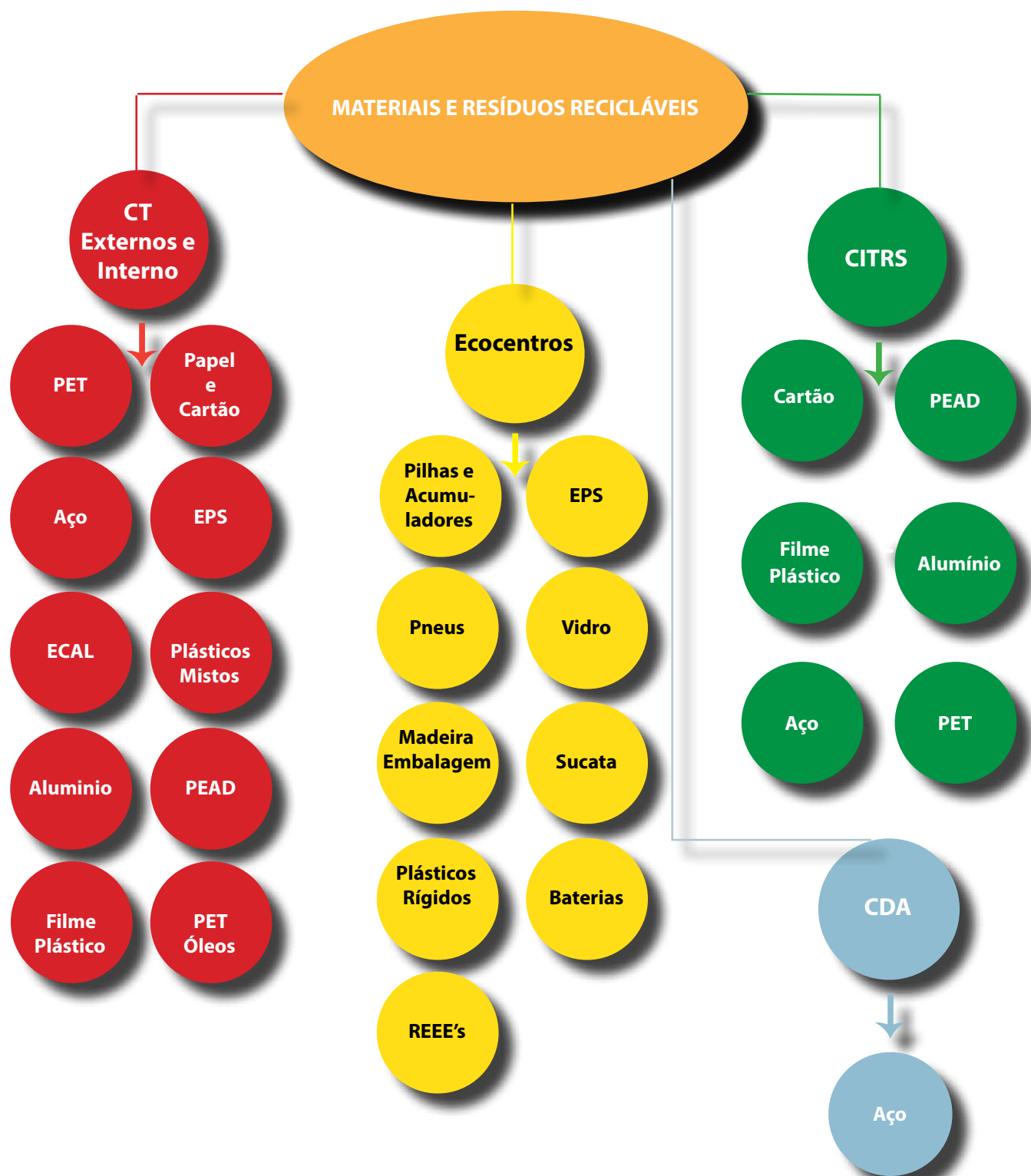
As paletes que auxiliam o transporte dos produtos acima referidos são todas reutilizadas pelo retomador do produto em causa.

Relativamente à recuperação de produtos, esta questão só se coloca para o composto, que devido à sua especificidade nunca foi alvo de situações de devolução. **(G4-EN28)**

Os produtos da TRATOLIXO não são rotulados.

No entanto, no que diz respeito ao composto, a TRATOLIXO rege-se pelo disposto na Portaria n.º 1322/2006 de 24 de Novembro, que no seu Anexo III estabelece as menções de identificação obrigatória em rótulos, etiquetas ou documentos de acompanhamento que devem constar nas matérias fertilizantes colocadas no mercado. Neste âmbito, a TRATOLIXO dispo-

nibiliza ao cliente toda a informação requerida neste requisito legal sob a forma de folheto informativo. **(G4-PR3)**. Do total de produtos da TRATOLIXO, e no respeitante unicamente à categoria dos materiais e resíduos recicláveis, descriminam-se de seguida os produtos resultantes das várias infra-estruturas da empresa.





2.4 Cadeia de Fornecedores da Empresa

A TRATOLIXO enquanto organismo de direito público está sujeita ao Código dos Contratos Públicos (CCP) – Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro – no que diz respeito à aquisição de bens, serviços e empreitadas de obras públicas (EOP).

Para a prossecução da actividade desenvolvida pela empresa no domínio do tratamento de resíduos, torna-se necessário recorrer - em conformidade com a legislação em vigor em matéria de contratação pública - à aquisição de produtos, serviços e EOP durante e a jusante deste processo, sendo que os intervenientes externos desta etapa constituem a cadeia de fornecedores da TRATOLIXO. **(G4-12)**

Durante o processo de tratamento de resíduos, a empresa lida, entre outros com fornecedores de consumíveis (equipamentos, peças, bens, materiais e produtos) utilizados nas actividades fabril e administrativa – alguns dos quais são reportados mais detalhadamente nos indicadores G4-EN1, G4-EN2, G4-EN3 e G4-EN8 – e com fornecedores de serviços de assistência técnica, manutenção e reparações,

aluguer de equipamentos diversos, ensaios e análises técnicas, realização de actividades de engenharia, arquitectura, estudos e projectos, consultoria e artes gráficas.

Decorrente do facto da empresa não ter capacidade nem possuir ainda algumas das infra-estruturas necessárias para proceder ao tratamento da totalidade dos resíduos que são produzidos na sua área de intervenção – nomeadamente infra-estrutura de destino final – atendendo a que o seu objecto de gestão incide no tratamento de resíduos urbanos ou equiparados a urbanos e que a empresa tem também, ela própria, produção de resíduos – alguns dos quais de características não urbanas – torna-se necessário recorrer a fornecedores de serviços de transporte, gestão, tratamento e deposição de resíduos.

Estes últimos constituem-se como fornecedores de serviço a jusante da etapa de tratamento de resíduos efectuada pela TRATOLIXO. Esquematicamente, a cadeia de fornecedores representa-se no esquema da página seguinte. **(G4-12)**

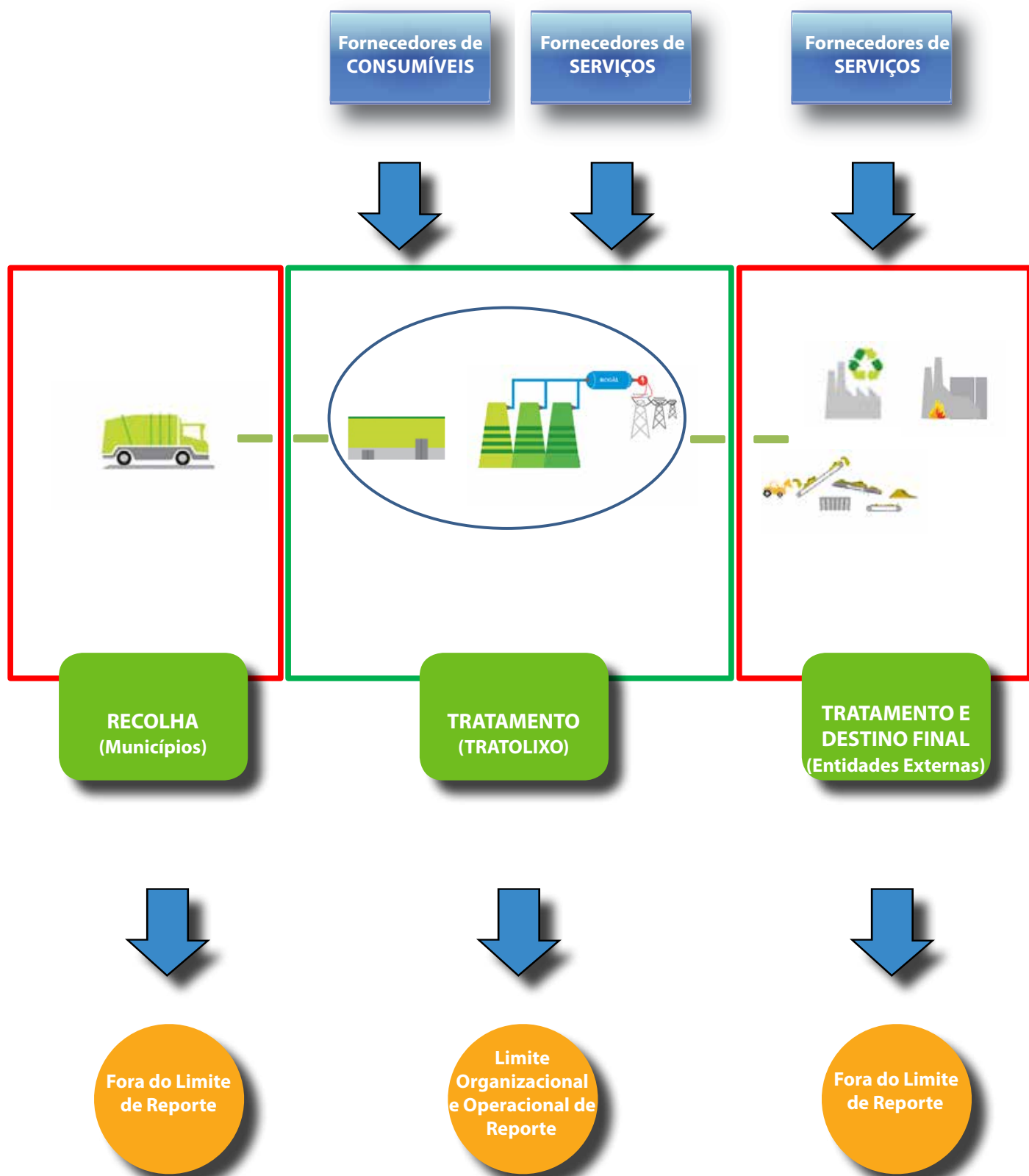
A empresa tinha, em 2014, cerca de 600 fornecedores activos com quem trabalhou com bastante regularidade.

Do seu leque de fornecedores, mais de 90% são nacionais – sobretudo da zona Centro do país para facilitar a entrega dos produtos – e os restantes são de outros países europeus, nomeadamente

Alemanha, Espanha e Bélgica.

Estes tipificam-se em várias categorias, consoante a relação que a empresa tem com eles. Isto porque a empresa possui fornecedores exclusivamente de consumíveis, fornecedores exclusivamente de serviços e fornecedores que são simultaneamente fornecedores de consumíveis e de serviços.

Sendo o leque de intervenientes da cadeia de fornecedores da TRATOLIXO muito vasto, pode-se resumir que estes são sobretudo, por ordem de importância e representatividade face ao total, partes contratadas (entidades externas para a realização do transporte, tratamento e destino final dos resíduos), consultores (serviços de assessoria jurídica, financeira e téc



Representação Esquemática da Cadeia de Fornecedores da TRATOLIXO (G4-12)

nica), distribuidores (fornecimento de peças e bens de consumo), fabricantes (área metalomecânica) e corretores (corretores de seguros). A empresa procura os fornecedores que lhe são economicamente mais vantajosos, pelo que os gastos efectuados a fornecedores nacionais e estrangeiros encontram-se reportados mais adiante no indicador G4-EC9.

Tal como qualquer outra área funcional da empresa, a aquisição de produtos, serviços e EOP junto dos seus fornecedores encontra-se procedimentada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da TRATOLIXO.

Neste sentido e porque a TRATOLIXO é uma empresa certificada, todos os fornecedores são sujeitos a um processo de qualificação prévia, o qual se baseia no preenchimento de uma folha de requisitos preenchida pelo próprio fornecedor e devidamente assinada e carimbada.

Esta folha de requisitos inclui um conjunto de questões – tais como a existência de certificações em Sistema de Gestão ou outros, prazos e preços praticados, clientes habituais e a possibilidade

de serem efectuadas auditorias pela TRATOLIXO às instalações do fornecedor – que permitem determinar o potencial interesse do fornecedor em questão para a empresa.

Posteriormente a esta etapa, quando o fornecedor já faz efectivamente parte da cadeia de fornecedores da TRATOLIXO, deve obrigatoriamente cumprir um conjunto de condições definidas consoante o bem, serviço ou EOP adquiridos e a área a que se destinam esses mesmos, constantes numa matriz de requisitos de compras e recepção de bens e serviços.

São exemplos de condições constantes nessa matriz e de cumprimento obrigatório para o fornecedor, os prazos de entrega ou de execução, o preço, a dispo-

nibilização de fichas técnicas dos produtos, a disponibilização de produtos certificados (marcação “CE”), encontrarem-se licenciados ou autorizados para a laboração em causa e cumprirem as Regras de Qualidade, Ambiente e Segurança (Regras QAS) definidas pela TRATOLIXO.

A empresa procura os fornecedores que lhe são economicamente mais vantajosos.

A TRATOLIXO é uma empresa certificada, todos os fornecedores foram sujeitos a um processo de qualificação prévia.





2.5 Curriculum Vitae dos Administradores





**JOÃO CARLOS DA SILVA
BASTOS DIAS COELHO**

Data de Nascimento:
26 de Janeiro de 1963

Habitações Literárias

- Licenciatura em Direito
Universidade de Lisboa
- Diploma de Estudos Avançados em Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa
- Diploma de Gestão Avançada em Recursos Humanos
Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica de Lisboa
- Curso de Especialização em Finanças Empresariais
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Pós-Graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Pós-Graduação com Especialização em Direito do Trabalho
Universidade Lusíada de Lisboa

Experiência Profissional

Desde Fev. 2014	TRATOLIXO, E.I.M. Presidente do Conselho de Administração
2010/2014	TRATOLIXO, E.I.M. Vogal do Conselho de Administração
2010/2012	RNAE - Associação Nacional de Agências de Energia Presidente do Conselho Fiscal
2008/2010	Agência Municipal de Energia - "Agência Cascais Energia" Administrador
2007/2009	Comissão de Acompanhamento da Nova ETAR de Beneficiação do Sistema Intermunicipal e Saneamento da Costa do Estoril SANEST, S.A. Coordenador
2003/2007	SANEST, S.A.- Saneamento da Costa do Estoril, S.A., Grupo AdP Administrador
2002/2005	Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de Concessão e Prestação de Serviços respeitantes à SUMA, S.A. e Águas de Cascais, S.A. - Município de Cascais Coordenador
	Jurista, exercendo consultadoria na área do Ambiente, Direito Administrativo e Ordenamento do Território
2000/2003	Comissão Intergovernamental Mista para a Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais Membro
1995/2002	Consultor e Assessor Técnico Parlamentar
1995/1998	Câmara Municipal de Cascais Vereador
1994/1997	Serviços Municipais de Água e Saneamento do Município de Cascais Administrador
1995	Consultor do Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Educação
1993	Formador do Instituto de Emprego e Formação Profissional
1991/1992	Adjunto do Secretário de Estado da Presidência e da Juventude
1987/1991	Direcção Geral de Recursos Naturais Director de Projecto Nacional de Educação Ambiental
1986/1987	Consultor do Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais



**ANA ISABEL
NEVES DUARTE**

Data de Nascimento:
9 de Outubro de 1976

Habitações Literárias

• Licenciatura em Gestão de
Empresas
ISLA

• Frequência da Licenciatura em
Engenharia Civil
*IPA-Instituto Superior Autóno-
mo de Estudos Politécnicos*

• Pós Graduação em Direito do
Ordenamento do Território, do
Urbanismo e do Turismo
*Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa*

Experiência Profissional

Desde Fev. 2014	TRATOLIXO, E.I.M. Vogal do Conselho de Administração
Desde 2009	Centro de Ciência Viva de Sintra Presidente do Conselho Fiscal
2013	SMAS de Sintra Vogal do Conselho de Administração
2009/2013	Câmara Municipal de Sintra Vereadora Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, Departamento de Contratação Pública, Gabinete Municipal de Auditoria, Participações Municipais e Assuntos Metropolitanos e Comunitários, Gabinete Médico-Veterinário.
2011/2013	EMES, E.M. Presidente do Conselho de Administração
2009/2013	Cultursintra Vogal Conselho de Administração
2009/2010	CacémPolis Membro da comissão liquidatária
2008/2010	EMES Vogal Conselho de Administração
2007/2009	Câmara Municipal de Sintra Chefe de Divisão do Planeamento Financeiro em acumulação com a coordenação do Gabinete de Coordenação das Participações Municipais. Posteriormente exerceu ainda funções de Coordenadora do Gabinete de Revisão do Plano Director Municipal de Sintra.
2001/2007	Câmara Municipal de Sintra Técnico
2000/2001	Calcom Técnico de contabilidade

**ANTÓNIO RICARDO
HENRIQUES DA COSTA
BARROS**

Data de Nascimento:
7 de Outubro de 1971

Habitações Literárias

• Licenciatura em Engenharia de
Sistemas Decisionais

*COCITE-Cooperativa de Ensino
Superior*

• Frequência da Licenciatura em
Gestão de Ambiente e Ordenamen-
to do Território

Universidade Atlântica

Experiência Profissional

Desde Fev. 2014	TRATOLIXO, E.I.M. Vogal do Conselho de Administração
Desde 2009	Câmara Municipal de Oeiras Vereador Administração, Modernização Administrativa e Qualidade; Recursos Humanos; Tecnologias e Sistemas de Informação; Higiene Pública e Abastecimento; Educação/Sensibilização Ambiental; Oficinas, Viaturas e Máquinas; Saúde Pública e Veterinário; Ambiente: Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana.
2013	SIMAS de Oeiras e Amadora –Serviços Intermunicipais de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora Administrador em representação do Município de Oeiras
2010/2013	AMTRES -Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos Membro do Conselho Directivo em representação do Município de Oeiras
2010	Membro da Assembleia Intermunicipal da LEMO – Laboratório de Ensaios de Materiais de Obras, E.I.M. S.A.
2010	Membro da Assembleia Intermunicipal da AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos
2008/2009	Membro da Comissão de Acompanhamento da ETAR – Beneficiação do Sistema Multimunicipal do Saneamento da Costa do Estoril, em representação do Município de Oeiras, junto da SANEST, SA – Saneamento da Costa do Estoril
2008	Associação Oeiras Mais à Frente (associação cívica) Membro da Direcção
2005/2009	Presidente da Junta de Freguesia de Queijas
2001/2009	Inregis, Lda. Director Geral
1997/2001	Regislitom S.A. Director Técnico
1992/1997	Dezmega Lda. Director Comercial e de Marketing
1991/1993	Rumos, S.A. Monitor de cursos de ambiente Microsoft (MS-DOS, Windows, Word, Excel)



3. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO

3 GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO

3.1 Estrutura de Governação

Os órgãos sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – e um Fiscal Único.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 foi criada uma Direcção-Geral e o Conselho de Administração (CA) da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 Membros, 2 Membros Executivos (um dos quais era o Presidente do Conselho de Administração) e um Membro Não Executivo.

A composição dos órgãos sociais da TRATOLIXO é a que se apresenta de seguida. **(G4-34)**

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Vice-Presidente: Presidente da

Câmara Municipal de Mafra
Secretário: José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração (desde Março de 2013 até Fevereiro de 2014)

Presidente: José António Petulante Parente
Vogal: João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho
Vogal: Luís Nuno Gama Lobo das Neves Ramos

Fiscal Único Efectivo

António Pinto e Palma Veiga, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Hélder Palma Veiga, ROC.

Em Fevereiro de 2014 foram eleitos os novos órgãos sociais da TRATOLIXO, que apresentam a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Vice-Presidente: Presidente da

Câmara Municipal de Mafra
Secretário: José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração (desde Fevereiro de 2014)

Presidente: João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho
Vogal: Ana Isabel Neves Duarte
Vogal: António Ricardo Henrique da Costa Barros

Fiscal Único Efectivo

António Pinto e Palma Veiga, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Hélder Palma Veiga, ROC.

Fiscal Único Suplente

João José Lopes da Silva, ROC

Os Administradores são eleitos em lista completa aprovada pela Assembleia Geral, sendo que o mandato dos administradores coincidirá com o mandato autárquico, podendo ser eleitos uma ou mais vezes. A adequação dos Administradores à função bem como a avaliação das suas qualificações é da responsa-

bilidade do accionista AMTRES, com base na sua experiência no sector dos resíduos e/ou na sua adequação à função, não havendo nenhum processo adicional para a determinação das suas qualificações para o cargo.

O CA tem ao seu dispor um conjunto de ferramentas que permitem analisar o desempenho da TRATOLIXO e acompanhar os resultados das diversas áreas. Para além dos indicadores de gestão e desempenho dos vários processos e áreas – apresentados mensal ou trimestralmente nos relatórios de actividade das várias áreas, o acompanhamento do Programa de Gestão e o processo de revisão pela gestão do desempenho nos sistemas certificados (NP EN ISO 9001:2008 e OHSAS 18001 / NP

4397:2008) abordando as vertentes da qualidade e higiene e segurança – existem ainda os reportes mensais da Direcção de Planeamento, Coordenação e Recursos Humanos, realizados através do Relatório de Controlo de Gestão, que permitem ao CA efectuar um acompanhamento muito rigoroso do desempenho da empresa. **(G4-DMA Desempenho Económico, G4-DMA Materiais, G4-DMA Energia, G4-DMA Água, G4-DMA Efluentes e Resíduos, G4-DMA Produtos e Serviços, G4-DMA Conformidade da Categoria Ambiental, G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relativas a Impactes Ambientais, G4-DMA Emprego, G4-DMA Segurança e Saúde no Trabalho, G4-DMA Formação e Educação, G4-DMA Comunida-**

des Locais, G4-DMA Combate à Corrupção, G4-DMA Conformidade da Categoria Sociedade, G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Impactes na Sociedade, G4-DMA Rotulagem de Produtos e Serviços e G4-DMA Conformidade da Categoria Responsabilidade pelo Produto)

Ao abrigo da Lei nº 55/2011 de 15 de Novembro, que estabelece regras de transparência e informação no funcionamento do Sector Empresarial Local, a TRATOLIXO disponibiliza no seu sítio na Internet as remunerações totais, fixas e variáveis auferidas por cada membro dos órgãos sociais (<http://www.TRATOLIXO.pt/Empresa/Paginas/DocLegal.aspx>).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TRATOLIXO



**João Dias Coelho, Dr.
Presidente**



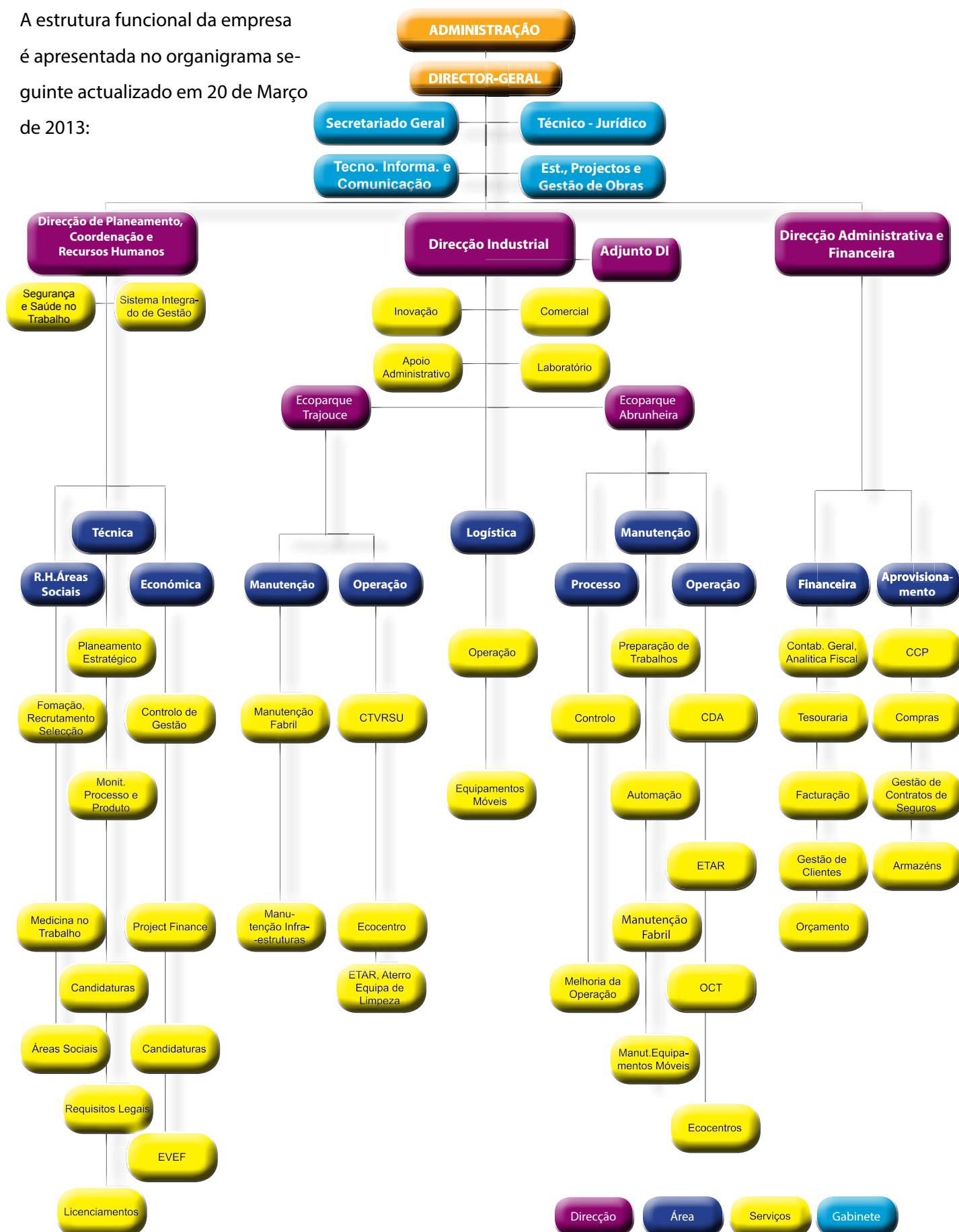
**Ana Duarte, Dra.
Vogal**



**Ricardo Barros, Eng.º
Vogal**

3.2 Organização da Empresa

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte actualizado em 20 de Março de 2013:



3.3 Missão, Visão e Política Integrada

A TRATOLIXO tem como missão assegurar o tratamento e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos quatro Municípios integrantes da AMTRES (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade.

Tem como visão utilizar as técnicas mais avançadas, seguras e ambientalmente adequadas, no tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, dando especial ênfase à valorização e considerando-os como fonte de potencial matéria-prima.

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

1. Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

2. Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.

3. Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas dos seus colaboradores e clientes e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.

4. Prevenir a poluição e assegurar a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.

5. Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e

eficácia.

6. Proporcionar aos colaboradores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.

7. Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratos para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.

8. Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.

9. Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.

10. Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho de

Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la. Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO. **(G4-56)**

3.4 Partes Interessadas

A TRATOLIXO relaciona-se permanentemente com diferentes entidades.

Desde que determinada entidade seja directamente afectada – quer positiva quer negativamente – pela actividade da empresa, definiu-se que essa mesma entidade constituiria uma parte interessada (ou *stakeholder*) da TRATOLIXO relativamente à temática da sustentabilidade.

Por outro lado, entendeu-se também que uma entidade que contribua de forma significativa para ajustar a estratégia da empresa e para a melhoria do desempenho da sua actividade, deveria igualmente ser identificada enquanto *stakeholder* da TRATOLIXO.

Foi com base nestes pressupostos que a empresa identificou os seus *stakeholders* **(G4-25)**, que são os seguintes intervenientes **(G4-24)**:



Lista de *Stakeholders* da TRATOLIXO **(G4-24)**

- **ACCIONISTA (AMTRES):**

A AMTRES é o único accionista da TRATOLIXO, o qual fornece indicações para a definição da estratégia de governação da empresa e dos respectivos objectivos de gestão da actividade;

- **CLIENTES MUNICIPAIS:**

Os municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra constituem o cliente de serviço directo da TRATOLIXO na medida em que entregam os seus resíduos para tratamento nas instalações da empresa, à qual cabe, assim, assegurar o tratamento da totalidade dos mesmos segundo princípios de sustentabilidade;

- **CLIENTES NÃO MUNICIPAIS:**

São as entidades gestoras (EG) de fluxos de resíduos específicos (ex: fluxo das embalagens, fluxo dos REEE's, etc.), os retomadores e os consumidores, enquanto clientes do produto final que é obtido através do processamento de resíduos nas instalações da empresa (composto e materiais recicláveis/valorizáveis) e que seguem as especificações técnicas (ET) definidas para cada produto. São também outros clientes particulares e institucionais que sejam detentores de

resíduos, aos quais pretendam dar um encaminhamento adequado, tal como lhes compete na lei;

- **TRABALHADORES:**

Os funcionários da empresa, independentemente do seu vínculo de contratação à TRATOLIXO, são a sua força motriz de evolução e desenvolvimento, sendo para isso essencial o envolvimento de toda a cadeia organizacional da empresa. O bem-estar de todos os trabalhadores é uma preocupação governativa da empresa que se encontra reflectida na Política Integrada de Qualidade, Ambiente e Segurança;

- **FORNECEDORES:**

Enquadram-se nesta tipologia de *stakeholders* as entidades que prestem serviços ou forneçam materiais à empresa. A TRATOLIXO rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, que regula a execução de contratos públicos, o que lhe permite seleccionar os fornecedores de forma transparente e imparcial. Por motivos de salubridade e de

modo a garantir a continuidade do serviço público prestado aos municípios, os sistemas de gestão de resíduos com os quais a empresa trabalha no tratamento, valorização e deposição final de resíduos são seleccionados segundo critérios técnicos, ambientais e económicos que se coadunem com a visão e estratégia da TRATOLIXO;

- **COMUNIDADE:**

Abrange a população afectada pelos impactes positivos e negativos da actividade da TRATOLIXO (cidadãos), associações ambientais, instituições de ensino e outros grupos de associativismo. Ter noção das necessidades e expectativas da comunidade é uma ferramenta que permite impulsionar a empresa no sentido da melhoria contínua do nosso desempenho.

Por se tratar de uma empresa de capitais públicos, na relação com os seus *stakeholders*, a TRATOLIXO orienta-se pelo seguinte conjunto de valores e conduta: **(G4-56)**

-
- Integridade e Transparência no modo de estar e de actuar;
 - Orientação para o serviço público;
 - Qualidade do serviço prestado;
 - Melhoria contínua do serviço público prestado;
 - Responsabilidade social na prestação do serviço;
 - Competência e Rigor nas decisões tomadas;
 - Respeito e prática da legalidade;
 - Eficiência na gestão e na defesa e protecção do ambiente.
-

Estes valores de conduta e ética estão na base da atitude adoptada pela TRATOLIXO na sua actividade e interacções com os stakeholders, encontrando-se formalizados na Política Integrada da empresa, que foi definida e aprovada em Conselho de Administração e divulgada por todos os trabalhadores da empresa e seus *stakeholders*. **(G4-56)** Com a adesão da TRATOLIXO ao Sistema Integrado de Gestão, a forma de relacionamento da empresa com os seus *stakeholders* foi sendo gradualmente reforçada e dinami-

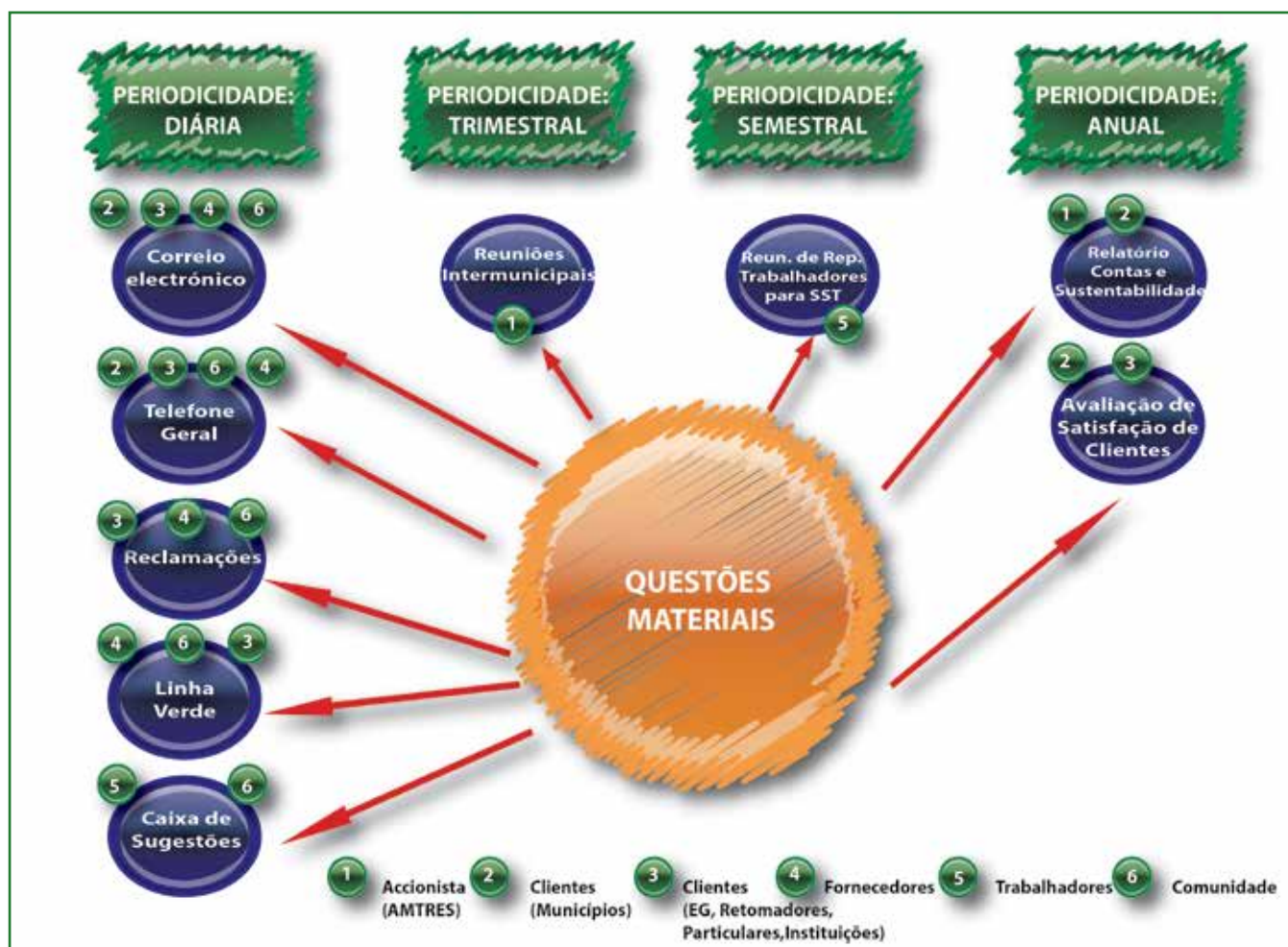
zada.

Uma das formas de dinamização desse relacionamento é através da utilização de vários canais de comunicação que a empresa tem à disposição dos seus *stakeholders*, criados consoante as especificidades e necessidades de cada um. Estes canais de comunicação são importantes mecanismos de diálogo para dar resposta às questões e preocupações que os *stakeholders* queiram apresentar à empresa.

(G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relativas a

Impactes Ambientais e G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relativas a Impactes na Sociedade)

A forma como os *stakeholders* utilizam esses mecanismos e a periodicidade com que a TRATOLIXO promove o seu envolvimento nas questões materiais da empresa é a apresentada no esquema seguinte. **(G4-26)**, sendo que nenhum destes mecanismos de envolvimento foi dinamizado especificamente como parte do processo de preparação deste relatório.



3.5 Análise de Materialidade

O envolvimento da TRATOLIXO com os seus *stakeholders* é dinâmico durante todo o ano através da utilização dos mecanismos de diálogo já identificados no capítulo das Partes Interessadas.

É através destes mecanismos que a empresa percepciona as questões que lhes são materiais e dá resposta às suas expectativas e interesses. Os *inputs* informativos recebidos através dos mecanismos de diálogo foram alvo de um levantamento e análise, tendo sido vertidos na listagem de aspectos materiais que a TRATOLIXO considerou para reporte no presente relatório.

Foram, contudo, considerados outros procedimentos para identificar as questões materiais a reportar, de modo a reflectir de uma forma mais abrangente os impactes da actividade da TRATOLIXO e, deste modo, permitir que os *stakeholders* façam uma avaliação do desempenho da empresa mais exacta e justa.

Primeiramente foram identificados os aspectos materiais presentes na

visão estratégica da empresa e do seu accionista, consubstanciada no PERECMOS.

Seguidamente foram tidos em linha de conta os aspectos abordados na Política Integrada da TRATOLIXO.

Da interacção interdepartamental, relacionamento entre colaboradores e governação e funcionamento do Sistema Integrado de Gestão da empresa resultaram alguns requisitos internos que foram assumidos como questões materiais que deveriam ser divulgadas para o exterior.

A empresa opera num sector de actividade muito específico.

Observar os moldes de reporte de outras empresas do sector permite-lhe ser comparável com elas mas também aprender e melhorar.

Assim, foram analisados Relatórios dos Pares, que ajudaram a identificar aspectos não materiais mas cujo reporte constituiria uma mais-valia para a empresa.

A existência de estudos e iniciativas ligados à área de actividade da TRATOLIXO também forneceram

ideias úteis relativamente a temáticas que deveriam constar neste relatório e que apesar de não constituírem materialidade para a TRATOLIXO foram, também, tidas em consideração.

Todas estas questões foram trabalhadas de modo a convergirem com os aspectos GRI.

Desta forma, os aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo deste relatório foram os seguintes: **(G4-19)**

Lista de aspectos materiais identificados para reporte (G4-19)	
Categoria	Aspecto
Económica	Desempenho Económico
	Materiais
	Energia
Ambiental	Água
	Efluentes e Resíduos
	Produtos e Serviços
	Conformidade
	Mecanismo de Queixas e Reclamações Relativas a Impactes Ambientais
Social - Práticas Trabalhistas	Emprego
	Segurança e Saúde no Trabalho
	Formação e Educação
Social - Sociedade	Comunidades Locais
	Combate à Corrupção
	Conformidade
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Impactes na Sociedade
Social - Responsabilidade pelo Produto	Rotulagem de produtos e Serviços
	Conformidade

O que é material dentro da TRATOLIXO é material para todas as suas infra-estruturas, contudo, e como foi referido, foram utilizados diversos processos para identificar a informação que deveria ser reportada neste relatório.

Parte dessa informação foi abordada pelos *stakeholders* da empresa e constitui os aspectos materiais listados no ponto G4-19. Surgiram, no entanto, outras temáticas tendo por base a análise dos Relatórios de Pares. Não sendo questões materiais para a TRATOLIXO, estas constituem assuntos de interesse e relevância e óptimas oportunidades para a melhoria do desempenho da empresa, constando do 2º quadro ao lado.

Apresentam-se na tabela da página seguinte os limites dos aspectos identificados dentro da TRATOLIXO (G4-20) e também fora da empresa (G4-21).

Outros Temas de Reporte Não Materiais		
Categoria	Aspecto	Origem
Económica	Presença de Mercado	Relatórios de Pares
	Impactes Económicos Indirectos	Relatórios de Pares
	Práticas de Compras	Relatórios de Pares
Social - Práticas Trabalhistas	Relações Trabalhistas	Relatórios de Pares
	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Normas GRI; Relatórios de Pares
Social - Direitos Humanos	Investimentos	Normas GRI; Relatórios de Pares
	Não Discriminação	Normas GRI; Relatórios de Pares
	Liberdade de Associação e Negociação Colectiva	Normas GRI; Relatórios de Pares
	Trabalho Infantil	Normas GRI; Relatórios de Pares
	Trabalho Escravo	Normas GRI; Relatórios de Pares
	Práticas de Segurança	Normas GRI; Relatórios de Pares
	Avaliação	Normas GRI; Relatórios de Pares
	Avaliação de Fornecedores	Normas GRI; Relatórios de Pares
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Direitos Humanos	Normas GRI; Relatórios de Pares
	Políticas Públicas	Relatórios de Pares
Social - Sociedade	Concorrência Desleal	Relatórios de Pares
Social - Responsabilidade pelo Produto	Saúde e Segurança do Cliente	Relatórios de Pares
	Comunicações de Marketing	Relatórios de Pares
	Privacidade do Cliente	Relatórios de Pares

LIMITES DOS ASPECTOS DENTRO E FORA DA EMPRESA (G4-20) (G4-21)					
Categoria	Aspecto	Material para TRATOLIXO	Material para Stakeholder	Stakeholder	Origem
ECONÓMICA	Desempenho Económico	Sim	Sim	Accionista	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos
	Materiais	Sim	Sim	Accionista; Clientes Municipais; Fornecedores; Comunidade	Requisitos Internos; Mecanismos de diálogo
	Energia	Sim	Sim	Accionista; Clientes Municipais; Fornecedores; Comunidade	Requisitos Internos; Mecanismos de diálogo
	Água	Sim	Sim	Accionista; Clientes Municipais; Fornecedores; Comunidade	Requisitos Internos; Mecanismos de diálogo
AMBIENTAL	Efluentes e Resíduos	Sim	Sim	Comunidade	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos; Relatórios de Pares
	Produtos e Serviços	Sim	Sim	Clientes não Municipais	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos;
	Conformidade	Sim	Sim	Accionista	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos;
	Mecanismo de Queixas e Reclamações Relativas a Impactes Ambientais	Sim	Sim	Comunidade; Clientes Municipais; Clientes não Municipais	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos;
SOCIAL - PRÁTICAS TRABALHISTAS	Emprego	Sim	Sim	Trabalhadores; Comunidade	Requisitos Internos; Relatórios de Pares
	Segurança e Saúde no Trabalho	Sim	Sim	Trabalhadores	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos
	Formação e Educação	Sim	Sim	Trabalhadores	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos;
SOCIAL - SOCIEDADE	Comunidades Locais	Sim	Sim	Comunidade; Trabalhadores	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos
	Combate à Corrupção	Sim	Sim	Accionista	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos
	Conformidade	Sim	Sim	Accionista; Comunidade	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Impactes na Sociedade	Sim	Sim	Comunidade	Visão Estratégica; Política Integrada; Requisitos Internos
SOCIAL - RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	Rotulagem de Produtos e Serviços	Não	Sim	Clientes não Municipais	Mecanismos de diálogo
	Conformidade	Sim	Sim	Clientes não Municipais	Requisitos Internos; Mecanismos de diálogo

Durante o processo de auscultação dos *stakeholders* foram igualmente levantadas outras questões que constituíam preocupações noutras vertentes da actividade da empresa.

Essas questões apresentam-se no quadro seguinte **(G4-27)**, onde também se identificam os *stakeholders* que as apresentaram.

ORIGEM								
STAKEHOLDERS								
Tópicos auscultados 2014 (G4-27)	Accionista	Clientes	Trabalhadores	Fornecedores	Comunidade	Processo de Gestão	Legislação	Questões globais
Acordo de Entendimento com Sindicato Bancário	✓	✓	✓	✓				✓
Equilíbrio Financeiro da Empresa	✓		✓	✓				
Dívidas a receber e prazos de recebimento						✓		
Tarifa de Gestão de Resíduos	✓	✓						
Aplicação da Hierarquia de Gestão de Resíduos	✓	✓			✓	✓	✓	
Diferença de Pesos entre Básculas		✓				✓		
Ineficiência de Cargas		✓						
Qualidade do Produto		✓						
Qualidade do Serviço		✓						
Odores	✓	✓			✓			✓
Atribuição de Apoios Sociais					✓			✓

À excepção do acordo de entendimento com o Sindicato Bancário, todas elas foram geridas no âmbito do SIG da empresa, tendo sempre que possível, sido adoptadas medidas correctivas em conformidade. **(G4-27)**

3.6 Impactes, Riscos e Oportunidades

A actividade da TRATOLIXO está categorizada como actividade industrial causando, primeiro, impactes ao nível ambiental, em termos dos consumos de materiais, energia, água, produção de efluentes e resíduos e emissão de ruído e odores.

A racionalização destes consumos e produções acima referidos é uma preocupação assumida oficialmente pela TRATOLIXO na sua Política Integrada e determina um menor impacte da empresa nos ecossistemas e nos recursos naturais, com vantagens para a comunidade, uma vez que se tratam de bens comuns.

Por outro lado, esta racionalização implica também um menor custo financeiro para a empresa, reduzindo o custo por tonelada de resíduos tratada imputado aos seus clientes municipais, sendo, portanto, benéfico para o accionista.

No respeitante à emissão de ruído e odores, estes impactes são mais relevantes para a comunidade e seu bem-estar.

Para além dos aspectos ambientais acima identificados pela TRATOLIXO, a obtenção dos seus produtos e a prestação do seu

serviço influencia igualmente a vertente ambiental da sustentabilidade, mas aqui de forma positiva. Em primeiro lugar porque os produtos da TRATOLIXO são produtos recicláveis (papel, plástico, metal, vidro, etc.), reciclados (composto, CDR) e altamente valorizáveis (estilha, energia eléctrica), que contribuem para a redução dos impactos ambientais dos clientes não municipais da empresa.

Também, porque o encaminhamento para destino final adequado de um conjunto de produtos (ex.: pilhas, REEE's, baterias) é a solução ambiental mais correcta, indo, em primeiro lugar, ao encontro das Políticas Nacionais de gestão de resíduos definidas pela tutela, a Agência Portuguesa do Ambiente, seguidamente às expectativas dos clientes municipais – que conseguem, assim, dar resposta a solicitações mais complexas da comunidade no respeitante à deposição e encaminhamento de determinados fluxos de resíduos – e por último, permite cumprir as metas de gestão de resíduos dos clientes não municipais (entidades gestoras de fluxos

específicos).

E finalmente, porque a prestação do serviço com menores impactes ambientais reduz a pegada ecológica da empresa, facto que tem efeitos junto do accionista – imagem institucional mais amiga do ambiente – e da comunidade – garantia de um futuro sustentável para as próximas gerações. **(G4-DMA Produtos e Serviços)**

Sendo uma entidade de capitais públicos, o impacto da TRATOLIXO na vertente económica da sustentabilidade é maior face ao de uma empresa privada.

O seu desempenho económico assume importância para o seu accionista e para os clientes municipais, pois daí advém uma tarifa mais equitativa a imputar a estes últimos. **(G4-DMA Desempenho Económico)**

Por outro lado, a TRATOLIXO proporciona um valioso contributo económico para o sector industrial, criando produtos a partir de resíduos que promovem uma economia circular, mas também por estimular a concepção de produtos inovadores, o que é relevante para os seus clientes não municipais.

E, logicamente, quanto melhor o balanço financeiro da empresa maior a sua capacidade de investimento noutras áreas, por exemplo na melhoria das condições de trabalho dos seus trabalhadores e no apoio à comunidade. **(G4-DMA Desempenho Económico)**

Precisamente na vertente social, a empresa tem um impacto fortíssimo na geração e manutenção de postos de trabalho, pois emprega mais de duas centenas de trabalhadores directos, contribuindo assim para a melhoria da comunidade a que eles pertencem. Neste campo, a TRATOLIXO, tal como assumido na sua Política Integrada, tem

vindo a contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos seus trabalhadores com a promoção de formação profissional, proporcionando-lhes realização profissional e satisfação pessoal. Ainda em termos de impactes nos trabalhadores na vertente social, identificam-se as condições de saúde e segurança no trabalho. É dever da empresa elaborar programas que protejam a integridade física e mental dos trabalhadores, preservando-os de

riscos de saúde inerentes às tarefas do cargo e ao ambiente físico onde são executadas. Estes programas servem também para prevenir acidentes, pois visam eliminar condições que põem em causa a segurança no ambiente de trabalho, fazer cumprir normas e procedimentos de prevenção e fomentar hábitos de trabalho seguros e preventivos.

**A TRATOLIXO
proporciona um valioso contributo económico para o sector industrial,
com a criação de produtos a partir de
resíduos que promovem uma
economia circular**

Uma vez que a TRATOLIXO se interliga continuamente e de algum modo, com mais de 800.000 habitantes, as possibilidades de influenciar positivamente a comunidade são vastas. Aqui salienta-se o papel educativo da empresa na consciencialização ambiental e a capacidade de apoiar entidades da comunidade local. **(G4-DMA Comunidades Locais)**

Em 2014, o maior risco que a TRATOLIXO encarou foi a sua instabilidade económica, fruto da suspensão do financiamento

da Banca que resultou na acumulação de um elevado passivo em juros e diversos encargos. Esta situação viria a ser desbloqueada, com a assinatura de um acordo de entendimento com o Sindicato Bancário já no final do ano e cujo resultado permitirá repor o equilíbrio financeiro da empresa, sendo, no entanto, essenciais investimentos para a construção de novas infra-

-estruturas necessárias ao bom desempenho da actividade. Como se sabe, as instalações actuais da empresa encontram-se sub-dimensionadas para a gestão e tratamento de todos os resíduos que o Sistema produz, o que conduz à dependência do exterior para

a execução deste serviço. Esta solução alternativa e inevitável reflecte-se em custos de tratamento dos resíduos mais elevados e resulta numa tarifa de gestão de resíduos altamente desfavorável para os municípios.

Decorrente dos impactes ambientais que a sua actividade causa, existem obviamente riscos associados que podem causar danos graves a nível ambiental e de saúde pública.

Assim, é preocupação da TRATOLIXO

XO assegurar a adopção e execução do Princípio da Precaução, laborando em condições de conformidade com toda a legislação ambiental aplicável à sua actividade, monitorizando os aspectos que são identificados no seu Plano de Monitorização Ambiental e agindo de acordo com as boas práticas ambientais, praticando o consumo sustentável de recursos, aplicando a hierarquia de gestão de resíduos e otimizando os seus processos e produtos. **(G4-14)**

O Princípio da Precaução é também adoptado na empresa com a contratação de seguros de responsabilidade ambiental – aplicáveis a todas as suas instalações – para prevenir eventuais situações de emergência ambiental. **(G4-14)**

Tendo em vista o interesse público e para evitar eventuais situações de risco relativas à corrupção, a TRATOLIXO seguiu a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e entendeu acautelar esta temática e prever mecanismos internos de controlo e prevenção de desvios relativamente ao bom uso dos dinheiros públicos que lhe são confiados.

Neste âmbito, a TRATOLIXO dispõe, desde 2010, de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PGRIC), que envia para o Tribunal de Contas – CPC – e que é actualizado periodicamente. **(G4-DMA Combate à Corrupção)**

Neste Plano encontram-se medidas que todas as áreas e serviços da empresa devem observar, incluindo a monitorização de actividades internas.

Assim sendo, considera-se que as três instalações da empresa (Trajouce, Ericeira e Abrunheira) se encontram comprometidas com as obrigações contra os riscos de corrupção constantes neste plano, o que corresponde a 100% das unidades da TRATOLIXO. **(G4-SO3)**

Em 2014 o referido Plano foi revisito no respeitante às suas acções, metas e objectivos, revisão que envolveu todos os sectores da empresa e propôs acções concretas com o objectivo de realizar prevenção e autocontrolo dos riscos da empresa no domínio da corrupção.

O mesmo Plano foi novamente enviado para o CPC, foi divulgado

internamente a todos os trabalhadores e membros do Conselho de Administração, está disponível no SIG da empresa para todos os trabalhadores poderem consultar e foi divulgado no site da empresa para todas as suas partes interessadas **(G4-SO4)** através do seguinte link:

http://www.TRATOLIXO.pt/Empresa/Documents/PLANO%20DE%20GESTÃO%20DE%20RISCOS%202014_AR.pdf

Sempre que se justifica, a empresa age disciplinar e criminalmente contra casos de corrupção, prevenindo-se, deste modo, a prática de favorecimento ilícito ao mesmo tempo que se combate a omissão de actos conducentes a situações de vantagem ilícita.

Em 2014 não se identificaram na empresa quaisquer casos de corrupção. **(G4-SO5)**

Em termos de tendências globais e oportunidades que se levantam a médio e longo prazo no domínio da sustentabilidade, há que salientar, em termos económicos, o estímulo ao tecido empresarial que a atribuição de fundos comunitários (POSEUR 2014-2020)

representará para a TRATOLIXO, permitindo realizar investimentos essenciais ao nível da requalificação e construção de novas infra-estruturas.

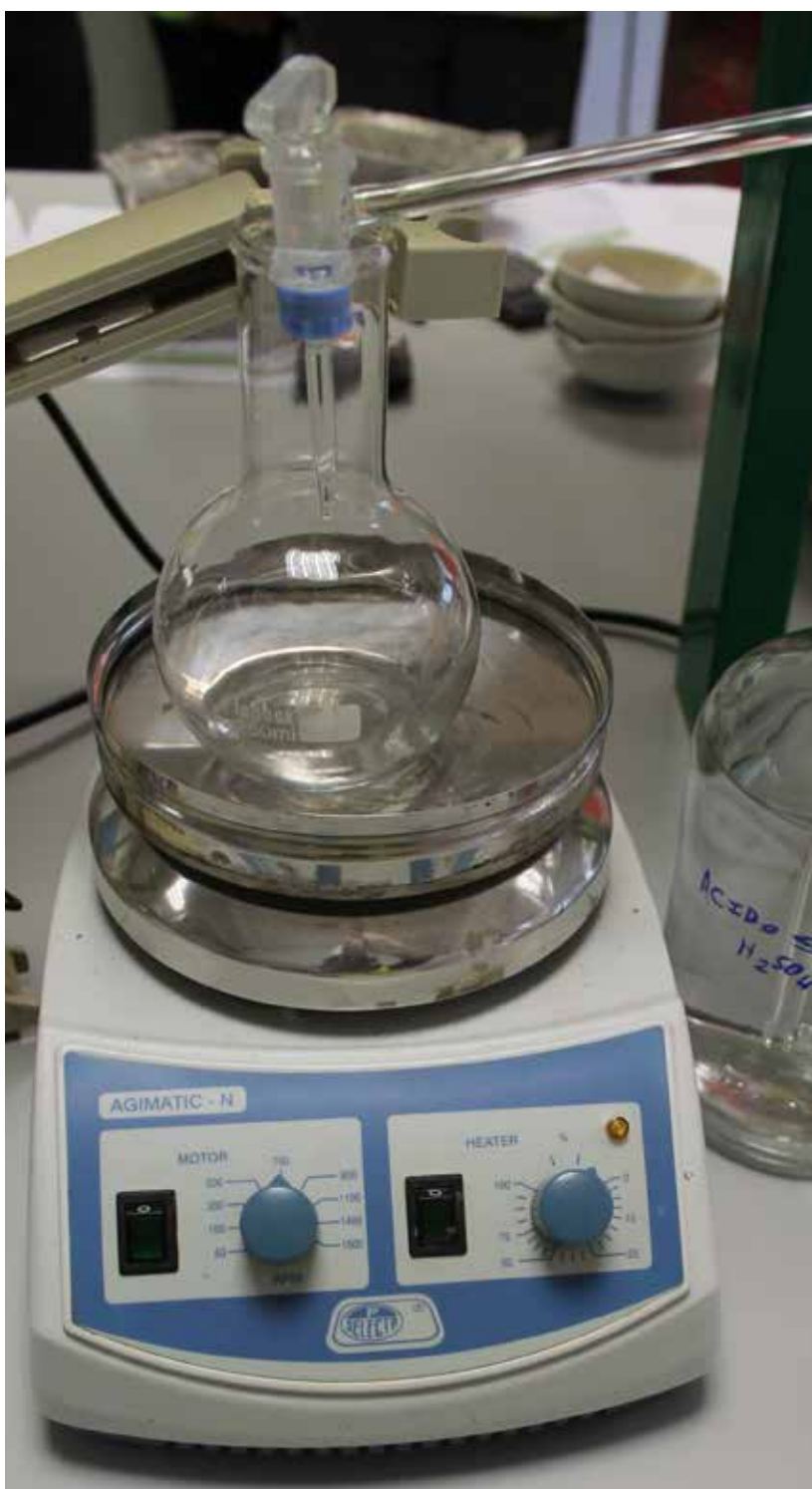
Oportunidades a nível ambiental prendem-se com a execução do PERSU 2020, cujas metas ambiciosas irão impulsionar ainda mais a participação da TRATOLIXO em projectos de I&DT que prossigam o objectivo de aproveitar os resíduos como um recurso valioso. A empresa irá reforçar ainda mais o seu desempenho operacional, de modo a otimizar as eficiências processuais das suas infra-estruturas e garantir o estipulado neste Plano.

Conta para isso com o funcionamento da CDA para a valorização orgânica dos resíduos produzidos na sua área de intervenção e com a ETAR, que permitirá reduzir em muito os custos de tratamento dos mesmos.

E conta também com a conclusão da empreitada de construção das CCT, cuja finalização será uma importante oportunidade de ver reduzir a sua dependência face ao exterior no domínio da gestão e

tratamento de resíduos.

Em termos sociais, são expectáveis muitos e novos desafios, com a recente introdução da vertente de Responsabilidade Social na Política Integrada da empresa.





3.7 Infra-estruturas existentes e em Projecto

De modo a realizar adequadamente e sob os princípios da sustentabilidade a gestão dos resíduos produzidos na sua área de intervenção, a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade em várias instalações de recepção e tratamento de resíduos que se distribuem por dois Ecoparques e um Ecocentro.

3.7.1. Ecoparque da Abrunheira

O Ecoparque da Abrunheira está localizado no município de Mafra, freguesia de S. Miguel de Alcainça. Este Ecoparque é constituído por uma Central de Digestão Anaeróbia (CDA), um Ecocentro, uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI) e Células de Confinamento Técnico (CCT), tendo à sua disposição a mais recente tecnologia existente no domínio do tratamento de resíduos sólidos urbanos.

A CDA e a ETARI foram co-financiadas pelo Fundo de Coesão.

Neste momento, encontram-se ainda em construção as CCT.

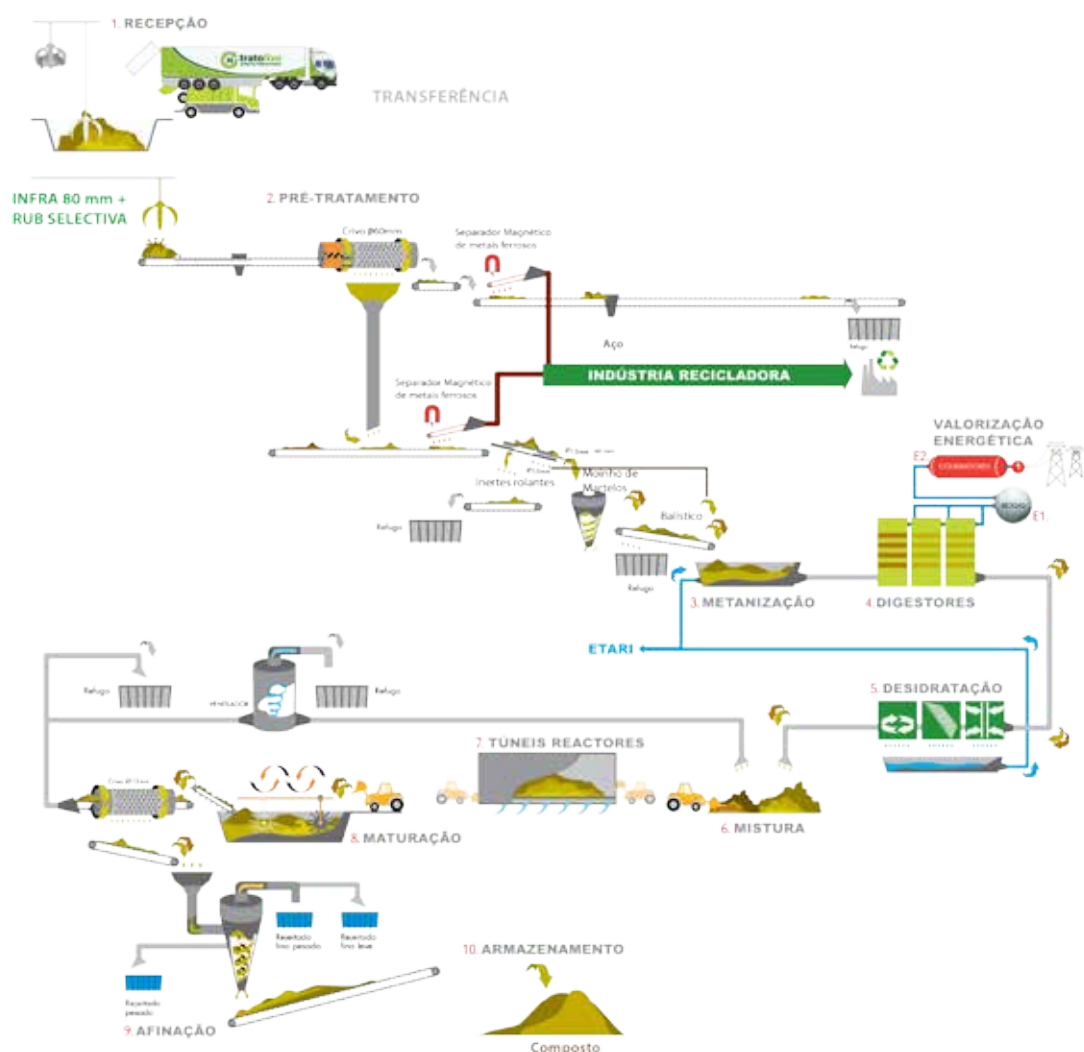
3.7.1.1. Central de Digestão Anaeróbia



A CDA da Abrunheira é uma unidade de tratamento de resíduos sólidos urbanos que recorre ao processo de digestão anaeróbia.

Foi construída com financiamento do Fundo de Coesão e a sua recepção provisória foi assinada em Novembro de 2012.

Esta unidade tem uma capacidade de tratamento biológico por digestão anaeróbia de 75.000 t/ano sendo, à data, a maior do género no país.





3.7.1.2. Células de Confinamento Técnico

Actualmente a TRATOLIXO encontra-se dependente do exterior para proporcionar um destino final adequado aos rejeitados dos seus processos de tratamento, situação que será colmatada com a finalização da construção das novas células de confinamento técnico (CCT) na Abrunheira.

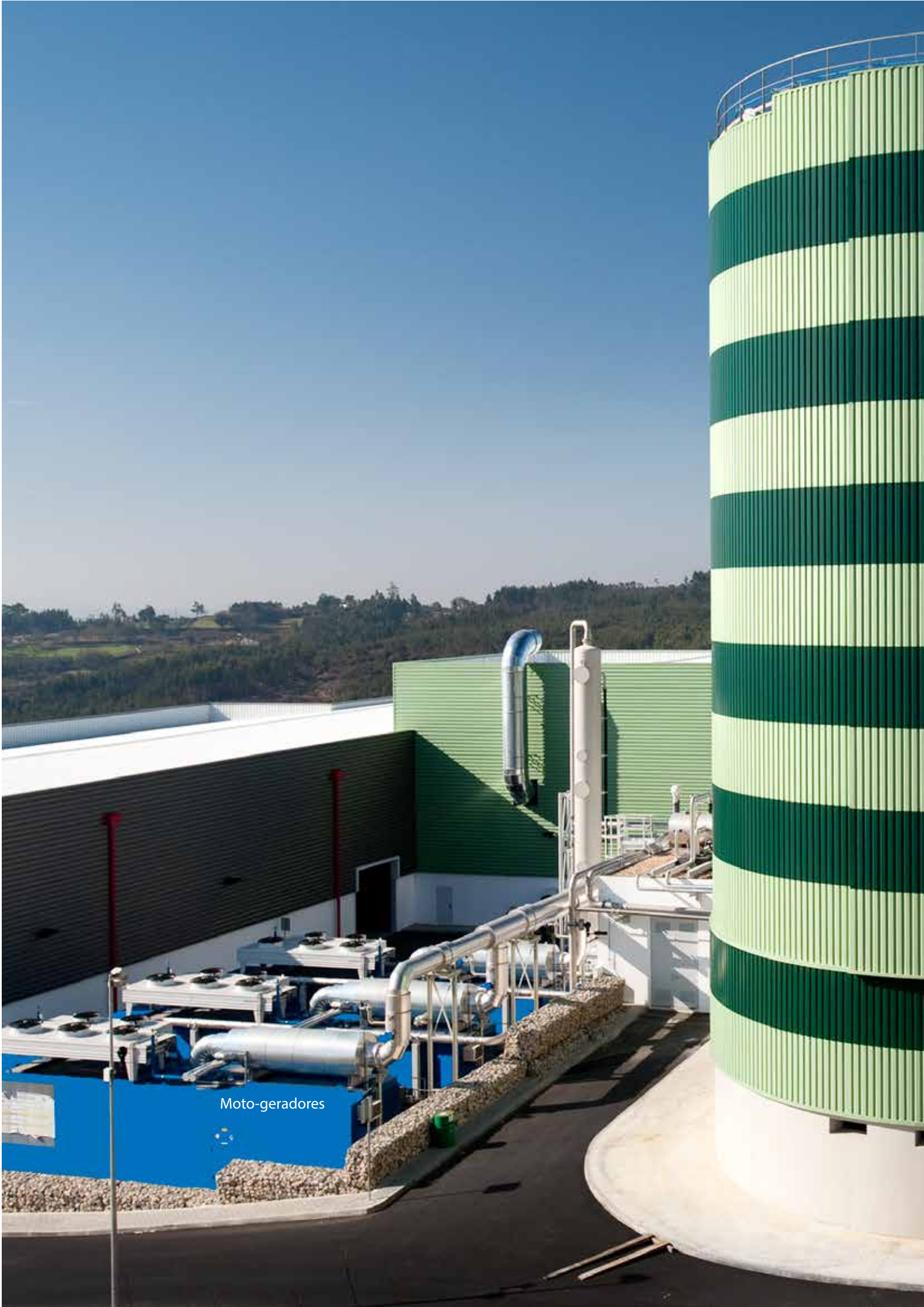
As CCT serão constituídas por três células de confinamento técnico de apoio ao Sistema, que ocuparão uma área total de cerca de 11 ha. Esta infra-estrutura permitirá, as-

sim, garantir a sustentabilidade do Sistema AMTRES, com a redução dos custos associados ao tratamento, transporte e deposição final dos resíduos produzidos na área de intervenção da empresa.

O prosseguimento da referida empreitada sofreu várias adversidades desde o seu início em 2009, o que fez protelar consecutivamente a data de conclusão da mesma.

A TRATOLIXO tomou posse administrativa da obra e procedeu, já em 2014, ao lançamento do

procedimento concursal relativo à conclusão desta empreitada, que se estima entrar em operação em meados de 2016.



Moto-geradores



3.7.1.3. Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI)

A ETARI da Abrunheira é uma infra-estrutura co-financiada pelo Fundo de Coesão que permite a depuração das águas residuais provenientes das várias infra-estruturas e instalações de apoio existentes neste Ecoparque.

Esta infra-estrutura tem uma capacidade de tratamento de 323 m³/dia e foi projectada para o tratamento de águas residuais com elevada carga poluente, o que exige um sistema de tratamento complexo e inovador,

com recorrência a tecnologias de última geração que permitem o tratamento eficaz dos efluentes de modo a garantir níveis de qualidade que possibilitem a sua reutilização integral no circuito industrial.



O processo de tratamento da ETARI está organizado em 3 fases de tratamento distintas.

A fase de Tratamento Primário é composta por um processo de remoção de sólidos grosseiros, através dos processos de Gragem Manual de Sólidos, Tamisação – separação mecânica de sólidos – e Homogeneização e Equalização – estabilização de caudais afluentes à ETARI.

A fase de Tratamento Secundário é constituída pelo tratamento biológico e pela ultrafiltração (MBR) que

permite a diminuição da carga de nutrientes e estabilização das substâncias biodegradáveis presentes no efluente a uma dimensão inferior a 0,1 micron, equivalente ao tamanho de bactérias e vírus, garantindo um efluente isento de microrganismos patogénicos. Esta fase é composta por uma etapa anóxica – Desnitrificação – uma etapa aeróbia – Nitrificação – e uma etapa de separação de fases – MBR (Membrana de micro filtração).

Por último, a fase de Tratamento Terciário, onde é efectuada a

afinação, através de um processo de microfiltração (osmose inversa) do efluente de modo a que o mesmo possa ser reutilizado internamente no processo produtivo e em lavagens, retirando-lhe todos os sais minerais e metais que a mesma ainda possa conter, transformando-a assim numa água desmineralizada.

Durante as várias fases de tratamento, a carga poluente do efluente vai diminuindo significativamente, com percentagens de remoção de carga orgânica/inerte.



3.7.1.4 Ecocentro da Abrunheira

Este Ecocentro ocupa uma área de 3.800 m² e foi construído no Ecoparque da Abrunheira. Estima-se que ao entrar em funcionamento venha a receber anualmente cerca de 15.400 t de resíduos valorizáveis de várias tipologias, tornando-se o segundo Ecocentro da empresa a funcionar com recepção ao público.

A admissibilidade de resíduos neste ecocentro estará sujeita a quantidades limite definidas em regulamento específico, podendo ser recepcionadas tipologias tão diversas tais como baterias de automóvel, REEE's, lâmpadas fluorescentes, madeiras e paletes, metais (sucatas), mobílias e outros monstros, óleos alimentares e minerais, roupas usadas, papel e cartão, pilhas e acumuladores, plásticos, embalagens metálicas e ECAL, pneus, "esferovite" (EPS), Resíduos de Construção e Demolição (RCD's), resíduos de jardins e parques, solventes, tintas e vidro de embalagem.

3.7.2. Ecoparque de Trajouce

Geograficamente, o Ecoparque de Trajouce está localizado no município de Cascais, freguesia de S. Domingos de Rana.

Com uma área de 42,6 ha, é constituído pela Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS), por uma Estação de Transferência de RSU e Resíduos de Em-

balagem, uma Central de Triagem de Papel/Cartão, pelo Ecocentro, pela Central de Valorização Energética do Biogás do Aterro Sanitário de Trajouce (CVEBAT) e pela Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL).





3.7.2.1. Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos

A CITRS é uma unidade de tratamento mecânico (TM) com uma capacidade nominal de recepção de 150.000 t/ano de resíduos indiferenciados e uma capacidade de tratamento de 500 t/dia.

Em funcionamento desde 1991, apresentava ainda uma capacidade de tratamento biológico de 60.000 t/ano com recurso a dois parques de compostagem. No entanto, desde Dezembro de 2012 foram desactivadas as actividades do sector do Tratamento Biológico (TB) – correspondente aos parques de compostagem – e do sector do Tratamento Mecânico II (TM II) – correspondente à Afinação.

Os resíduos indiferenciados recebidos nesta unidade são encaminhados para o edifício do Tratamento Mecânico I (TM I) onde são sujeitos a um pré-tratamento em crivos rotativos de malha de 120

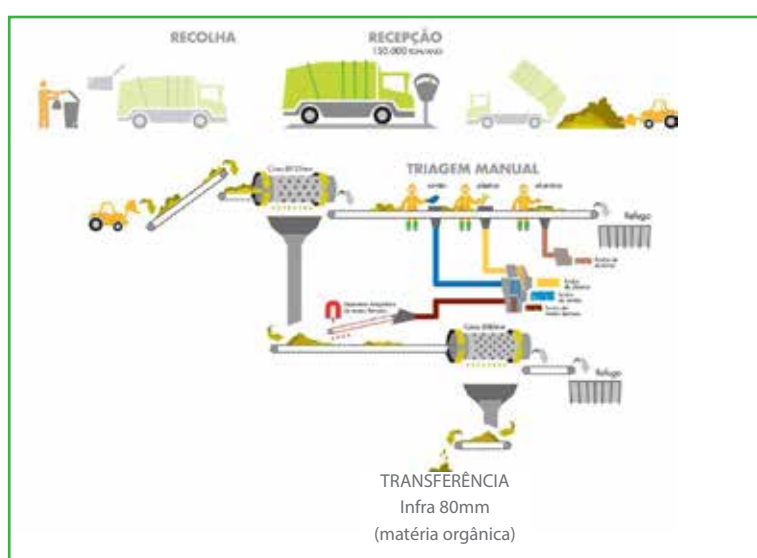
mm, a uma triagem manual da fracção superior a 120 mm (onde se recuperam os materiais papel/cartão, filme plástico, PET, PEAD e alumínio), a uma separação magnética da fracção inferior a 120 mm (onde se processa a recuperação do material aço) e a uma separação mecânica do restante material num segundo conjunto de crivos de malha de 80 mm.

Os resíduos com granulometria inferior a 80 mm (na qual se inclui

a fracção orgânica dos RSU indiferenciados) são transferidos para tratamento biológico na nova CDA da Abrunheira.

Os resíduos que não são recuperados na triagem manual e a fracção não passante da crivagem a 80 mm constitui o rejeitado do pré-tratamento e é encaminhado para destino final.

Pode resumir-se o funcionamento operacional desta unidade conforme consta da figura seguinte:



3.7.2.2. Estação de Transferência de RSU e Resíduos de Embalagem

Esta Estação de Transferência é composta por várias valências: recepção de resíduos indiferenciados e resíduos recicláveis dos ecopontos.

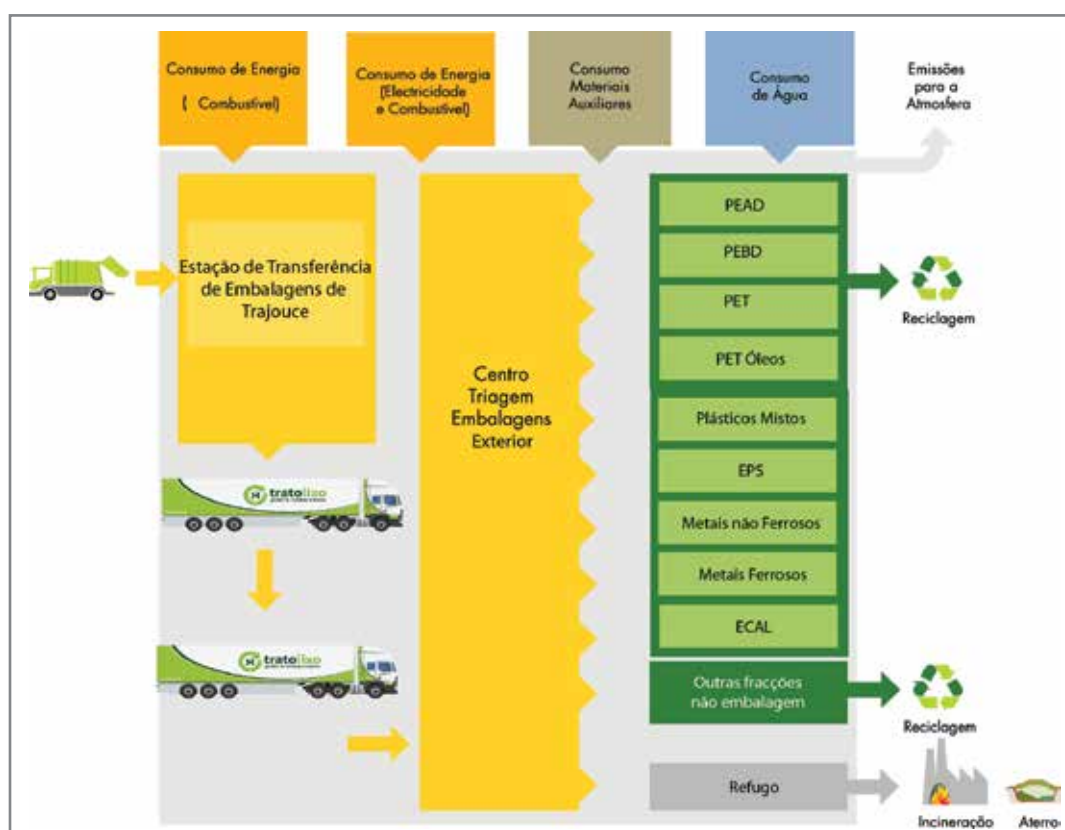
Relativamente aos resíduos recicláveis, uma vez que as capacidades de processamento dos Centros de Triagem existentes no Ecoparque de Trajouce se encontravam muito aquém das neces-

sidades do Sistema, o processamento das embalagens da recolha selectiva provenientes dos ecopontos amarelo e azul passaram a ser efectuados externamente.

Embora em 2014 se tenha já internalizado o processo de triagem de papel/cartão, o processamento dos resíduos de embalagem de plástico, metal e ECAL (RE) permanece contratado a entidades

externas desde Julho de 2008.

O funcionamento deste processo consiste na entrada dos RE provenientes da recolha selectiva na Estação de Transferência de Trajouce para posteriormente serem transportados pelas viaturas da empresa até aos Centros de Triagem externos, segundo o esquema apresentado de seguida.



Esquema de funcionamento da triagem de embalagens de plástico, metal e ECAL.

Por sua vez, o vidro proveniente da recolha selectiva é descarregado no cais de vidro, que funciona como ponto de armazenamento temporário e carga, com vista ao encaminhamento deste material para a indústria recicladora.



Esquema de funcionamento do cais de descarga do vidro

3.7.2.3. Central de Triagem de Papel / Cartão

O processo de triagem de papel/cartão, que se encontrava sub-contratado a uma entidade externa desde finais de 2010, por razões estratégicas da empresa internalizou-se em 2014 com recurso a meios internos.

Esta infra-estrutura possui uma linha de triagem onde é efectuada uma triagem negativa manual do papel/cartão proveniente de recolha selectiva.

Neste processo são retirados ma-

nualmente os resíduos contaminantes existentes no material recebido e do material sobran- te fazem-se fardos mistos de papel/cartão, que são posteriormente encaminhados para reciclagem.



Esquema de funcionamento da triagem de papel /cartão



Enfardamento de papel/cartão após triagem

3.7.2.4. Ecocentro de Trajouce

O Ecocentro de Trajouce recebe, armazena e acondiciona temporariamente diversos tipos de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.

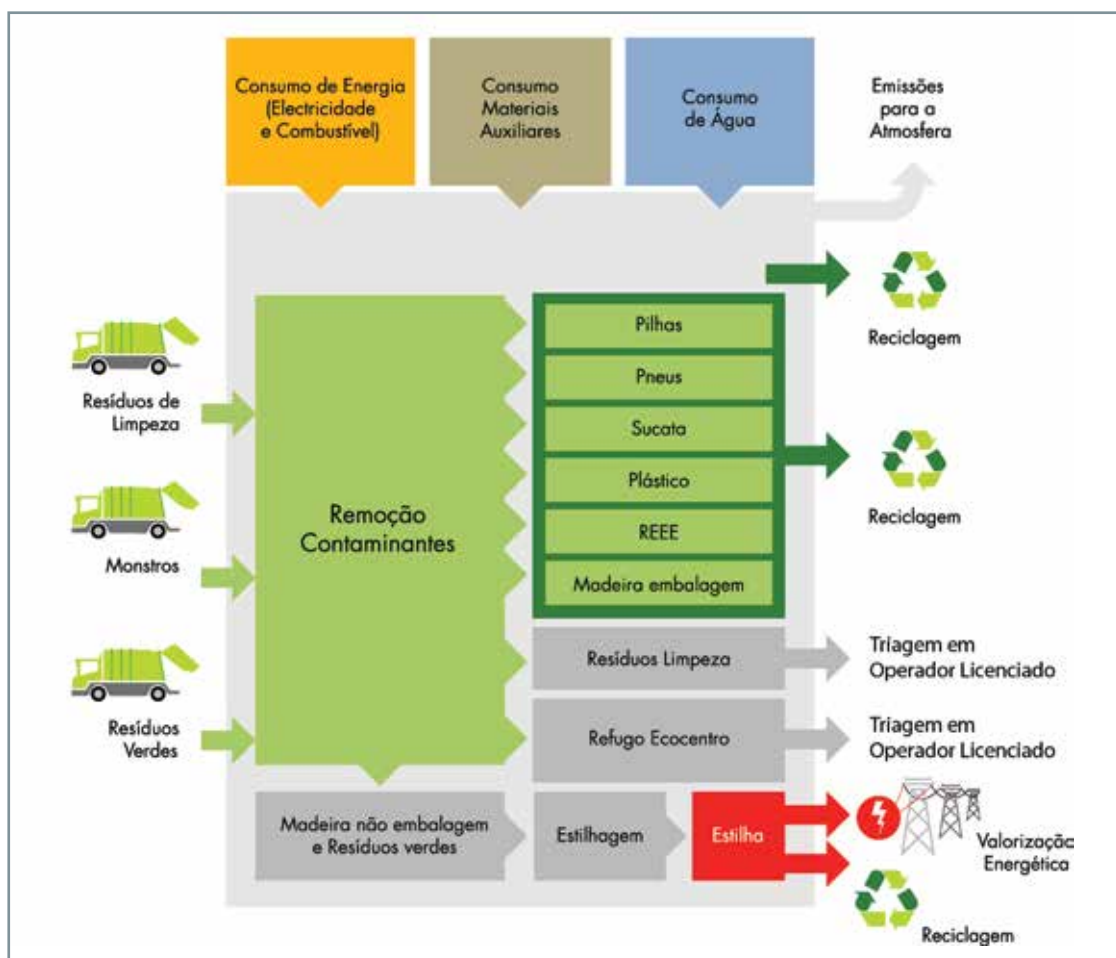
Os monstros são recebidos e sujeitos a triagem. Os resíduos com potencial de reciclagem e recuperação são segregados e valorizados de acordo com o fluxo ou fileira a que pertencem.

Quanto aos resíduos verdes, procede-se à trituração dos resíduos lenhosos através de uma máquina destruidora. O produto final, a estilha, é encaminhada para compostagem na CDA e para valorização energética e os materiais rejeitados são encaminhados para valorização numa entidade externa.

Dos resíduos de limpeza são recuperadas algumas ramagens com potencial de valorização enquanto biomassa. A fracção restante é enviada para valorização numa entidade externa.

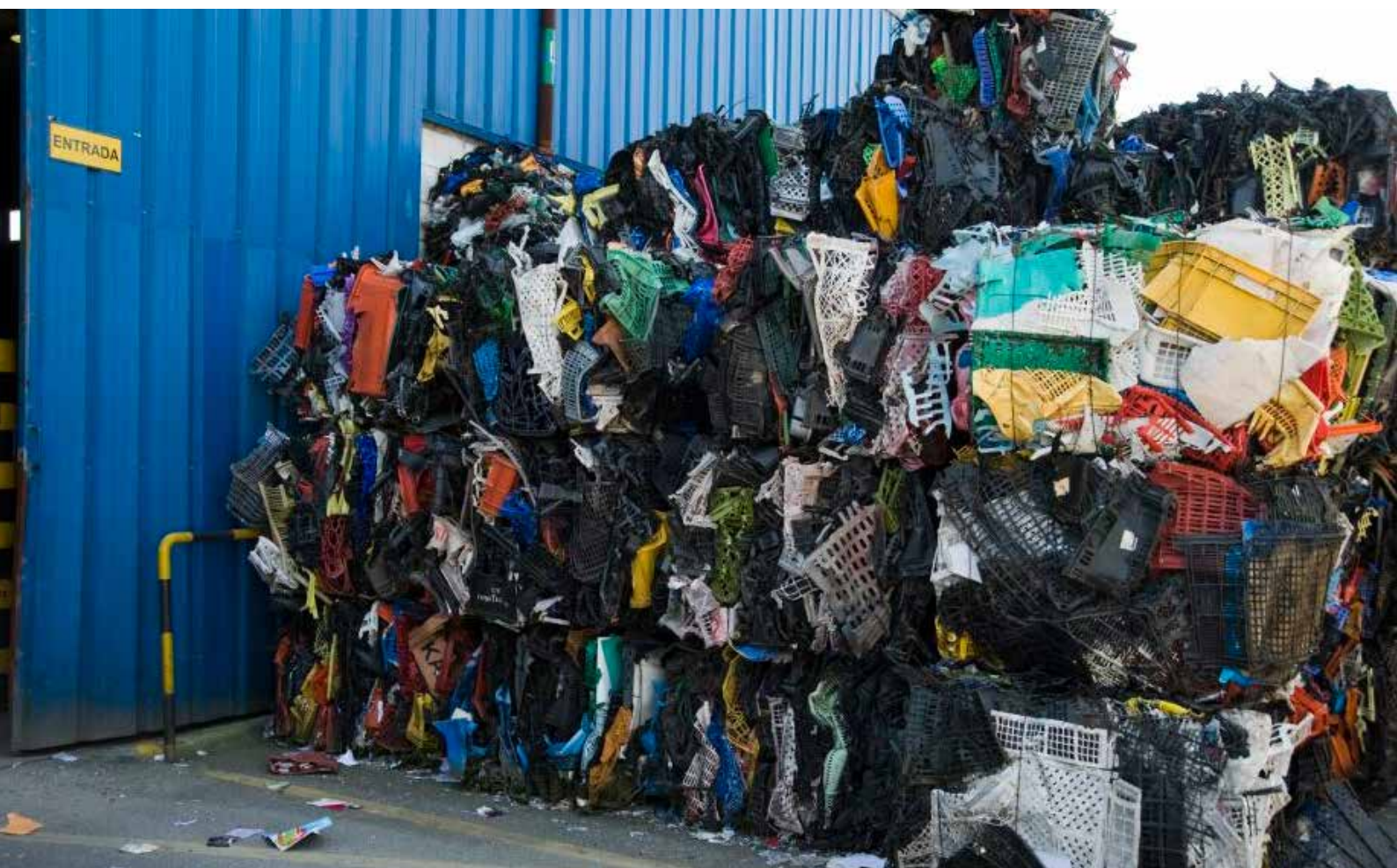
Para além da recepção dos resíduos já enunciados, o Ecocentro de Trajouce é um ponto acreditado de entrega de pneus usados e um centro de recepção de REEE's, recebendo ainda os seguintes fluxos e fileiras de resíduos: madeiras de embalagem e não embalagem, metais ferrosos, plásticos rígidos, baterias de automóveis, lâmpadas fluorescentes e pilhas e acumuladores.





Esquema de funcionamento operacional do Ecocentro de Trajouce

Fardos de plásticos rígidos produzidos no Ecocentro de Trajouce





3.7.2.5. Central de Valorização Energética do Biogás do Aterro Sanitário de Trajouce (CVEBAT)

O Aterro Sanitário de Trajouce está implantado numa área de aproximadamente 7 ha, tendo a sua exploração sido iniciada em Setembro de 1997.

Esta infra-estrutura foi encerrada em 2003 após a deposição de mais de 1.500.000 t de resíduos, tendo a obra de selagem terminado em Setembro de 2005.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 152/2002 de 23 de Maio, o biogás produzido no seu interior a partir da degradação da fracção orgânica nele depositada deveria ser alvo de captação e drenagem, pelo que a empresa procedeu à instalação da Central de Valorização Energética do Biogás do Ater-

ro Sanitário de Trajouce (CVEBAT).

Esta Central entrou em funcionamento em Agosto de 2009, após a obtenção das devidas licenças.

O biogás do aterro é captado e encaminhado para um motor-gerador de produção de electricidade, sendo esta posteriormente injectada na Rede Eléctrica Nacio-

nal (REN).

Durante o ano de 2014 foram produzidos um total de 138,84 MWh de energia eléctrica neste sistema, resultado que representa um desvio de -85,05% em relação ao obtido em 2013.

Produção anual de Energia Eléctrica em Trajouce



3.7.2.6. Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)

A ETAL é uma infra-estrutura de apoio à actividade desenvolvida no Ecoparque de Trajouce para tratamento dos efluentes ali produzidos.

Tendo sido instalada em 2012, o funcionamento desta infra-estrutura baseia-se no processo de evaporação, que é um processo tecnológico inovador neste domínio, pois não liberta voláteis para a atmosfera.



3.7.3. Ecocentro da Ericeira

O Ecocentro da Ericeira está localizado na freguesia da Ericeira, concelho de Mafra e tem uma área de implantação de 0,3 ha.

Esta é a primeira infra-estrutura de recepção de resíduos da TRATOLIXO que está aberta ao público em geral, encontrando-se em funcionamento desde Julho de 2007.

Nesta infra-estrutura é permitido que os munícipes realizem a deposição selectiva de diversas tipologias de resíduos valorizáveis que, pelas suas características ou dimensões, não podem ser depositados nos ecopontos.

São admissíveis neste ecocentro baterias de automóvel; REEE's;

lâmpadas fluorescentes; madeiras e paletes; sucatas; mobílias e outros monstros; óleos alimentares e minerais; roupas usadas; papel e cartão; pilhas e acumuladores; plásticos; embalagens metálicas e ECAL; pneus; "esferovite" (EPS); RCD's; resíduos de jardins e parques; solventes e tintas; vidro embalagem; vidro de construção e vidro automóvel.



The background image shows an industrial facility under a clear blue sky. In the foreground, there are three large, cylindrical storage tanks with alternating green and white horizontal stripes. To the right of the tanks, there are two tall, thin metal chimneys. The entire scene is reflected in a body of water in the foreground. A semi-transparent white banner is overlaid across the middle of the image, containing the text.

4. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2014

4 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2014

4.1. Recepção de Resíduos

Durante o ano de 2014 a TRATOLIXO recebeu um total de 390.478 t de resíduos urbanos (RU) e equiparados a urbanos provenientes dos municípios e de particulares, onde se incluem os resíduos entregues pela Câmara Municipal de Lisboa. Este quantitativo global de resíduos corresponde a uma diminuição de -3,3% face ao ano de 2013, o que constitui uma redução de -13.352 t relativamente ao período homólogo do ano anterior.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
TOTAL DE RESÍDUOS (t) TOTAL	440.151	452.281	474.257	484.690	482.053	477.826	456.139	416.529	403.830	390.478	-3,3%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMC	130.456	133.436	143.368	146.664	143.079	147.907	146.606	135.697	134.119	120.045	-10,5%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMM	34.761	38.586	40.280	41.195	41.916	42.237	40.325	37.840	36.044	37.580	4,3 %
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMO	89.177	88.338	96.647	87.427	88.536	82.888	80.169	72.781	70.199	71.192	1,4 %
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMS	180.091	187.861	189.403	203.984	203.786	200.077	185.369	167.971	162.019	157.629	-2,7 %
TOTAL DE RESÍDUOS (t) PARTICULARES	5.666	4.060	4.559	5.420	4.735	4.718	3.671	2.240	1.448	4.032	178,4 %

Na categoria dos resíduos equiparados a urbanos (REU) verificou-se também um decréscimo em todas as tipologias de resíduos, onde se destacaram especialmente os resíduos de limpeza (-34,1% e -11.328 t). Os resíduos verdes apresentaram um decréscimo de -9,7% (-3.618 t) e a recolha de monstros registou uma diminuição de -7,7% (-715 t).

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
RESÍDUOS VERDES (RV) (t) TOTAL	12.009	14.433	11.564	13.785	20.785	22.780	23.410	24.837	37.283	33.665	-9,7%
RESÍDUOS VERDES (RV) (t) CMC	6.902	8.211	7.013	7.300	10.728	14.986	17.874	19.564	22.547	16.007	-29,0%
RESÍDUOS VERDES (RV) (t) CMM	571	796	312	1.009	2.124	1.973	2.163	1.832	1.428	2.016	41,1%
RESÍDUOS VERDES (RV) (t) CMO	1.309	1.549	762	523	368	466	551	1.951	3.105	3.351	7,9%
RESÍDUOS VERDES (RV) (t) CMS	3.222	3.871	3.074	4.456	7.454	5.280	2.750	1.261	9.910	12.042	21,5%
RESÍDUOS VERDES (RV) (t) PARTICULARES	5	7	402	497	111	75	71	230	293	249	-15,9%

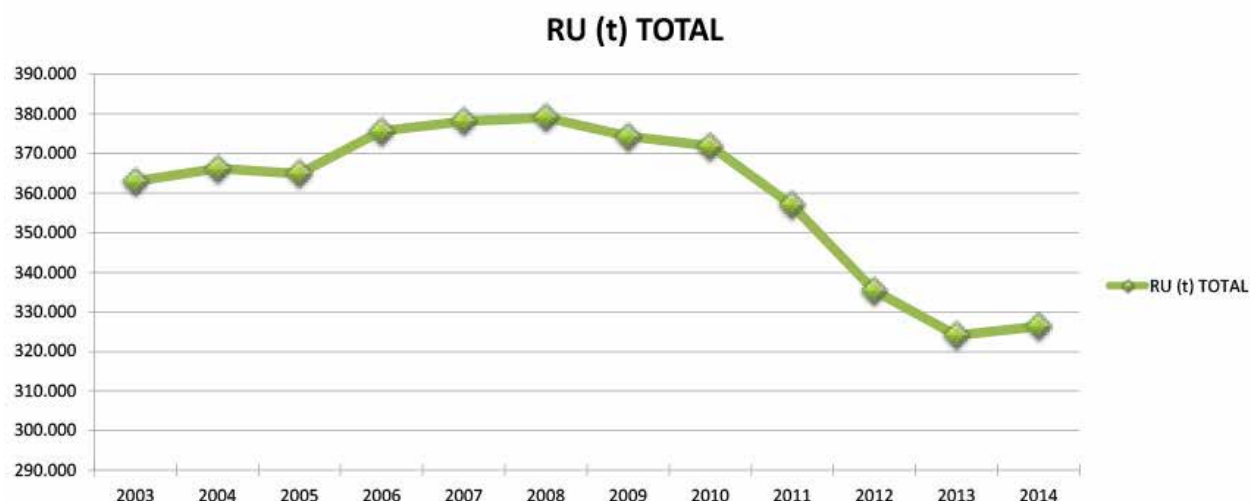
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
RESÍDUOS LIMPEZA (RL) (t) TOTAL	54.833	52.787	73.601	80.926	76.172	71.443	63.357	47.455	33.173	21.845	-34,1%
RESÍDUOS LIMPEZA (RL) (t) CMC	20.213	18.684	27.672	29.744	24.211	25.536	23.824	16.175	12.903	7.466	-42,1%
RESÍDUOS LIMPEZA (RL) (t) CMM	515	1.445	2.377	1.767	1.353	2.166	1.127	902	1.087	1.472	35,4%
RESÍDUOS LIMPEZA (RL) (t) CMO	11.703	8.995	17.123	9.163	11.271	6.422	7.688	3.415	959	2.326	142,5%
RESÍDUOS LIMPEZA (RL) (t) CMS	22.000	23.480	26.245	39.909	38.915	36.906	32.433	26.915	18.209	10.562	-42,0%
RESÍDUOS LIMPEZA (RL) (t) PARTICULARES	401	184	185	343	422	414	284	48	15	19	22,2%

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
MONSTROS(t) TOTAL	8.385	9.470	10.924	10.907	10.836	11.780	10.368	8.869	9.275	8.560	-7,7%
MONSTROS(t) CMC	2.276	3.039	2.892	2.907	2.723	3.277	3.161	2.569	2.376	2.397	0,9%
MONSTROS(t) CMM	684	853	1.145	1.569	1.696	1.678	1.667	1.399	1.220	1.320	8,2%
MONSTROS(t) CMO	3.002	2.772	3.752	3.001	3.141	2.874	2.363	2.073	2.854	1.520	-46,7%
MONSTROS(t) CMS	2.423	2.807	2.840	2.857	2.686	2.965	2.415	2.143	1.884	1.814	-3,7%
MONSTROS (t) PARTICULARES	0	0	295	572	590	987	762	685	941	1.509	60,3%

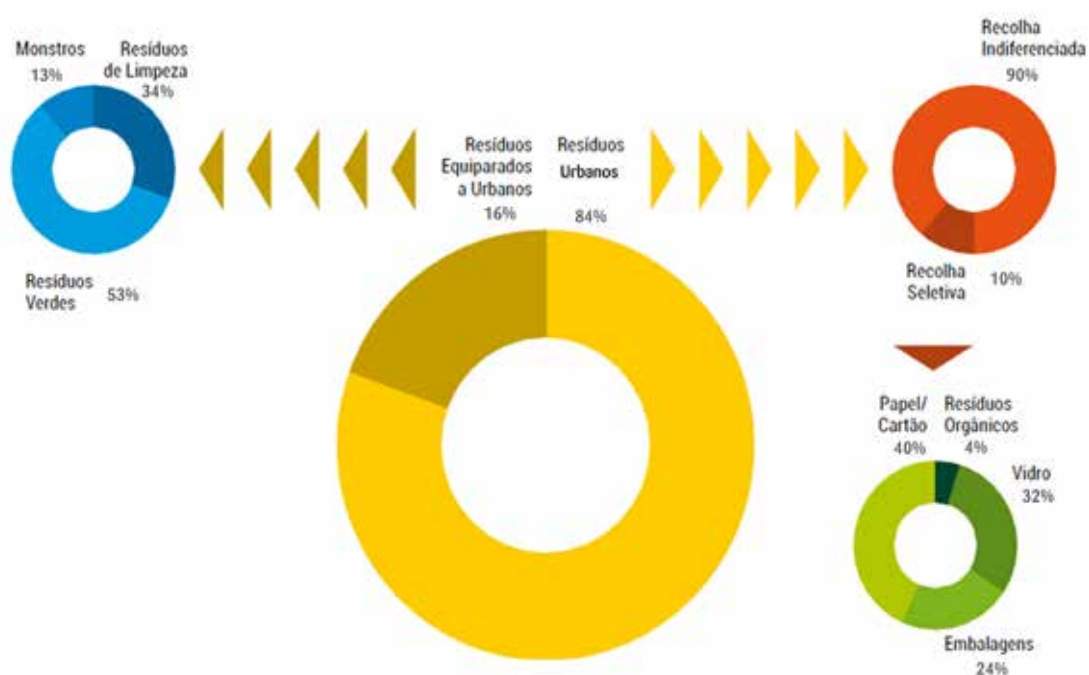
No respeitante aos Resíduos Urbanos (RU) – que incluem os resíduos de recolha selectiva e os resíduos de recolha indiferenciada – em 2014 a empresa recebeu +0,7% face ao ano anterior (ou seja, +2.309 t), num total de 326.408 t.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
RU (t) TOTAL	364.924	375.590	378.169	379.071	374.259	371.823	357.004	335.368	324.099	326.408	0,7%
RU (t) CMC	101.065	103.503	105.791	106.713	105.417	104.108	101.746	97.389	96.293	94.175	-2,2%
RU (t) CMM	32.991	35.493	36.447	36.850	36.744	36.420	35.367	33.707	32.309	32.772	1,4%
RU (t) CMO	73.163	75.023	75.010	74.739	73.756	73.126	69.567	65.343	63.281	63.995	1,1%
RU (t) CMS	152.445	157.703	157.244	156.762	154.731	154.927	147.770	137.652	132.017	133.210	0,9%
RU (t) PARTICULARES	5.260	3.869	3.677	4.007	3.611	3.241	2.554	1.278	199	2.256	1034,4%

Apesar da conjuntura sócio-económica nacional, este registo constitui pela primeira vez em 6 anos um acréscimo nas recolhas de RU, conforme se pode verificar a partir da análise do gráfico RU Total.



Sendo que os RU correspondem à maior fatia das recolhas efectuadas no Sistema AMTRES – mais concretamente 84% do total de resíduos recolhidos – a evolução positiva verificada em 2014 nos RU foi fruto do resultado obtido na recolha de resíduos indiferenciados, uma vez que esta tipologia de resíduos representa 90% dos RU do Sistema.



RECOLHA INDIFERENCIADA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
AMTRES	334.870	338.763	335.947	335.914	333.062	330.817	317.755	298.427	288.461	294.036	1,9%
Cascais	94.922	93.931	93.874	93.933	93.341	92.012	89.557	85.524	84.809	84.883	0,1%
Mafra	30.406	32.279	32.615	32.513	32.615	32.531	31.613	30.419	29.144	29.435	1,0%
Oeiras	63.615	64.389	63.377	63.800	63.176	62.765	60.120	56.800	54.694	55.635	1,7%
Sintra	140.900	144.760	142.964	142.348	140.657	140.357	133.946	124.446	119.715	122.007	1,9%
Particulares	5.028	3.404	3.117	3.320	3.274	3.152	2.520	1.239	100	2.076	1985,6%

É, então, possível verificar que no ano de 2014 recolheram-se 294.036 t de resíduos indiferenciados, +5.574 t e +1,9% face a 2013.

Total Recolhas Selectivas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
AMTRES	30.054	36.827	42.222	43.157	41.198	41.005	39.249	36.941	35.638	32.372	-9,2%
Cascais	6.143	9.572	11.917	12.781	12.076	12.096	12.189	11.865	11.484	9.292	-19,1%
Mafra	2.585	3.214	3.832	4.337	4.129	3.889	3.755	3.288	3.165	3.337	5,5%
Oeiras	9.548	10.634	11.633	10.939	10.580	10.362	9.447	8.543	8.587	8.360	-2,6%
Sintra	11.545	12.943	14.279	14.414	14.074	14.569	13.825	13.206	12.302	11.203	-8,9%
Particulares	232	466	559	686	337	89	34	40	99	180	81,6%

Por sua vez, as recolhas selectivas multimaterial registaram uma diminuição de -9,2% face ao ano anterior com -3.265 t, como se pode verificar pela análise do quadro seguinte.

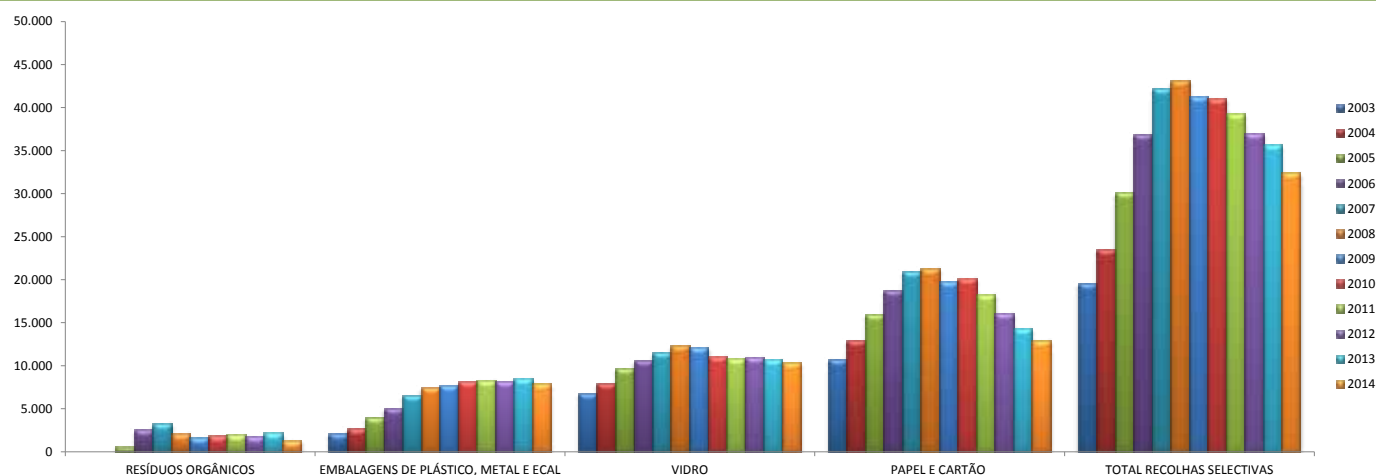
Recolhas Selectivas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
RESÍDUOS ORGÂNICOS											
AMTRES	550	2.502	3.228	2.092	1.668	1.822	1.938	1.786	2.168	1.242	-42,7%
Cascais	116	1.709	2.255	1.627	1.307	1.473	1.595	1.552	1.474	0	-100%
Mafra	351	383	344	464	361	346	343	222	250	458	83,7%
Oeiras	0	0	0	0	0	0	0	12	445	705	58,4%
Sintra	83	409	630	1	0	3	0	0	0	0	-
Particulares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	78	-
PAPEL E CARTÃO											
AMTRES	15.891	18.704	20.953	21.240	19.701	20.070	18.235	16.051	14.339	12.930	-9,8%
Cascais	2.970	4.151	5.003	5.618	5.273	5.193	5.057	4.717	4.425	4.099	-7,4%
Mafra	985	1.356	1.573	1.790	1.617	1.615	1.457	1.181	1.102	1.120	1,6%
Oeiras	6.074	6.638	7.134	6.373	5.937	5.692	4.947	4.309	3.886	3.600	-7,4%
Sintra	5.831	6.373	6.972	7.090	6.693	7.487	6.748	5.842	4.921	4.093	-16,80%
Particulares	31	185	271	368	181	83	27	2	4	18	352,6%



Recolhas Selectivas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
EMBALAGENS PLÁSTICO, METAL E ECAL											
AMTRES	3.926	5.023	6.534	7.448	7.695	8.074	8.223	8.167	8.467	7.848	-7,3%
Cascais	744	1.167	1.713	2.107	2.223	2.217	2.311	2.397	2.442	2.177	-10,90%
Maфра	274	422	618	736	737	704	686	680	673	681	1,2%
Oeiras	1.258	1.543	1.987	1.901	1.920	1.957	1.918	1.812	1.937	1.835	-5,2%
Sintra	1.524	1.798	2.129	2.604	2.770	3.191	3.301	3.241	3.322	3.071	-7,6%
Particulares	126	91	87	100	46	5	7	37	93	83	-10,4%
VIDRO											
AMTRES	9.686	10.599	11.507	12.376	12.134	11.040	10.854	10.937	10.663	10.352	-2,9%
Cascais	2.312	2.544	2.948	3.428	3.274	3.214	3.226	3.199	3.143	3.016	-4,1%
Maфра	975	1.052	1.298	1.347	1.414	1.224	1.269	1.205	1.139	1.078	-5,4%
Oeiras	2.216	2.452	2.512	2.664	2.724	2.713	2.582	2.411	2.319	2.219	-4,3%
Sintra	4.107	4.362	4.548	4.718	4.612	3.889	3.776	4.123	4.059	4.039	-0,5%
Particulares	76	189	201	218	110	1	0	0	2	1	-60,2%

Pormenorizando a análise das recolhas selectivas por material verifica-se um acentuado decréscimo nas recolhas de papel/cartão (-9,8% e -1.409 t) e nas embalagens de plástico, metal e ECAL (-7,3% e -619 t), a continuação da diminuição na recolha de vidro (-2,9% e -311 t) e o desvio negativo nos resíduos orgânicos (-42,7% e -926 t) face ao ano de 2013.

A evolução dos quantitativos recolhidos selectivamente por cada tipologia de material pode ser observada a partir do gráfico abaixo



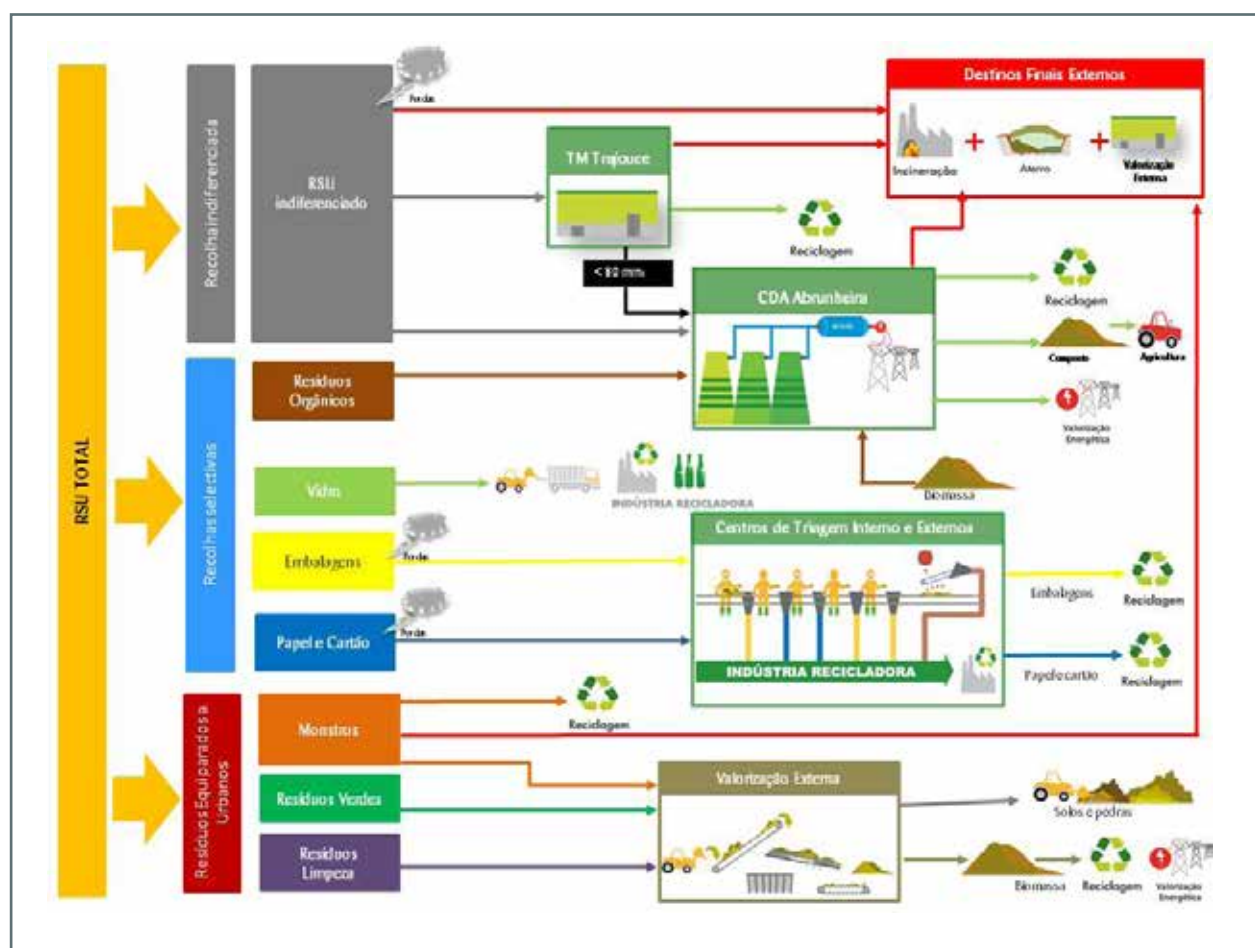
4.2. Tratamento e Valorização

A TRATOLIXO recebe as diversas tipologias de resíduos provenientes das recolhas do Sistema AMTRES e realiza, mediante a capacidade das

suas instalações, o seu tratamento, a partir do qual obtém produtos que comercializa.

Os rejeitados dos processos são en-

viados para destino adequado, tal como se pode observar no esquema abaixo.



No Ecoparque de Trajouce são recebidos cerca de 90% dos resíduos indiferenciados produzidos no Sistema. Por uma questão de logística e de optimização processual, estes resíduos são sujeitos à etapa de Tratamento Mecânico da CITRS e a fracção infra 80 mm (fracção

orgânica) – que é aqui separada da fracção não orgânica – é sujeita à etapa de Tratamento Biológico na CDA da Abrunheira.

Do processamento de resíduos indiferenciados no TM da CITRS de Trajouce resulta, tal como já foi referido, a produção de fardos de

vários tipos de materiais recicláveis que são posteriormente encaminhados para reciclagem.

Os resultados de produção desta unidade para o ano de 2014 são os que se apresentam no quadro seguinte.

Recuperação de recicláveis na CITRS	2012	2013	2014	Δ 2013-2014
Com origem na Recolha Indiferenciada (t)				
Filme plástico da Recolha Indiferenciada	1.575,20	929,46	1.463,34	57,44%
PEAD da Recolha Indiferenciada	144,12	54,32	109,76	102,06%
PET da Recolha Indiferenciada	169,56	136,08	201,24	47,88%
Cartão da Recolha Indiferenciada	1.451,37	855,19	1.137,47	33,01%
Aço da Recolha Indiferenciada	1.094,14	569,20	1.190,82	109,21%
Alumínio da Recolha Indiferenciada	17,95	10,47	17,78	69,84%
TOTAL	4.452,34	2.554,72	4.120,41	61,29%

Relembra-se que em 2013 a actividade da CITRS de Trajouce parou devido à requalificação do pavimento do edifício de recepção de RU, o que justifica o resultado para esse ano.

Decorrente da desactivação da etapa de TB desta unidade, em 2014 não houve produção de composto na mesma.

Desde Junho de 2013 que a CDA da Abrunheira recebe em exclusivo o resíduo infra 80 mm proveniente do processo de TM da

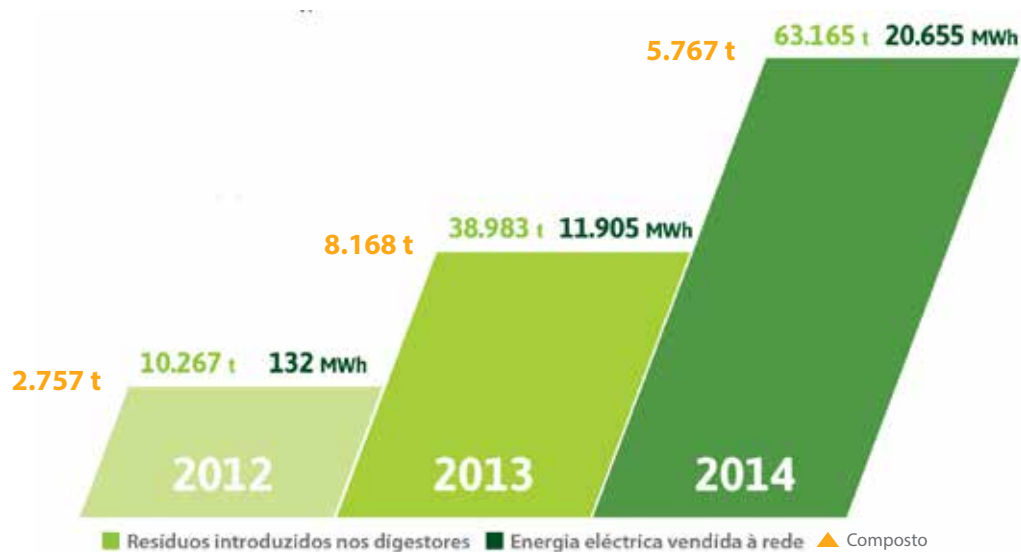
CITRS de Trajouce, fracção que é totalmente constituída por matéria orgânica.

Por este motivo, nesta unidade não é feita a recuperação de materiais recicláveis à excepção do aço, cuja produção em 2014 totalizou 141,92 t.

Em 2014, foram introduzidas nos biodigestores da CDA da Abrunheira 63.165 t de resíduos, a partir das quais se obtiveram 5.767,40 t de composto, uma variação de -29,39% face ao ano anterior,

motivada por dificuldades sentidas no processo de afinação deste produto.

Há igualmente a assinalar a produção de energia eléctrica a partir do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia, que em 2014 totalizou 20.654,57 MWh, valor que representa um acréscimo de +73,51% face ao ano anterior e que se deve ao arranque do 3º e último digestor da CDA, que ocorreu em meados de Fevereiro.



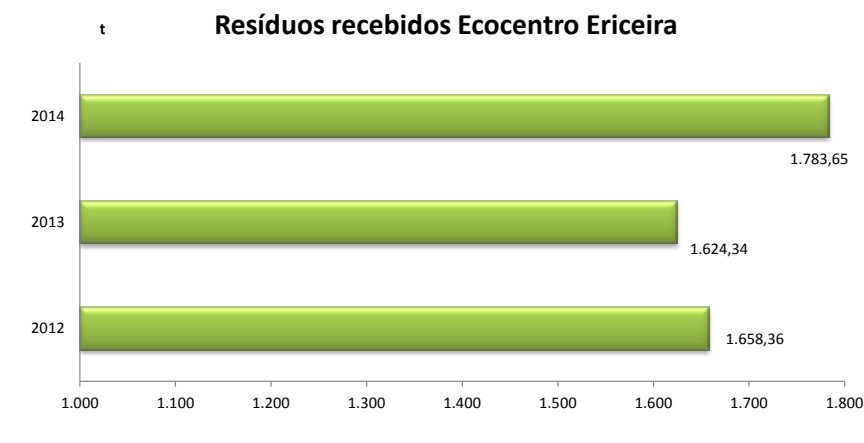
No respeitante à actividade desenvolvida no Ecocentro de Trajouce, os materiais potencialmente valorizáveis que provêm dos REU – ou seja, resíduos verdes, resíduos de limpeza e monstros – são segregados nesta instalação e encaminhados para destino final adequado, consoante a sua tipologia. Durante o ano de 2014 a recu-

peração de materiais a partir deste Ecocentro registou uma diminuição de -17,43% face ao ano de 2013 (-4.470,42 t), facto que é imputado à diminuição da quantidade de resíduos recolhidos, nomeadamente os resíduos verdes e os monstros – tal como já foi abordado no capítulo referente à recepção de resíduos – e que são

fonte de materiais com valor de mercado. Analisando as produções individuais do Ecocentro de Trajouce verifica-se que o resultado global resulta da quebra verificada na produção de biomassa (-3.778,96 t), consentânea com o decréscimo na recepção de resíduos verdes.

Ecocentro Trajouce (t)	2012	2013	2014	2013-2014
Plásticos rígidos	100,06	61,36	79,40	-29,40%
Pilhas	2,06	1,14	2,16	-89,47%
REEE	89,56	106,50	96,08	-9,78%
Metais	198,62	172,20	148,88	-13,54%
Pneus	514,98	713,04	38,38	-94,62%
Biomassa	15.374,76	24.585,55	20.806,59	15,37%
EPS	5,26	5,50	3,38	-38,55%
Total	16.285,30	25.645,29	21.174,87	17,43%

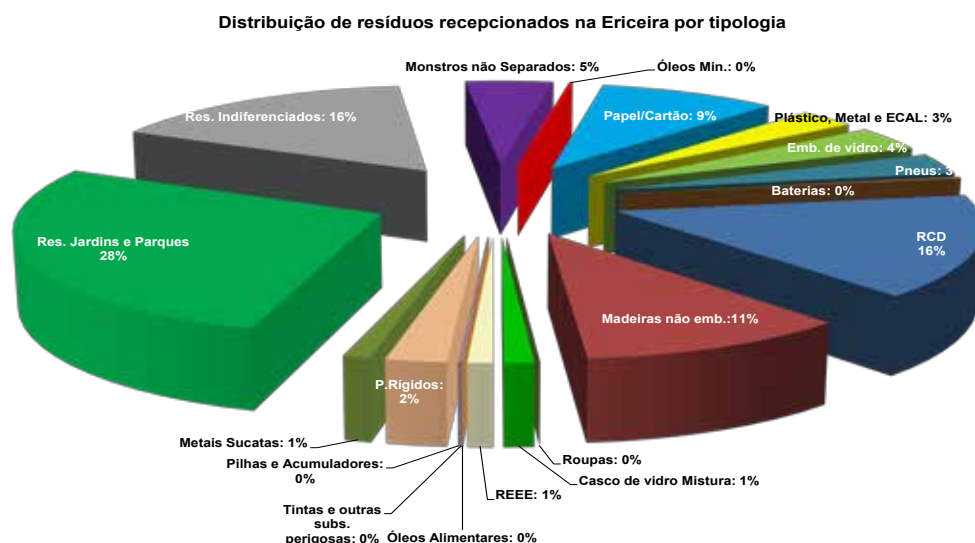
Salienta-se ainda que a redução observada na produção de pneus deveu-se a uma alteração no critério de contabilização de pneus recuperados neste Ecocentro, que passou a considerar exclusivamente os pneus recuperados a partir dos monstros, enquanto que nos anos anteriores eram também contabilizados os pneus provenientes de recolha selectiva. Quanto ao Ecocentro da Ericeira, foram recepcionadas nesta infra-



-estrutura durante o ano de 2014 um total de 1.783,65 t de resíduos, valor que constitui um aumento de +9,81% (+159,31 t) face ao ano

anterior e que decorre dos resultados favoráveis obtidos no último quadrimestre do ano.

Os resíduos recepcionados no referido Ecocentro distribuem-se por várias tipologias, cuja representatividade em 2014 se demonstra no gráfico seguinte.



A utilização desta infra-estrutura registou novamente um aumen-

to face ao ano de 2013, com um total de 11.816 utilizadores, o

que representa um aumento de +9,54% (+1.029 utilizadores). O aumento de afluência ao Ecocentro da Ericeira verificou-se tanto nos utilizadores colectivos como nos utilizadores particulares, o que demonstra a importância desta infra-estrutura para a gestão de resíduos do Sistema.

Entradas no Ecocentro da Ericeira por Tipologia de Utilizador



Após produção, os materiais recicláveis triados em todas estas infra-estruturas são retomados para reciclagem directamente

através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos, tais como a Sociedade Ponto Verde (SPV) que

é a actual entidade gestora dos Resíduos de Embalagem (RE). No que a este fluxo específico diz respeito, em termos de retomas

oriundas de recolha selectiva no ano de 2014 registou-se um decréscimo de -11% face ao ano ante-

rior (-2.491 t), resultado para o qual contribuíram maioritariamente as diminuições de -28% nas retomas

do papel/cartão (-2.248 t) e de -6% no vidro (-638 t).

*Retomas	Vidro (t)	Papel cartão (t) **	Plástico (t)	Metal (t)	Madeira (t)	Total (t)
2012	10.956	7.778	3.989	592	1.388	24.702
2013	10.711	7.901	4.082	590	74	23.358
2014	10.074	5.653	4.644	497	0	20.867
Δ 2013-2014	-6%	-28%	14%	-16%	-100%	-11%

*Apenas recolha selectiva






**Reporta apenas papel/cartão embalagem e inclui dados referentes às retomas de ECAL

O panorama das retomas encontra-se directamente relacionado com o decréscimo sentido nas quantidades de resíduos recolhidos. Salienta-se, contudo, a variação positiva face a 2013 das retomas de plástico, +14% e +562 t, fruto do bom desempenho operacional de triagem externo. Para além da reciclagem e por mo-

tivos de incapacidade de realizar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no Sistema AMTRES, a TRATOLIXO procede ao envio de resíduos e rejeitados dos seus processos para outros operadores de gestão de resíduos externos devidamente licenciados, tais como valorização orgânica, outra valorização multimaterial,

incineração e aterro.

Em termos de encaminhamento de resíduos para destino final, em 2014 verificou-se um decréscimo de -3,33% face ao ano anterior, fruto da quebra na recepção de resíduos, tal como se pode verificar no quadro abaixo.

	2012	2013	2014	Variação
 Aterro	156.580,73	62.260,10	35.437,44	-43,08%
Resíduos Indiferenciados	20.117,97	20.921,40	20.421,50	-2,39%
Outros Resíduos	57.352,30	796,58	380,12	-52,28%
Rejeitados dos processos	79.110,46	40.542,12	14.635,82	-63,90%
 Aterro Inertes	3.804,08	0,00	0,00	0,00%
Outros Resíduos	3.804,08	0,00	0,00	0,00%
 Valorização orgânica	23.973,36	12.877,12	33.003,90	156,30%
Resíduos Indiferenciados	23.755,64	972,46	11.275,72	1.059,50%
Outros Resíduos	217,72	10.459,50	869,04	-91,69%
Rejeitados dos processos	0,00	1.445,16	20.859,14	1.343,38%
 Outra Valorização	9.676,84	48.662,35	82.706,68	69,96%
Resíduos Indiferenciados	94,46	0,00	8.483,66	+100,00%
Outros Resíduos	0,00	19.857,78	37.857,72	90,64%
Rejeitados dos processos	9.582,38	28.804,57	36.365,30	26,25%
 Incineração	113.317,94	179.119,84	141.687,94	-20,90%
Resíduos Indiferenciados	42.456,64	122.446,08	82.298,26	-32,79%
Rejeitados dos processos	70.861,30	56.673,76	59.389,68	4,79%
Total envios	307.352,95	302.919,41	292.835,96	-3,33%

Também o envio directo de resíduos indiferenciados para aterro e para incineração sofreram decréscimos face a 2013, -2,39% e -32,79%, respectivamente, tendo sido privilegiado o envio desta tipologia de resíduos para destinos que praticavam operações de valorização orgânica (+1059,50%) e outros tipos de valorização (+100,00%).

No global do ano de 2014, o envio de resíduos urbanos e equiparados a urbanos directamente para aterro totalizou 20.801,62 t, quantitativo que representa 5,33% do total de resíduos recolhidos no Sistema AMTRES.

Com a publicação do PERSU 2020, os Sistemas de Gestão de Resíduos têm metas individuais a cumprir no respeitante aos objectivos de deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) em aterro, à preparação para reutilização e reciclagem e relativamente às retomas de recolha selectiva.

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), enquanto autoridade nacional de resíduos, definiu a metodologia de cálculo destas metas, tendo por base a Decisão 2011/753/UE de 18 de Novembro de 2011, que estabelece as regras e métodos de cálculo para verificar o cumprimento dos objectivos

estabelecidos no n.º 2 do art.º 11º da Directiva 2008/98/CE de 19 de Novembro de 2008 do Parlamento Europeu e do Conselho (Directiva Quadro de Resíduos).

Assim sendo, a TRATOLIXO apresenta no quadro abaixo os resultados obtidos para 2014 no que diz respeito ao cumprimento das referidas metas e segundo a metodologia da APA.

Refere-se que os dados apresentados são provisórios, aguardando-se a validação por parte da APA relativamente às imputações de resíduos da TRATOLIXO enviados para outros Sistemas.

Objectivo PERSU 2020	Resultados TRATOLIXO 2014
1. Deposição de RUB em aterro (%)	8
2. Preparação para a reutilização e reciclagem (%)	44
3. Retomas de recolha selectiva (kg/hab..ano)	34

4.3. Consumos e Impactes Ambientais da Actividade

É na componente ambiental da sustentabilidade que incidem os principais impactes da actividade da TRATOLIXO, pelo que a empresa assumiu formalmente na sua Política Integrada a prevenção da poluição e a utilização eficiente dos recursos naturais. **(G4-DMA Materiais, G4-DMA Energia, G4-DMA Água, G4-DMA Efluentes e Resíduos)**

Esta preocupação reflectiu-se no Programa de Gestão da empresa, que introduziu objectivos concretos e indicadores para controlar e diminuir os consumos da actividade, tais como o consumo de materiais. **(G4-DMA Materiais)**

A TRATOLIXO utiliza na actividade fabril materiais ou produtos considerados primários, pois o processo não decorre sem eles, enquanto que nas áreas de suporte são empregues materiais considerados acessórios.

O processo produtivo da empresa não sofreu alterações significativas em 2014. Em contrapartida, consolidou-se o seu funcionamento e desempenho das várias infra-estruturas.

Manteve-se, assim, a utilização

TRAJOUCE (G4-EN1)			
	2012	2013	2014
Ácido Sulfúrico 0,05 M (litros)	0,00	0,00	0,00
Ácido clorídrico (litros)	0,00	0,00*	0,00
Hipoclorito de Sódio (kg)	60,00	60,00	150,00
Ácido Muriático (litros)	1,00	3,00	5,00
Carvão activo (kg)	0,00	0,00	0,00
Óleo mineral (litros)	4.977,50	2.810,25	3.607,00
Arame (t)	23,70	24,01	60,40
Sal Granulado (kg)	0,00	3,00	0,00
Soda cáustica (toneladas)	0,00	0,00	4,00

*Corrigido o valor consumido face ao reportado no relatório do ano anterior.

ABRUNHEIRA (G4-EN1)			
	2012	2013	2014
Ácido Sulfúrico a 98% (t)	12,02	31,06	13,98
Ácido Sulfúrico a 0,5 M (litros)	15,00	12,00	20,00
Ácido clorídrico (litros)	300,00	2.100,00	1.410,00
Hipoclorito de Sódio (kg)	0,00	0,00	60,00
Carvão activo (kg)	0,00	0,00	0,00
Óleo mineral (litros)	400,00	14.414,00	8.025,50
Arame (ton)	8,00	4,00	0,00
Floculante (t)	2,50	6,00	10,50
Cal hidratada (t)	0,00	10,00	39,36
Soda cáustica (t)	0,00	69,86	78,26
Sal Granulado (t)	1,00	2,10	0,00
Azoto líquido (litros)*	1,00	3,00	180,00
Glicerina (litros)	820,00	3.075,00	624,00
Bicarbonato de sódio (t)	0	1,23	0,00

*Corrigida a unidade de reporte e os valores consumidos face ao reportado no relatório do ano anterior.

dos mesmos materiais primários e acessórios. Nenhum é de produção interna, sendo todos adquiridos junto dos fornecedores da empresa.

Os consumos de materiais primários da actividade fabril da empresa tiveram por base metodológica de contabilização as saídas de stock registadas nos armazéns de cada Ecoparque. O aumento registado no consumo de arame em Trajouce deveu-se à internalização da triagem do Papel/Cartão, processo no qual o arame é utilizado para enfardamento deste material.

O Hipoclorito de sódio também registou um aumento em Trajouce devido à sua utilização para desinfectação do reservatório de água que abastece o Edifício Administrativo deste Ecoparque.

Quanto à actividade fabril da Abrunheira, os consumos de materiais primários em 2014 apresentam-se no segundo quadro ao lado.

Uma vez que a CDA aumentou gradualmente a sua laboração, tendo atingido em 2014 o seu pleno funcionamento, é natural verificar-se um maior consumo da maioria dos materiais face a 2013.

No caso dos materiais primários, dada a sua natureza, não é possível recorrer a uma utilização dos mesmos com proveniência a partir da reciclagem. Exceptua-se o arame, mas a empresa não dispõe de informação suficiente para afirmar que o arame consumido na actividade é ou não constituído por material reciclado, pelo que se tem assumido sempre que este material é obtido a partir de matéria-prima virgem.

Já no que respeita aos materiais acessórios utilizados nas áreas de suporte da actividade, essa opção encontra-se mais facilitada.

São exemplos de materiais acessórios adquiridos e consumidos na empresa com proveniência na reciclagem os pneus, o gasóleo e o papel de escrita. Os dois primeiros são consumidos na actividade fabril e o último na actividade administrativa.

Relativamente ao consumo de materiais acessórios com proveniência na reciclagem e com utilização na actividade fabril, não sendo possível discriminar por Ecoparque, apresenta-se no quadro acima as percentagens face aos respectivos totais individuais,

representando os valores apresentados o total da empresa.

Foi adquirido um maior quantitativo de pneus novos face a 2013 pelo facto de muitas lonas que eram sujeitas a recauchutagem terem atingido o seu fim de vida. Quanto ao consumo de gasóleo,

riais acessórios com proveniência da reciclagem e com utilização na actividade administrativa, apresentam-se abaixo os resultados discriminados por Ecoparque. O aumento do consumo total de papel – e também de papel branco e papel reciclado – deveu-se à

	G4 -EN2		
	2012	2013	2014
Pneus recauchutados (un.)*	265	267	209
Pneus novos (un.)*	203	117	170
Total pneus (un.)*	468	384	379
Percentagem Pneus Novos (%)	43,38%	30,47%	44,85%
Percentagem Pneus Recauchutados (%)	56,62%	69,53%	55,15%
Gasóleo com biodiesel incorporado (l)**	796.196,00	613.690,89	1.008.480,00

*Valores calculados com base nas compras efectuadas

**Dados exclusivos do consumo de gasóleo da frota de viaturas pesadas da empresa

o aumento verificado deveu-se a uma maior aposta no transporte de resíduos realizado por meios internos.

Em relação ao consumo de mate-

rialização de serviços de comunicação e *marketing*, bem como ao incremento do número de trabalhos de impressão transversal a todas as áreas administrativas.

TRAJOUCE (G4-EN2)				
	2012	2013	2014	Δ 2013-2014 (%)
Papel branco (kg)	388,48	378,10	2.744,90	625,98%
Papel reciclado (kg)	24,09	15,81	208,68	1.220,12%
Total (kg)	412,57	393,90	2.953,58	649,82%
Papel reciclado face ao total (%)	5,84	4,01	7,07%	76,06%

ABRUNHEIRA (G4-EN2)				
	2012	2013	2014	Δ 2013-2014 (%)
Papel branco (kg)	79,44	59,76	769,27	1187,17%
Papel reciclado (kg)	5,46	3,93	24,14	514,33%
Total (kg)	84,89	63,69	793,41	1145,66%
Papel reciclado face ao total (%)	6,43	6,17	3,04%	-50,68%

**Sabia que ...
Para produzir um pneu novo, é necessário gastar cerca de 27 litros de petróleo bruto?**

No que respeita à temática energética, a TRATOLIXO possui dois Planos de Racionalização Energética – um para as instalações de Trajouce e outro para as instalações da Abrunheira – com medidas propostas para diminuir os seus consumos referentes a este aspecto ambiental.

(G4-DMA Energia)

Em termos de consumo total de energia, foram efectuadas correcções aos valores reportados em anos anteriores, decorrentes da aplicação de factores de conversão locais para tonelada equivalente de petróleo (tep) a cada combustível utilizado nas instalações da empresa, encontrando-se os mesmos tabelados no Despacho n.º 17313/2008 de 3 de Junho e na Directiva n.º 2006/32/CE de 5 de Abril de 2006.

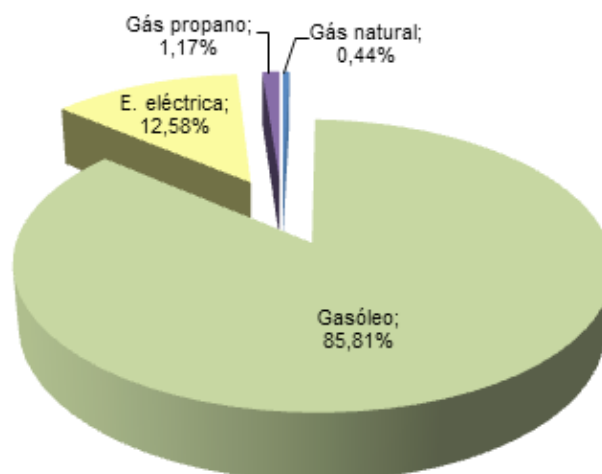
Em 2014 o consumo total de energia das instalações de Trajouce foi

de 34.322,91 GJ, o que constitui um acréscimo de +6,75% face ao ano anterior, tal como se pode verificar a partir do quadro seguinte **(G4-EN3)**.

Os tipos de energia consumidos nesta instalação são todos oriundos de fontes não renováveis – energia eléctrica, gasóleo, gás propano e gás natural – na proporção que se apresenta grafica

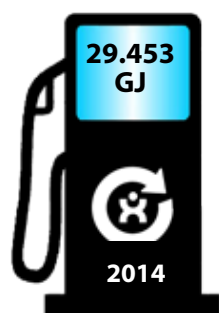
mente abaixo. A evolução dos consumos individuais destes tipos de energia é apresentada nos esquemas da página seguinte e foi calculada, em 2014, através da facturação.

TRAJOUCE (G4-EN3)				
	CONSUMO DE ENERGIA (GJ)	PRODUÇÃO DE ENERGIA GJ	CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (GJ)	VARIAÇÃO ANUAL (%)
2011	61.435,97	8,89	61.427,08	-
2012	42.729,02	5,15	42.723,87	-30,45%
2013	32.155,12	3,34	32.151,77	-24,75%
2014	34.323,41	0,50	34.322,91	6,75%



CONSUMOS ENERGÉTICOS ECOPARQUE DE TRAJOUCE (G4-EN3)

Consumo
de
Gasóleo



Consumo
de
Energia eléctrica



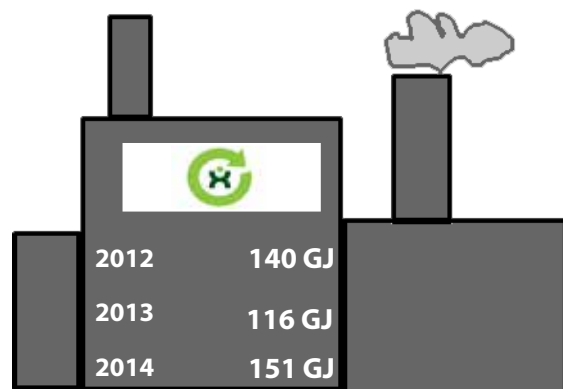
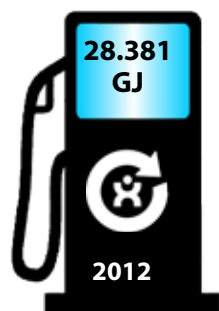
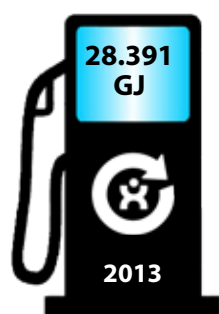
Consumo
de
Gás Propano



Analisando individualmente os consumos do Ecoparque de Trajouce, verifica-se um aumento em todas as fontes de energia.

Estes aumentos são justificados, no caso da energia eléctrica, com a triagem interna do papel/cartão que recomeçou em 2014 e no caso do gasóleo, com o incremento do transporte interno de resíduos para a Abrunheira e aumento da idade da frota de pesados, que se traduz num aumento do consumo por diminuição de eficiência dos equipamentos.

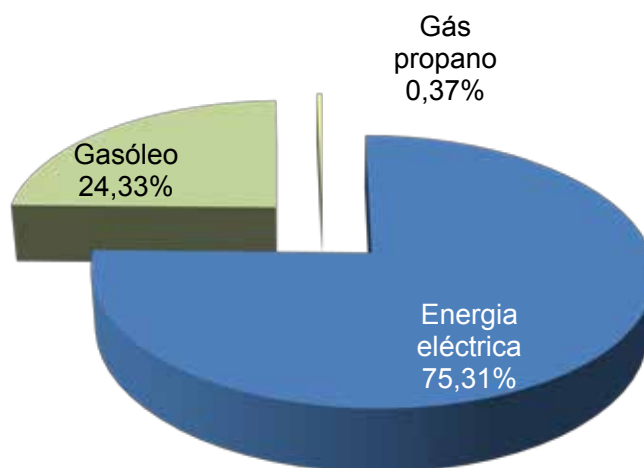
No respeitante às instalações do Ecoparque da Abrunheira, o consumo total de energia das mesmas foi, em 2014, de 43.134,12 GJ, valor que constitui um aumento de +89,97% face ao registado no ano anterior (G4-EN3).



Consumo
de
Gás Natural

ABRUNHEIRA (G4-EN3)				
	CONSUMO DE ENERGIA (GJ)	PRODUÇÃO DE ENERGIA (GJ)	CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (GJ)	VARIACÃO ANUAL (%)
2013	20.149,50	42.854,65	-22.705,16	-
2014	31.108,16	74.356,43	-43.134,12	89,97%

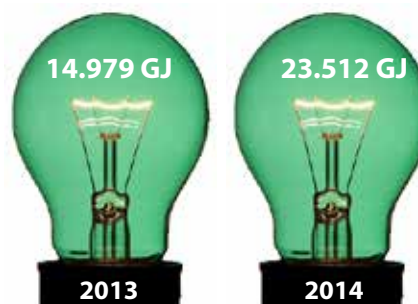
Em 2014, estas instalações consumiram energia eléctrica, gasóleo e gás propano – combustíveis de origem não renovável – na proporção que se apresenta no gráfico ao lado.



Os consumos individuais destas tipologias de energia foram apurados, quando possível, por facturação e são apresentados nos esquemas abaixo.

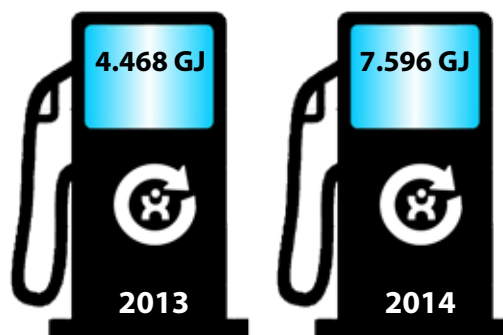
CONSUMOS ENERGÉTICOS ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA (G4-EN3)

Consumo de
Energia eléctrica



CONSUMOS ENERGÉTICOS ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA (G4-EN3)

Consumo de
Gasóleo



Consumo de
Gás Propano



O aumento do consumo de electricidade na instalação da Abrunheira face a 2013 deve-se sobretudo ao arranque do 3º biodigestor da CDA e à entrada em funcionamento da ETARI, enquanto que o consumo de gasóleo fica

a dever-se a uma maior utilização de equipamentos móveis, pelo aumento da quantidade de resíduos processados na CDA.

A diminuição de consumo de gás propano deve-se ao facto do funcionamento do equipamento

que utiliza este tipo de energia – caldeira de metanização – não ter sido necessário, tendo o mesmo funcionado poucas horas durante o ano de 2014.

Relativamente ao consumo de energia fora da empresa – quer em termos de recolha de resíduos quer em termos de comercialização dos materiais transformados – estas actividades não são efectuadas pela TRATOLIXO, pelo que a empresa não dispõe de dados e não controla este indicador, que sai fora do seu âmbito de reporte.

(G4-EN4)

A taxa de intensidade energética que a empresa utiliza é calculada com base na energia consumida por tonelada de resíduos processados, constituindo por isso uma intensidade no produto.

Em Trajouce a taxa de intensidade energética da empresa em 2014 foi de 3,12 kgep/t e na Abrunheira a taxa de intensidade energética foi de 14,51 kgep/t **(G4-EN5)**.

A optimização dos processos produtivos de modo a realizar o mesmo trabalho com o menor impacto possível é uma constante preocupação da empresa.

Sempre que possível, são levadas a cabo acções de modernização de equipamentos ou são adquiridos equipamentos energeticamente mais eficientes.

A interrupção de algumas acti-

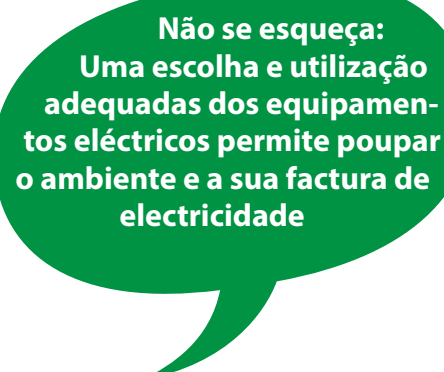
vidades no passado – casos das etapas de tratamento biológico e Afinação e Triagem do Papel/cartão em Trajouce – permitiu reduzir o consumo de energia eléctrica desta instalação.

A sensibilização dos funcionários para as práticas de racionalização energética – quer a nível de área administrativa quer a nível de área fabril – é também uma iniciativa praticada frequentemente e que permite economizar o consumo energético da empresa.

Existe também uma forte aposta da empresa em equipamentos de iluminação com baixo consumo energético.

Estas práticas são frequentes mas a sua adopção não nos permite quantificar isoladamente a redução energética conseguida.

Com o Ecoparque da Abrunheira e uma vez que as suas instalações são recentes, estas foram já pensadas de raiz numa óptica de racionalização e eficiência energética.



**Não se esqueça:
Uma escolha e utilização
adequadas dos equipamen-
tos eléctricos permite poupar
o ambiente e a sua factura de
electricidade**

A CDA possui equipamentos dotados de classes energéticas elevadas e uma vez que ainda se encontra a evoluir gradualmente no processamento de resíduos, foram apenas ajustados os horários de iluminação de cada nave. **(G4-EN6)**

Por isso mesmo, pode-se afirmar que o serviço prestado pela TRATOLIXO e os produtos da sua actividade têm em linha de conta a crescente redução do consumo energético, sendo que os próprios produtos recicláveis comercializados são, por si só, uma forma de poupança energética para o seu consumidor final – a indústria recicladora – face à utilização de matérias-primas virgens.

(G4-EN7)

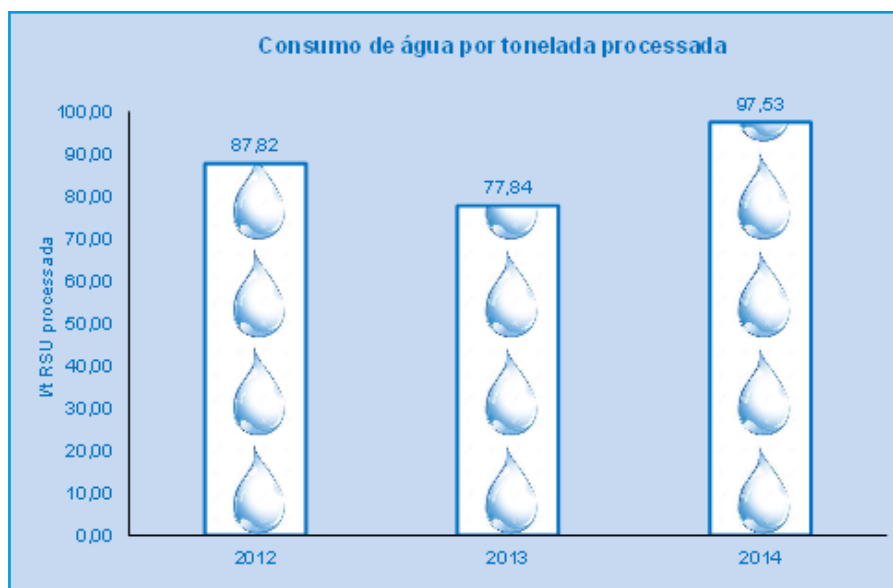
O uso industrial da água representa mundialmente uma das maiores fatias de consumo, pelo que a racionalização do consumo deste aspecto ambiental assume uma elevada relevância para a TRATOLIXO e para a sua actividade. **(G4-DMA Água)**

Sendo este recurso natural fundamental para a operacionalidade das suas instalações, em 2014 o consumo de água por tonelada de resíduo tratado foi de 97,53 l/t, um ligeiro aumento face ao ano anterior.

Salienta-se que para o cálculo deste indicador passou também a ser contabilizado, desde 2012, o consumo de água da Abrunheira, pelo que os valores aqui reportados diferem do apresentado em relatórios anteriores.

Durante o ano de 2014 o Ecoparque de Trajouce consumiu um total de 7.325,81 m³ de água – valor apurado com base nas leituras dos contadores existentes – o que representa um aumento de +7,73% (+525,79 m³) que no ano anterior, tal como se pode observar no quadro ao lado **(G4-EN8)**.

Em termos de consumos individuais por tipologia de fonte,



CONSUMO DE ÁGUA (G4-EN8)				
ECOPARQUE DE TRAJOUCE				
	2012	2013	2014*	Δ 2013-2014
Rede (m ³)	3.543,62	2.804,12	2.696,81	-3,83%
Furos (m ³)	9.915,00	3.996,00	4.629,00	-15,84%
Consumo total (m³)	13.458,62	6.800,12	7.325,81	7,73%

*Consumo medido

verificou-se um menor consumo de água da rede, -3,83%, embora tenha aumentado em +15,84% o consumo de água dos furos.

No Ecoparque da Abrunheira, o consumo total de água em 2014 foi de 30.757,00 m³ – valor apurado com base na facturação – sendo que este valor representa um aumento de 24,86% (+6.123,94 m³) face a 2013, tal como se pode observar no quadro da página seguinte **(G4-EN8)**.

Este aumento deveu-se à entrada em funcionamento da ETARI e à necessidade de utilizar água para testar determinados órgãos desta unidade.

No respeitante ao consumo de água no Ecocentro da Ericeira, o valor de 2014 foi também apurado com base na facturação e totalizou 683,00 m³, um aumento de +1,08% (+7,27 m³), o que não é significativo para esta instalação **(G4-EN8)**.

No Ecoparque de Trajouce e no Ecocentro da Ericeira a percentagem de água recirculada é zero, pois não é possível, por motivos estruturais de projecto destas instalações, promover a sua reutilização.

No Ecoparque da Abrunheira, com a entrada em funcionamento da ETARI foram reaproveitados 1.727,57 m³ de água proveniente desta infra-estrutura e reconduzida para o processo fabril e rede de incêndio. Este valor foi determinado pela leitura do contador que se encontra instalado à entrada do depósito de água industrial.

Face ao total de água consumida neste Ecoparque em 2014, a percentagem de água recirculada na Abrunheira no ano a que reporta este relatório foi de 5,62% **(G4-EN10)**.

Apesar de ser uma entidade que procede ao tratamento de resíduos, a TRATOLIXO tem também a sua própria produção de resíduos decorrente da actividade, que procura minimizar. **(G4-DMA Efluentes e Resíduos)**

Em 2014 a empresa produziu internamente um total de 10.246,57 t de resíduos, ou seja, -61,70% face

CONSUMO DE ÁGUA (G4-EN8)				
ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA				
	2012	2013	2014*	Δ 2013-2014
Rede (m ³)	23.121,55	24.633,06	30.757,00	24,86%

* consumo facturado

CONSUMO DE ÁGUA (G4-EN8)				
ECOPARQUE DA ERICEIRA				
	2012	2013	2014*	Δ 2013-2014
Rede (m ³)	1.024,09	675,73	683,00	1,08%

* consumo facturado

Sabia que...
Portugal encontra-se entre os 6 países do mundo com a Pegada hídrica mais elevada, com 2.260 m³/pessoa/ano - o equivalente ao conteúdo de uma piscina olímpica

ao ano anterior, resultante

do encaminhamento de

efluentes da CDA para a

ETARI em detrimento do envio para operadores externos.

Individualmente por Ecoparque, em Trajouce houve uma produção total de 141,35 t de resíduos (+23,96%) enquanto que na Abrunheira registou-se uma produção total de 10.105,22 t (-62,07%).

As quantidades de resíduos produzidas internamente são reportadas anualmente num formulário disponível numa plataforma electrónica criada pela autoridade

nacional de resíduos, a APA, entidade reguladora que é tutelada pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE).

Nessa plataforma, designada Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILIAMB), a TRATOLIXO preenche o Mapa Integrado de Registo de Resíduos, designado por formulário MIRR. **(G4-DMA Efluentes e Resíduos)**

A produção de resíduos da empresa é variável de ano para ano em termos de códigos LER e de destinos finais, consoante a instalação de origem. Assim sendo, apresentam-se nos quadros seguintes a produção

de resíduos nas instalações de Trajouce e da Abrunheira entre 2012 e 2014, por resíduo, destino final e existência de perigosidade, segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho. Salienta-se que o código da

operação reportada corresponde à do último ano de produção do resíduo em questão **(G4-EN23)**.

TRAJOUCE (G4-EN23)

DESTINO – PRÉ-PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
200101	Papel/Cartão	0,00	0,00	3.353,50	R12	Não
200108	Resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas	4.962,85	4.375,30	4.047,59	R12	Não
200139	Plásticos (inclui plástico, metal e ECAL)	1.971,55	2.196,25	2.516,75	R12	Não
200301	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos (Resíduos indiferenciados)	2.812,65	3.204,50	3.778,70	R12	Não

DESTINO - ARMAZENAMENTO COM VISTA À VALORIZAÇÃO

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
130110 (*)	Óleos hidráulicos minerais não clorados	0,00	445,00	1.068,00	R13	Sim
130113 (*)	Outros óleos hidráulicos	534,00	0,00	0,00	R13	Sim
130205 (*)	Óleos minerais não clorados de motores, transmissões e lubrificação	890,00	445,00	356,00	R13	Sim
130208 (*)	Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	623,00	623,00	712,00	R13	Sim
140603	Outros solventes e misturas de solventes	0,00	40,00	40,00	R13	Não
150110 (*)	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	360,00	216,00	192,00	R13	Sim
150202 (*)	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de protecção, limpeza e vestuário de protecção, contaminados por substâncias perigosas	200,00	70,00	293,00	R13	Sim
150203	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de protecção não abrangidos em 15 02 02	200,00	29,00	32,00	R13	Não
160107 (*)	Filtros de óleo	208,00	104,00	94,00	R13	Sim
160112	Pastilhas de travões não abrangidas em 16 01 11	135,00	252,00	176,00	R13	Não
160121 (*)	Componentes perigosos não abrangidos em 16 01 07 a 16 01 11, 16 01 13 e 16 01 14	168,00	104,00	141,00	R13	Sim
160216	Componentes retirados de equipamento fora de uso não abrangidos em 16 02 15	43,00	21,00	0,00	R13	Não
200101	Papel e Cartão	2.004,10	2.626,60	0,00	R13	Não

200121 (*)	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	40,00	0,00	20,00	R13	Sim
200123 (*)	Equipamento fora de uso contendo cloro-fluorcarbonetos	0,00	0,00	0,00	R13	Sim
200135 (*)	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 20 01 21 ou 20 01 23 contendo componentes perigosos	27,50	191,11	0,00	R13	Sim
200136	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35	0,00	80,00	31,60	R13	Não
200140	Metais (sucata)	1.471,00	292,00	370,50	R13	Não

DESTINO - TRATAMENTO FÍSICO-QUÍMICO COM VISTA À ELIMINAÇÃO

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
161001 (*)	Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas	4.760,00	0,00	0,00	D9	Sim
180103 (*)	Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitos a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções	27,54	9,00	39,00	D9	Sim
190813 (*)	Lamas de outros tratamentos de águas residuais industriais contendo substâncias perigosas	9.260,00	0,00	0,00	D9	Sim

DESTINO - INCINERAÇÃO

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
180101	Objectos cortantes e perfurantes (excepto 18 01 03)	1,47	1,05	2,73	D10	Sim

DESTINO - ARMAZENAMENTO COM VISTA À ELIMINAÇÃO

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
120301 (*)	Líquidos de lavagem aquosos	55,00	0,00	0,00	D15	Sim
130508 (*)	Misturas de resíduos provenientes de desarenadores e de separadores óleo/água.	0,00	0,00	900,00	D15	Sim
150202 (*)	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de protecção, contaminados por substâncias perigosas	200,00	400,00	0,00	D15	Sim
150203	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de protecção não abrangidos em 15 02 02	0,00	100,00	0,00	D15	Não
160121 (*)	Componentes perigosos não abrangidos em 16 01 07 a 16 01 11, 16 01 13 e 16 01 14	168,00	0,00	0,00	D15	Sim
170503 (*)	Solos e Rochas contendo substâncias perigosas	4.120,00	0,00	0,00	D15	Sim
190811 (*)	Lamas do tratamento biológico de águas residuais industriais contendo substâncias perigosas	7.400,00	0,00	0,00	D15	Sim
190813 (*)	Lamas de outros tratamentos de águas residuais industriais contendo substâncias perigosas	8.120,00	98.120,00	123.000,00	D15	Sim
191212	Outros resíduos (incluindo misturas de materiais) do tratamento mecânico de resíduos não abrangidos em 19 12 11.	3.252,50	0,00	136,00	D15	Não

200301	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos: Absorventes Higiênicos	340,08	90,60	53,65	D15	Não
--------	---	--------	-------	-------	-----	-----

LEGENDA:

R3 – Reciclagem/recuperação de substâncias orgânicas.

R12 – Troca de Resíduos com vista à valorização

R13 – Armazenamento de resíduos destinados a valorização.

D9 – Tratamento físico-químico.

D10 – Incineração em terra.

D15 – Armazenamento antes de eliminação.

ABRUNHEIRA (G4-EN23)

DESTINO – VALORIZAÇÃO ORGÂNICA

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
161001 (*)	Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas	0,00	541.000,00	0,00	R3	Sim
161002	Resíduos líquidos aquosos não abrangidos em 16 10 01	0,00	2.467.800,00	0,00	R3	Não
200301	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos (Resíduos indiferenciados)	1.322,86	2.667,86	2.896,85	R3	Não
200108	Resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas	2.021,76	1.193,34	233,65	R3	Não

DESTINO – REGENERAÇÃO

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
130110 (*)	Óleos hidráulicos minerais não clorados	748,00	3.168,00	6.757,00	R9	Sim
130208 (*)	Outros óleos de motores transmissões e lubrificação	0,00	403,00	0,00	R9	Sim

DESTINO - ARMAZENAMENTO COM VISTA À VALORIZAÇÃO

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
150110 (*)	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	36,00	36,00	0,00	R13	Sim
160107 (*)	Filtros de óleo	104,00	104,00	520,00	R13	Sim
161001 (*)	Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas	193.300,00	0,00	0,00	R13	Sim

161002	Resíduos líquidos aquosos não abrangidos em 16 10 01	0,00	8.800.220,00	10.093.250,00	R13	Não
200101	Papel e Cartão	780,82	244,44	77,05	R13	Não
200139	Plásticos (inclui plástico, metal e ECAL)	1.215,69	1.369,19	286,29	R13	Não

DESTINO - TRATAMENTO FÍSICO-QUÍMICO COM VISTA À ELIMINAÇÃO

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
130110 (*)	Óleos hidráulicos minerais não clorados	0,00	0,00	90,00	D9	Sim
161001 (*)	Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas	14.880.580,00	4.472.500,00	0,00	D9	Sim
161002	Resíduos líquidos aquosos não abrangidos em 16 10 01	0,00	10.347.200,00	0,00	D9	Não
161003 (*)	Concentrados aquosos contendo substâncias perigosas	127.620,00	0,00	0,00	D9	Sim
180101	Objectos cortantes e perfurantes (excepto 18 01 03)	0,42	0,00	2,73	D9	Sim
180103 (*)	Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções	0,00	30,00	39,00	D9	Sim

DESTINO - INCINERAÇÃO

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
180101	Objectos cortantes e perfurantes (excepto 18 01 03)	0	0,84	0,00	D10	Sim
180103 (*)	Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções	9,18	0,00	0,00	D10	Sim

DESTINO - ARMAZENAMENTO COM VISTA À ELIMINAÇÃO

LER	Designação do resíduo	2012 (kg)	2013 (kg)	2014 (kg)	Operação	Perigosidade
120301 (*)	Líquidos de lavagem aquosos	220,00	440,00	495,00	D15	Sim
150202 (*)	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de protecção, contaminados por substâncias perigosas	40,00	80,00	0,00	D15	Sim
150203	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de protecção não abrangidos em 15 02 02	0,00	400,00	400,00	D15	Não
160114 (*)	Fluídos anti congelantes contendo substâncias perigosas	0,00	0,00	173,00		Sim
170503 (*)	Solos e rochas contendo substâncias perigosas	6.360,00	0,00	0,00	D15	Sim
190813 (*)	Lamas de outros tratamentos de águas residuais industriais contendo substâncias perigosas	18.960,00	0,00	0,00	D15	Sim

Legenda

R3 – Reciclagem/recuperação de substâncias orgânicas.

R9 – Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos.

R13 – Armazenamento de resíduos destinados a valorização.

D9 – Tratamento físico-químico.

D10 – Incineração em terra.

D15 – Armazenamento antes de eliminação.



Em 2014 não se registaram ocorrências com derrames ou espalhamento de resíduos de grandeza significativa **(G4-EN24)**. As instalações da empresa não se encontram localizadas em áreas

de valor significativo em termos de biodiversidade e nas suas proximidades não existem corpos de água identificados na Directiva Habitats. Uma vez que a TRATOLIXO não

efectua descargas para o meio hídrico, não faz uso intensivo de água nem realiza drenagens, o impacte da empresa relativamente a este indicador é zero. **(G4-EN26)**

No decorrer do ano de 2014, a principal medida levada a cabo pela empresa que permitiu minimizar impactos ambientais associados ao desenvolvimento da sua actividade foi a captação de biogás do Aterro de Trajouce e sua conversão em energia eléctrica na CVEBAT. Sendo o metano produzido no aterro – em consequência da degradação da fracção orgânica nele depositada – um importante Gás de Efeito de Estufa (GEE), a TRATOLIXO efectua a sua captação por imposição legal e recorreu à instalação da CVEBAT como metodologia de aproveitamento do biogás.

Neste domínio, a quantificação da mitigação do impacto da actividade de gestão de resíduos é apurada através de um exercício teórico. Nesse exercício, é realizado um cálculo

da quantidade de CO₂ eq que se evitou emitir para a atmosfera em 2014, tendo por base a captação em volume dos principais gases que compõem o biogás – CO₂ e CH₄ (convertido em CO₂ eq) – à qual se subtraiu a emissão de CO₂ resultante da combustão do

Sabia que...
Num horizonte de tempo a 100 anos, o metano tem um potencial de aquecimento global 21 vezes superior ao do dióxido de carbono.

grupo motor-gerador da CVEBAT. Face ao exposto, em 2014 conseguiu-se evitar a emissão de 423.960,49 Nm³ de CO₂ eq (**G4-EN27**), uma redução face ao

ano anterior que se justifica com a diminuição do número de horas de funcionamento do grupo motor-gerador. Em 2014, a TRATOLIXO só foi alvo de uma reclamação do exterior (municípios) relacionada com impactos ambientais da actividade – reclamação de odores – tendo a mesma sido tratada convenientemente. (**G4-EN34**)

	2012	2013	2014
Emissões de CO₂ evitadas (Nm³) - (G4-EN27)	6.266.359,71	3.143.906,05	423.960,49

4.4. Empreitadas

4.4.1. Células de Confinamento Técnico da Abrunheira

Foi lançado em Agosto o procedimento de Concurso Público relativo à Empreitada de Conclusão do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira.

Prevê-se o início de funcionamento desta infra-estrutura em meados de 2016.



4.4.2. ETARI da Abrunheira

Com a conclusão desta empreitada já em 2014, em Maio foi assinado o Auto de Vistoria para Recepção de Lixiviados, tendo-se procedido às primeiras descargas de efluente da CDA, para posterior tratamento na ETARI.

Na sequência da vistoria às instalações eléctricas, foi emitida em Junho, a Autorização Provisória de Exploração, ficando esta infra-

-estrutura em condições de pleno funcionamento.

Assim, a partir de Julho de 2014 verificou-se um aumento progressivo das quantidades de efluente tratadas.

Todo o efluente gasoso resultante das diferentes etapas de tratamento da ETARI da Abrunheira contaminado com moléculas odoríferas é encaminhado para um Sistema

de Desodorização, que garante que todo o ar recolhido passa num leito de carvão activado, que funciona como adsorvente dos seus contaminantes antes da sua libertação para a atmosfera.

Simultaneamente estão a decorrer estudos de monitorização e de dispersão de odores, que irão permitir maximizar a eficácia das medidas adoptadas/a adoptar.



4.4.3. Reabilitação Ambiental do Ecoparque de Trajouce (RAET)

Em Julho de 2014 a TRATOLIXO deu início aos trabalhos de saneamento do sector 2 que tiveram como base o procedimento adoptado no ano anterior (2013), assente no princípio da maximização da reutilização “in situ” dos materiais existentes no “Depósito de Resíduos de Natureza Diversa” e que passava pela triagem integral dos mesmos.

Na aplicação deste processo de

triagem obtiveram-se três fracções distintas as quais foram criteriosamente analisadas do ponto de vista físico e/ou químico, dependendo das suas características.

Estas fracções foram posteriormente encaminhadas a destino final ou reutilizadas “in situ” conforme os resultados das análises realizadas.

Neste processo de saneamento, a TRATOLIXO, privilegiou sempre

que possível a reutilização do material “in situ”, solução ambientalmente mais correcta de acordo com o princípio da hierarquia de gestão de resíduos, desde que os resultados das análises químicas comprovassem a ausência de qualquer tipo de contaminação. Os trabalhos de saneamento do sector 2 foram dados como concluídos em Dezembro de 2014.



Grupo de trabalho do RAET



Uma das zonas saneadas resultante do processo de reabilitação.

4.5. Inovação e Tecnologia

Fazendo jus à sua postura inovadora, a empresa continuou a procurar soluções e estratégias sustentáveis de gestão de resíduos, alicerçadas na vertente de I&DT, com o objectivo de promover o resíduo como recurso e diminuir a deposição em aterro.

Nesta base, em 2014 a TRATOLIXO concluiu, desenvolveu e iniciou alguns projectos de I&DT.

O projecto RecGlass, que se iniciou no princípio de 2012 e tinha uma duração prevista de 2 anos, chegou à sua etapa final.

Este projecto tinha como objectivo encontrar as soluções mais interessantes, do ponto de vista técnico, económico e ambiental para a recuperação do vidro presente no rejeitado pesado do Tratamento Mecânico e Biológico (TMBR).

Foi desenvolvido em parceria com o Instituto Superior Técnico (IST) – entidade promotora líder pertencente ao meio científico – com a empresa recicladora Vidro-ciclo e com a Valnor.

Durante o ano foram elaboradas as duas últimas tarefas do projecto, o Estudo Económico – que contou com o contributo da TRATOLIXO e cujos resultados foram oportunamente enviados à SPV, entidade financiadora do projecto – e a Avaliação do Potencial para Recuperação do Vidro a Nível Nacional.

As principais conclusões que se retiraram deste projecto foram que :

- **o rejeitado pesado das unidades de TMB contém uma quantidade significativa de vidro que é tecnicamente viável recuperar um produto enriquecido em vidro a partir do TMBR e que este produto apresenta**



diferenças em relação ao casco de vidro proveniente de recolha selectiva, no que respeita ao tamanho de partícula e teor de matéria orgânica.

- **Este projecto serviu também de base para a elaboração de vários artigos e comunicações publicados a nível nacional e internacional, bem como de teses de mestrado e doutoramento, constituindo assim um**



Fracção vidro do rejeitado pesado

enorme contributo para o Sistema Científico e Tecnológico.

Ainda na perspectiva de encontrar soluções alternativas à deposição em aterro, **em 2014 a TRATOLIXO voltou a equacionar a produção de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR)** a partir dos rejeitados produzidos no Tratamento Mecânico (TM) e em outros processos de valorização, para utilização como combustível alternativo nas cimenteiras.

Para tal encetou contactos com o único fornecedor de CDR para co-processamento às cimenteiras a nível nacional, tendo sido levado a cabo um conjunto de ensaios de produção e queima de CDR que permitiram à TRATOLIXO obter um melhor conhecimento das características dos seus resíduos e, assim, auxiliar na definição de um modelo técnico e económico com vista à instalação de uma linha de produção de CDR nas instalações da empresa para tratamento da fracção resto dos Resíduos Urbanos (RU).

Os testes foram realizados entre Agosto e Novembro em diversas linhas de processamento de CDR existentes, com o objectivo de analisar os melhores equipamentos a instalar na possível futura linha de CDR da TRATOLIXO.

Esta opção apresenta benefícios ambientais, pois significa o desvio de quantidades significativas de resíduos de aterro e a produção de combustível alternativo, mas também benefícios económicos, porque para além de possibilitar o prolongamento do tempo de vida útil das CCT da Abrunheira (em construção), consegue-se uma enorme poupança com a redução dos custos de deposição em aterro.

Salienta-se também que este projecto vai ao encontro do definido no PERSU 2020 recentemente

publicado, que assume como medida necessária ao cumprimento das metas e objectivos de gestão de resíduos urbanos para o ano de 2020, a produção nacional de 490.000 t de CDR.

A produção de CDR assume-se neste Plano como uma medida que vem dar cumprimento aos objectivos de **“Redução da deposição de resíduos urbanos em aterro”** e ao **“Aumento do contributo do sector para outras estratégias e planos nacionais”**, nomeadamente no que concerne à redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) resultante da redução do consumo de combustíveis fósseis utilizados para produção de electricidade ou calor noutros sectores.

Noutro domínio tecnológico desenvolvido na TRATOLIXO, apresentam-se as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

As TIC adoptadas na empresa têm desempenhado um papel importante no apoio às áreas da TRATOLIXO, culminando na respectiva criação de valor da organização. A aposta neste domínio, designadamente na adopção das melhores práticas e soluções tecnológicas, tem mantido a empresa na vanguarda tecnológica, garantindo altos níveis de disponibilidade e segurança dos sistemas adoptados.



Nesta área, o ano de 2014 caracterizou-se pela criação, desenvolvimento/actualização e implementação/reactivação de sistemas e plataformas de informação para diversas áreas da empresa, com importantes benefícios na óptica do registo, controlo e reporting da informação interna, o que facilita a sua gestão.

Foram disso exemplo os sistemas de informação para a área dos Recursos Humanos (RH) e para a área da Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

Por outro lado, procedeu-se também à uniformização e actualização dos sistemas operativos dos postos de trabalho, resultando na modernização tecnológica e melhoria de performance ao nível dos mesmos.

Procedeu-se igualmente à instalação de uma nova solução de segurança informática, que permite melhorar o controlo de acessos, tráfego de internet e performance de serviços de comunicação de dados.

4.6. Sistema Integrado de Gestão



Uma vez que o serviço prestado pela TRATOLIXO permite servir uma população de mais de 800.000 habitantes, a vertente social ligada à sociedade está sempre presente e a empresa actua continuamente para minimizar eventuais impactes negativos sobre ela. **(G4-DMA Comunidades Locais)**

Em 2014 a TRATOLIXO manteve a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança e Saúde no Trabalho para o Ecoparque de Trajouce, Central de Digestão Anaeróbia da Abrunheira e Ecocentro da Ericeira e a certificação em Ambiente para a Central de Digestão Anaeróbia da Abrunheira.

A certificação do SIG nas unidades da TRATOLIXO é um reflexo da aposta constante da empresa na melhoria contínua da qualidade dos seus produtos, do serviço

prestado e no seu compromisso em tomar as medidas preventivas e correctivas para eliminar ou minimizar os Aspectos Ambientais e Riscos Ocupacionais associados à actividade da empresa, que proporcionem um Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável para os colaboradores e parceiros externos, com enfoque na prevenção da poluição e das lesões e afecções da saúde.

Um dos princípios da Gestão da Qualidade é o princípio da focalização no cliente, pelo que o seu contributo é fundamental na melhoria do desempenho de qualquer organização, na medida em que através do grau de satisfação dos clientes é possível identificar se o Sistema é capaz de responder com eficácia às solicitações dos mesmos.

Como tal, a avaliação da satisfação de clientes continua a ser o instru

mento que permite à TRATOLIXO medir o desempenho do sistema de gestão da qualidade implementado, no sentido de monitorizar a percepção do cliente quanto à qualidade dos serviços prestados e dos seus produtos, bem como quanto ao cumprimento dos seus requisitos.

Esta ferramenta é também uma forma de obter sugestões de melhoria por parte dos clientes, estar atento às suas necessidades e expectativas, indo ao encontro dos pontos críticos identificados por estes, com vista à optimização dos serviços e da qualidade dos produtos comercializados.

Para a avaliação da satisfação de clientes do ano de 2014, foram mais uma vez inquiridos os clientes de produtos – embalagens, pilhas, pneus, REEE, composto, produtos da compostagem, sucata, entre outros – e clientes da prestação de serviços – Câmaras Municipais, Empresas Municipais e outros clientes Particulares.

A partir dos resultados da avaliação da satisfação global dos clientes da TRATOLIXO em 2014, considerando a qualidade dos

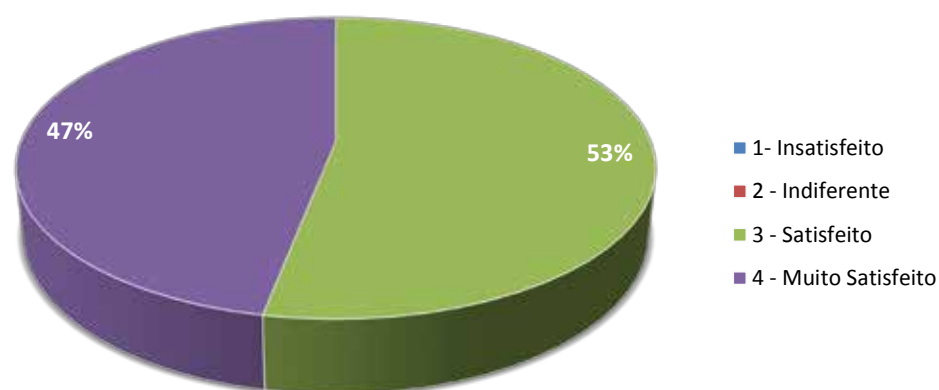
serviços prestados e a qualidade dos seus produtos fornecidos, verificou-se que 53% dos clientes estão satisfeitos e 47% dos clientes consideram-se muito satisfeitos com o desempenho da TRATOLIXO **(G4-PR5)**.

Já foi referido no capítulo 2.1. que todos os processos da empresa

pelas quais a TRATOLIXO se rege, para dar cumprimento ao requisito associado à Comunicação, a empresa tem materializado o processo de Comunicações Oficiais, pelo que reporta às entidades oficiais os resultados das suas monitorizações ambientais periódicas.

Por outro lado, a empresa coloca

Grau de Satisfação Global



bem como todas as suas unidades se encontram abrangidos pelo SIG da Qualidade, Ambiente e Segurança.

Assim sendo, todas as instalações da TRATOLIXO são alvo de procedimentos de monitorização periódica de aspectos ambientais. **(G4-SO1)**

De acordo com as normas da Qualidade, Ambiente e Segurança

à disposição dos seus *stakeholders* vários mecanismos de comunicação – já abordados no capítulo 3.4. – para que aqueles possam remeter as suas preocupações sobre a actividade da empresa e a forma como esta é desenvolvida.

Um desses mecanismos trata-se dos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, onde os trabalhadores

discutem os impactos relativos a esta temática. **(G4-SO1)**

Outro dos mecanismos disponíveis, neste caso para a comunidade, é a reclamação – mecanismo que é, aliás, comum aos clientes não municipais e aos fornecedores da TRATOLIXO. **(G4-SO1)**

A TRATOLIXO reporta anualmente um conjunto de indicadores de qualidade do serviço prestado aos utilizadores à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), entre os quais se encontra o indicador referente a “Resposta a reclamações e sugestões”.

(G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas

com Impactes na Sociedade)

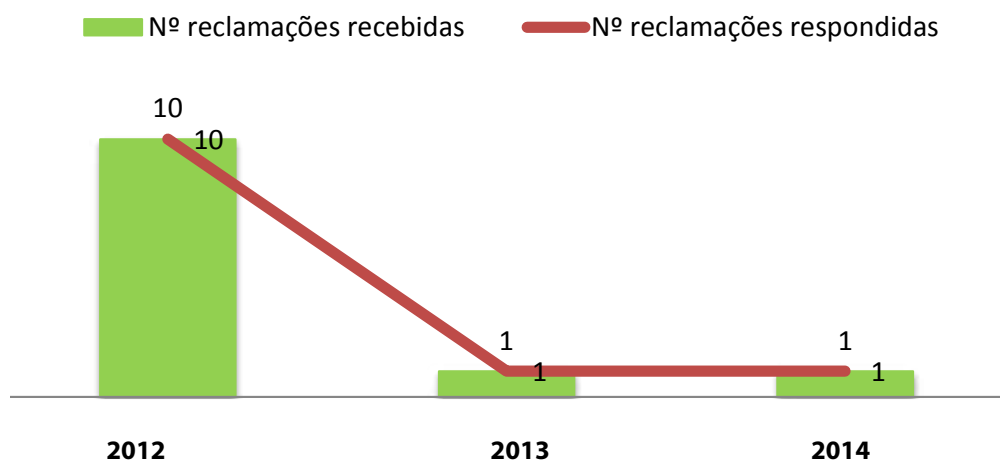
Relativamente a reclamações provenientes da comunidade, em 2014 foi apenas recebida e dada resposta a uma reclamação relativa a odores **(G4-SO11)**, que é aliás um dos principais impactes ambientais da actividade da TRATOLIXO na comunidade, tal como já foi referido no capítulo 3.6..

A evolução do número de reclamações provenientes da comunidade, recebidas e respondidas, relativas a impactes ambientais causados pela empresa pode ser verificado no gráfico seguinte.

(G4-SO11)

No registo de reclamações do ano de 2014 não deram entrada quaisquer casos de não conformidade associados a regulamentos e códigos voluntários relacionados com os impactos causados por produtos e serviços da empresa na saúde e segurança **(G4-PR2)**, casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, publicidade, promoção e patrocínios **(G4-PR7)** ou reclamações relativas a violações da privacidade dos clientes **(G4-PR8)**.

Reclamações da comunidade devido a impactos da actividade: G4-SO11



4.7. Licenciamentos e Requisitos Legais

A área dos licenciamentos e requisitos legais (LRL) garante que a TRATOLIXO desenvolve uma actividade legitimada pela administração pública para a gestão de resíduos e em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, aspecto material dos mais importantes para a empresa.

É a partir desta área que se ins- troem os pedidos de licenciamento da empresa e se procede à identi- ficação, análise e aplicabilidade da legislação à TRATOLIXO . **(G4-DMA**

Conformidade Categoria Am- biental, G4-DMA Conformidade Categoria Sociedade e G4-DMA Conformidade Categoria Respon- sabilidade pelo Produto)

Em termos de licenciamentos, os desenvolvimentos mais relevantes registados em 2014 no Ecoparque de Trajouce foi a continuidade da tramitação do licencia- mento da operação de ges- tão de resíduos (OGR) desenvol- vida neste Ecoparque, a emissão do alvará de licença para as OGR inerentes à resolução do passivo ambiental e a emissão do parecer favorável para a utilização não agrí- cola do solo onde se desenvolvem

as actividades de manuseamento de resíduos verdes e resíduos de limpeza. No que respeita ao traba- lho desenvolvido no Ecoparque da Abrunheira, salientam-se os desen- volvimentos verificados ao nível do licenciamento dos equipamentos e infra-estruturas da ETARI. Como já foi referido, o

cumprimento dos requisitos legais constitui um aspecto material para a empresa, encontrando- -se identificado e assumido formal-

mente no ponto 10 da sua Po- lítica Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabi- lidade Social. A gestão deste aspecto visa evitar o desrespeito pela legislação e a aplicação de san- ções à TRATOLIXO **(G4-DMA Con- formidade Categoria Ambiental, G4-DMA Conformidade Categoria**

Sociedade, G4-DMA Conformida- de Categoria Responsabilidade pelo Produto)

Por isso, com o trabalho desenvol- vido, em 2014 não foram aplica- das quaisquer multas ou sanções não monetárias decorrentes do incumprimento legal em termos

ambientais.

(G4-EN 29)

Não existiu também no ano coberto neste relatório qualquer acção ou contencio-

so quanto a concorrência

desleal, antitrust e práticas de monopólio **(G4-S07)**, aplicação de coimas ou sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos relacionados com fraudes contábeis, discriminação no local de trabalho ou corrupção **(G4-S08)**, nem a empresa foi objecto de aplicação de qualquer multa por violação da legislação relativa ao fornecimento e uso dos produtos e serviços. **(G4- PR9)**



O cumprimento dos requisitos legais está identificado e assumido formalmente na Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da TRATOLIXO.



Jan.>Dez

Monitorizar

4.8. Monitorização de Processo e Produto

O papel da monitorização é extremamente importante para o sucesso da empresa, pois permite controlar a actividade ao nível do desempenho ambiental, desempenho processual e características do produto final.

Assim, torna-se possível à TRATOLIXO introduzir atempadamente as necessárias melhorias para evitar o incumprimento de normativos legais em vigor para a sua actividade, acautelar impactes e atingir os requisitos estabelecidos pelos seus *stakeholders* (ao nível do produto ou ao nível da actividade). **(G4-DMA Energia, G4-DMA Água, G4-DMA Efluentes e Resíduos, G4-DMA Produtos e Serviços, G4-DMA Conformidade Categoria Ambiental, G4-DMA Conformidade Categoria Responsabilidade pelo Produto)**

A empresa tenta atingir estes objectivos através da elaboração e execução anual do seu Plano de Monitorização Ambiental (PMA). Este Plano constitui a base para o desenvolvimento de todos os trabalhos de monitorização ambiental da empresa e define os descritores ambientais – emissões, efluentes e ruído – e os respectivos parâmetros a avaliar. **(G4-DMA Conformidade Categoria Ambiental)**

A partir de 2010 foi adicionalmente estendida a monitorização ambiental às lixeiras do Sistema AMTRES. Também com periodicidade anual, a TRATOLIXO elabora o Plano de Caracterização e Quantificação de Resíduos (PCQR), documento que planifica as actividades de caracterização de diversas tipologias de resíduos produzidos no Sistema AMTRES.

O PCQR permite conhecer as características físicas dos resíduos que dão entrada nas instalações da TRATOLIXO – que são, no fundo, a matéria-prima base da sua actividade – possibilitando o estabelecimento de objectivos quantificados no domínio da gestão dos Resíduos Urbanos (RU) e também aferir a sua compatibilidade com os regulamentos internos de admissibilidade de resíduos.

É ainda elaborado anualmente o Plano de Monitorização de Processo e Produto Final (PMPPF), cujo objectivo é monitorizar as actividades e processos produtivos da empresa – e assim controlar e garantir a sua eficiência através do controlo de aspectos ambientais (consumo de água, electricidade, gás e resíduos produzidos) **(G4-DMA Energia, G4-DMA Água,**

G4-DMA Efluentes e Resíduos)

– realizar o controlo de qualidade dos produtos finais e verificar o cumprimento das Especificações Técnicas (ET) definidas para os mesmos. **(G4-DMA Produtos e Serviços, G4-DMA Conformidade de Categoria Responsabilidade pelo Produto)**

A empresa tem responsabilidades pelos seus produtos e neste domínio pode trabalhar no sentido de garantir que estes não põem em causa o ambiente e também a saúde e segurança do cliente.

Em termos de qualidade do seu produto final, a TRATOLIXO deve cumprir as ET que são estabelecidas pelos seus clientes entidades gestoras – nos casos dos produ-

tos dos CT, dos REEE's, da madeira embalagem, dos pneus, das pilhas e acumuladores e das baterias – e de outros clientes – no caso da estilha, do CDR ou do composto – mas também as ET que a própria empresa determina – nos casos dos produtos recicláveis provenientes da compostagem e de alguns materiais provenientes dos Ecocentros, como sucata e os plásticos rígidos.

As ET definidas pelos clientes abrangem sobretudo aspectos associados à composição física dos produtos, à sua forma de acondicionamento e à quantidade mínima de retoma.

No que diz respeito às ET definidas pela TRATOLIXO, estas consideram, dependendo do produto, o teor de humidade, teor de contaminantes e quantidade mínima para carga.

E porque a preocupação primária da empresa no respeitante aos seus produtos reside no facto de eliminar a existência de contaminantes nos mesmos, está também implícita a questão dos potenciais impactes que os produtos possam ter na saúde e segurança de quem os manuseia e utiliza.

No caso dos materiais recicláveis, esta questão coloca-se ao nível da eventual presença de objectos cortantes ou perfurantes.

Quanto ao composto, de modo a garantir as adequadas condições para a sua comercialização e isenção de perigos para a saúde pública e ambiente, este é submetido a um vasto leque de análises periódicas a parâmetros físicos, químicos, microbiológicos e antropogénicos.

No total, cerca de 45% dos produtos da TRATOLIXO são submetidos a procedimentos de monitorização que contêm parâmetros de avaliação que podem influenciar eventuais impactes na saúde e segurança do utilizador final. **(G4-PR1)**



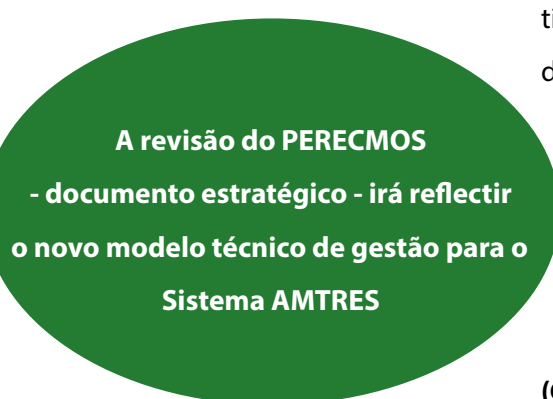
4.9. Planeamento e Estratégia

A estratégia da TRATOLIXO é definida na sua Assembleia Geral, de acordo com indicações propostas pelo accionista AMTRES baseando-se no Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2014-2020) – que estabelece as orientações estratégicas nacionais da Política de Gestão de Resíduos e as regras directoras desta temática.

O PNGR 2014-2020 é materializado, no caso dos RU, no Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020). A empresa concretiza o PERSU 2020 no seu território – tal como ditado no regime geral de gestão de resíduos – através de um Plano de Acção Intermunicipal, o Plano Estratégico de Resíduos para as Áreas dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra (PERECMOS), documento em revisão que estabelece as linhas de orientação, os pressupostos de base, os objectivos e as prioridades para o Sistema AMTRES no âmbito da gestão de RU.

A revisão deste documento estratégico irá reflectir o novo modelo técnico de gestão para o Sistema, que apostará na maior valorização

dos fluxos de resíduos recolhidos pelos municípios, num processo de triagem mais eficiente, na internalização de serviços, numa eventual valorização energética, na criação de parcerias para a



valorização das suas fracções rejeitados e na redução de custos. Sendo que as políticas nacionais de ambiente são estabelecidas pela APA, o papel da TRATOLIXO é segui-las e dar cumprimento a toda a legislação nacional e comunitária aplicável à sua actividade, para todas as áreas de trabalho da empresa. E de modo a manter uma postura transparente e colaborativa, a empresa promove sempre que necessário, a consulta do seu órgão de tutela do ambiente – a APA – e

do órgão regulador de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos – a ERSAR – para clarificar questões que tenham implicações no planeamento da sua estratégia. A TRATOLIXO é Silver Member da International Solid Waste Association (ISWA) e empresa associada da APEMETA - Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais - o que lhe permite partilhar o seu conhecimento e experiência a nível nacional e internacional.

(G4-16)

Enquanto empresa pública, a TRATOLIXO também pode participar e contribuir para a transparência governamental e elaboração de políticas públicas, através da redacção de pareceres técnicos que lhe são solicitados sobre o seu sector de actividade.

Em 2014, as principais contribuições da empresa para este efeito foram:

- Envio de comentário ao documento da Municipal Waste Europe (MWE), relativo à revisão da Directiva Quadro de Resíduos (DQR), com a proposta de revisão

da definição de biorresíduos de modo a contemplar um maior leque de resíduos com potencial de biodegradação a introduzir nos processos de compostagem e digestão anaeróbia, tais como a fracção orgânica proveniente de recolha indiferenciada e processada em unidades de TMB;

- Envio de dados à APA para o Relatório Anual de Resíduos Urbanos de 2013, no âmbito da monitorização anual da execução do Programa de Prevenção de Resíduos

Urbanos (PPRU);

- Envio de informação ao Instituto do Ambiente e Desenvolvimento (IDAD) para realização do Relatório Ambiental Preliminar relativo ao processo de Avaliação Ambiental Estratégica do PERSU 2020;
- Análise e comentários dos vários documentos preliminares do PERSU 2020.

Foram igualmente enviados vários contributos para estudos, questionários e solicitações técnicas provenientes dos municípios,

entidades produtoras de resíduos e entidades do meio científico e tecnológico.

Não existe, por isso, qualquer atitude por parte da TRATOLIXO que possa ser encarada como influência, lobby ou pressão junto de grupos decisores.

Por outro lado, a empresa não contribui financeiramente, quer directa quer indirectamente, para causas políticas. **(G4-S06)**



4.10. Gestão de Pessoas

Portugal é Parte na maioria dos principais tratados de Direitos Humanos existentes a nível universal e regional.

Individualmente, a TRATOLIXO não adoptou nenhuma política formal para a gestão dos assuntos relacionados com esta temática, regendo a sua actuação pela Constituição Portuguesa – e demais legislação – onde são consagrados os valores pelo respeito e salvaguarda da dignidade de todas as pessoas, em todos os momentos e em todas as suas dimensões.

Este facto garante à empresa que não existem violações dos Direitos Humanos em toda a sua cadeia de actividade e que estes mesmos direitos não são postos em causa.

Não são, por isso, efectuadas quaisquer análises ou avaliações da empresa, da sua actividade e infra-estruturas ou dos seus fornecedores que contemplem critérios de desempenho na área dos Direitos Humanos. **(G4-HR9 e G4-HR11)**

Como já foi referido, a TRATOLIXO procede à aquisição de bens e

serviços seguindo os normativos definidos no Código dos Contratos Públicos, pelo que a selecção de novos fornecedores segue todos os parâmetros legais.

Na listagem de requisitos que qualificam os fornecedores – novos e antigos – não são tidos em consideração critérios de selecção com base nos Direitos Humanos, baseando-se estes critérios de selecção nos aspectos já referidos anteriormente.

(G4-HR10)

Nos contratos firmados para aquisição de bens e serviços ou investimentos significativos também não é considerada qualquer cláusula referente à temática dos Direitos Humanos. **(G4-HR1)**

Por outro lado, a empresa age com base no Código do Trabalho para efeitos de contratação de trabalhadores.

Deste modo, pode-se assegurar a inexistência de comportamentos discriminatórios para com os trabalhadores da empresa e que não é utilizado trabalho infantil ou trabalho forçado em qualquer das suas instalações. **(G4-HR5 e G4-HR6)**

Para fundamentar esta assunção, durante o ano de 2014 não se registaram através dos mecanismos próprios existentes na empresa e já reportados, quaisquer queixas formais ou informais relativas a casos de discriminação praticados – quer entre trabalhadores de níveis hierárquicos diferentes quer entre trabalhadores do mesmo nível hierárquico – nem quaisquer queixas relativamente a outras situações que coloquem em risco os Direitos Humanos.

(G4-HR3, G4-HR12)

Mais uma vez agindo de acordo com a Constituição Portuguesa e do seu art.º 37º, a liberdade de expressão não é posta em causa na TRATOLIXO, podendo os seus trabalhadores fazê-lo informalmente e formalmente através de caixas de sugestões, reuniões de grupo e consultas dos trabalhadores.

E como consta do art.º 46º da Constituição, não existem na empresa tentativas de impedimento para que os seus trabalhadores constituam associações ou outro tipo de organização

Constituição da República Portuguesa:

Art.º 1º – Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Art.º 2º – A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

Art.º 13º - 1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

nem existe conhecimento de situações que sirvam de obstáculo a esta prática junto dos seus fornecedores, pelo que a liberdade de associação não é posta em causa.

(G4-HR4)

Em 2014 não foram realizadas acções de formação para os trabalhadores sobre Direitos Humanos.

(G4-HR2)

A TRATOLIXO subcontrata o Serviço de Vigilância e Segurança de Instalações e de Património e desconhece se o pessoal afecto a este serviço recebeu formação no domínio dos Direitos Humanos, pelo que não é possível à empresa dar resposta a este indicador. **(G4-HR7)**

A TRATOLIXO está ciente que não cresce sozinha, que é feita por pessoas e que são os seus trabalhadores que estão por trás dos sucessos alcançados.

Para a empresa, é fundamental investir nos seus trabalhadores, proporcionando-lhes um ambiente de trabalho estável e tranquilo, oferecendo-lhes capacitação profissional – através da formação – e oportunidades de desenvolvimento, bem como estímulos à motivação e bem-estar, de modo a que trabalhem com mais afinco e gerem maior produtividade. **(G4-DMA Emprego, G4-DMA Formação e Educação)**

Esses estímulos são proporcionados, em primeiro lugar, com o envolvimento contínuo dos trabalhadores e a governação da empresa e auscultação das suas opiniões através dos vários mecanismos de envolvimento disponíveis e que já foram referidos no capítulo sobre as Partes Interessadas.

Outro estímulo no qual a empresa aposta é a disponibilização de benefícios de apoio ao trabalhador e que lhe concedem condições de trabalho mais dignas. **(G4-DMA Emprego)**



Em termos de práticas trabalhistas, à data de 31 de Dezembro de 2014 o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 252 trabalhadores a tempo integral, dos

quais 241 empregados directos e 11 trabalhadores temporários, conforme a modalidade de vinculação seguinte **(G4-10)**.

Em 2014 verificou-se que a taxa

de precariedade (rácio entre os contratos de trabalho a termo e a totalidade dos contratos de trabalho) registou 1,24%, valor ligeiramente inferior ao registado

G4 - 10

		2012			2013			2014		
Tipo de Ligação	Tipo de Contrato	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Colaboradores Directos	Contrato Sem Termo	152	61	213	184	67	251	172	66	238
	Contrato a Termo	46	8	54	3	1	4	2	1	3
Trabalhadores Ocasionais (Independentes)	Trabalho Temporário	0	0	0	0	0	0	11	0	11
TOTAL		198	69	267	187	68	255	185	67	252

em 2013 (1,57%). **(G4-10)**

Face ao ano anterior, o efectivo teve um decréscimo líquido de

-5,5% (menos 14 pessoas) resultante de 14 saídas e zero admissões na empresa, pelo que

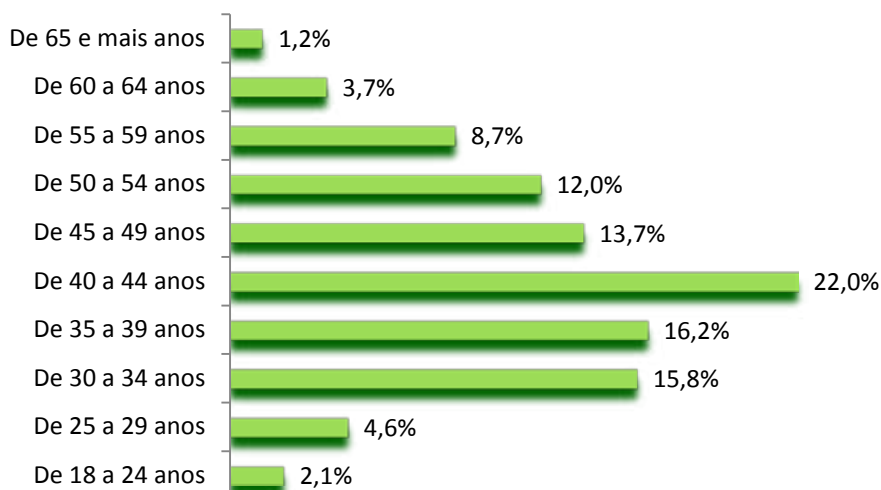
a taxa de rotatividade em 2014 foi de 5,81% e a taxa de contratação foi de 0,00%. **(G4-LA1)**



G4 - LA1

	Estrutura Etária										Total	Sexo	
	18 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	> 65		H	M
Trabalhadores	5	11	38	39	53	33	29	21	9	3	241	174	67
Saídas	0	4	3	3	0	2	0	0	0	2	14	13	1
Entradas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de contratações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0	0
Taxa de Rotatividade	0,00%	36,36%	7,89%	7,69%	0,00%	6,06%	0,00%	0,00%	0,00%	66,67%	5,81%	7,47%	1,49%

O efectivo da empresa – trabalhadores directos – é composto por 174 trabalhadores do género masculino e 67 do género feminino. Em termos de escalões etários, verifica-se que há uma maior concentração de trabalhadores nas faixas etárias entre os 40 e os 44 anos, correspondente a 22% do total, conforme se pode constatar no gráfico seguinte (**G4-LA12**):



A estrutura etária dos trabalhadores da empresa registava, em 31 de Dezembro de 2014, mais de 60% do efectivo (61,4%, ou seja, 148 trabalhadores) com idade superior a 40 anos. A faixa etária inferior a 40 anos abrangia 93 colaboradores (38,6%). Observando os escalões etários sob a perspectiva do género, são

maioritários os trabalhadores do sexo masculino entre os 40 e os 44 anos (39 no total, representando 22,4% destes trabalhadores). No sexo feminino, o escalão maioritário (14 no total, representado 20,9% destas trabalhadoras) verifica-se igualmente na faixa etária entre os 40 e 44 anos. Com 60 anos ou mais existiam 11

trabalhadores do sexo masculino e uma do sexo feminino. **(G4- LA12)** Relativamente à Administração da TRATOLIXO, esta era constituída por três elementos, com habilitações literárias ao nível da licenciatura, dois do sexo masculino e um do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 38 e os 51 anos. **(G4- LA12)**

G4 - LA12								
Faixa Etária	35 - 39		40 - 44		50 - 54		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	H
Administradores	0	1	1	0	1	0	2	1

Apesar das circunstâncias económicas adversas, como forma de investimento nos seus recursos humanos e no seu respectivo bem-estar,

a TRATOLIXO continuou em 2014 a disponibilizar um conjunto de benefícios aos seus trabalhadores, tais como consultas de medicina curativa, refeitório, seguro de saúde e de vida.

A empresa promove o alinhamento de benefícios e condições de trabalho a todos os trabalhadores, independentemente da tipologia de contrato que eles possuem com a TRATOLIXO, exceptuando os trabalhadores temporários que, tendo acesso a todos os outros benefícios, apenas não têm seguro de saúde e de vida. Como já referido, todos os trabalhadores da TRATOLIXO trabalham a tempo integral, não existindo assim diferenciação nos benefícios concedidos **(G4- LA2)**.

A igualdade de oportunidades é

também um factor que a TRATOLIXO tem em consideração para estimular o desenvolvimento interpessoal dos seus trabalhadores. O índice de tecnicidade (1) passou de 18,4% em 2013 para 18,7% em 2014. Isto ficou a dever-se ao facto de as saídas de trabalhadores da empresa terem tido maior incidência no pessoal qualificado, semi-qualificado e não qualificado **(G4-LA12)**.

(1) O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Directores+Coordenadores+Q.Superiores+Q.Médios)/Efectivo global*100

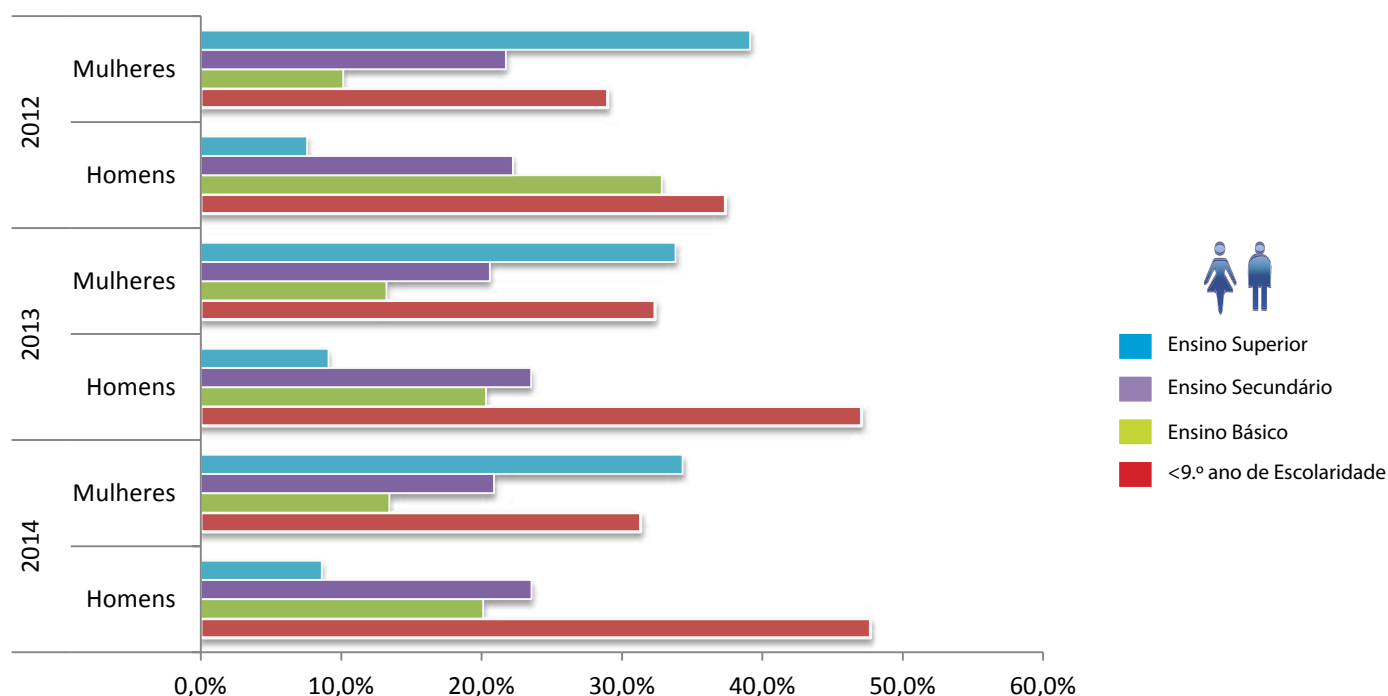
REPARTIÇÃO DO Efectivo (G4-LA12)

	Directores		Coordenadores		Quadros Superiores		Quadros Médios		Profissional Qualificado		Profissional Semiquualificado		Profissional Não Qualificado		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2012	1	2	9	9	9	9	3	6	115	11	8	0	53	32	198	69
2013	0	2	11	10	6	8	4	6	109	11	6	0	51	31	187	68
2014	1	2	8	10	6	8	4	6	101	11	4	0	50	30	174	67

Em 2014 continuou-se a registar a maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias inferiores ao 9º ano,

43,2%, não tendo existido qualquer alteração significativa face ao ano anterior em qualquer das categorias habilitacionais.

A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisado segundo o género, como se constata no gráfico seguinte:



A TRATOLIXO desenvolve uma política de integração de pessoas com capacidade de trabalho reduzida, promovendo a empregabilidade de colaboradores portadores de deficiência.

A 31 de Dezembro de 2014 a empresa tinha dois trabalhadores portadores de deficiência nos seus

quadros de pessoal. **(G4-LA12)**

À mesma data, a empresa tinha também ao seu serviço 14 trabalhadores estrangeiros (11 do sexo masculino e 3 do sexo feminino), representando 5,8% do efectivo total. **(G4-LA12)**

A protecção social na parentalidade está garantida pela legislação

portuguesa, pela qual a TRATOLIXO se rege. Neste seguimento, todos os trabalhadores da empresa encontram-se abrangidos perante uma situação eventual de maternidade, paternidade e adopção.

Em 2014, 5 trabalhadoras e 9 trabalhadores (um deles, trabalhador temporário), usufruíram da licença de maternidade e paternidade. Todos regressaram e continuaram ao serviço doze meses após o gozo das respectivas licenças, com excepção do trabalhador temporário, que saiu pela natureza do seu contrato com a empresa **(G4-LA3)**.

O investimento na formação dos seus trabalhadores constitui um

aspecto material para a empresa e para a sua estratégia assumido no ponto 6 da sua Política Integrada, sendo o seu objectivo ter uma estrutura organizacional constituída por funcionários que estejam bem preparados para enfrentar quaisquer tipo de desafios que possam surgir no contexto da actividade profissional. **(G4-DMA Formação e Educação)**

Em 2014, houve 462 participantes em 87 acções de formação inter-

na e externa, num total de 2.377 horas, o que equivale a uma média de 27,32 horas de formação por acção. **(G4-LA9)**



Horas de Formação

2.377
2014

1.654
2013

2.697
2012

Formação Certificada – G4-LA9	2012	2013	2014
Total de Participantes	193	69	462
Total de Acções de Formação	19	10	87
Total de Horas de Formação	2.697	1.654	2.377

Para além da formação dada aos seus trabalhadores directos, a TRATOLIXO promoveu ainda formação a trabalhadores temporários no total de 50 horas de formação para 32 participantes, distribuídos por 8 acções formativas.

O aumento substancial verificado no total de acções realizadas em 2014, comparativamente com 2012 e 2013, deve-se ao facto de, em 2014, terem sido contabilizadas também as acções de formação ministradas internamente.

Cada trabalhador da empresa recebeu uma média de 5,14 horas de formação, sendo que o número médio de horas de formação por categoria se encontra resumido no quadro seguinte **(G4-LA9)**.

G4-LA9					
	Trabalhadores			Horas de Formação	Horas de Formação/Trabalhador
Categoria	H	M	Total	Total	Total
Coordenador	23	17	40	186,0	4,65
Técnico Superior	14	22	36	123,30	3,43
Técnico	8	12	20	116,00	5,80
Profissional Qualificado	202	17	219	1.131,00	5,16
Profissional Semiquualificado	6	0	6	17,00	2,83
Profissional Não qualificado	76	65	141	803,20	5,70
TOTAL	329	133	462	2.376,50	5,14

... Facto:

O Dia do Trabalhador é comemorado na Europa no dia 1 de Maio, em homenagem aos milhares de trabalhadores de Chicago que neste dia do ano de 1886, foram reprimidos pelas forças policiais, quando lutavam pelo direito à redução de 12 para 8 horas diárias de trabalho.

A manifestação ficou conhecida como a Revolta de Haymarket.

Em 2014 a taxa de absentismo registada na empresa foi de 9,20%. A TRATOLIXO é uma empresa Intermunicipal de capitais integralmente públicos e não está abrangida por qualquer acordo de contratação colectiva. **(G4-11)** A estratégia de governação da empresa é definida e aprovada em sede de Conselho de Administração e de Assembleia Geral da TRATOLIXO podendo igualmente ser definida em sede de Assembleia Intermuni-

cipal do único accionista AMTRES. Qualquer mudança na estratégia de governação em termos de reestruturação, venda, fusão, sub-contratação, encerramento ou abertura de actividades, bem como a criação de novas infra-estruturas é comunicada e discutida atempadamente com os trabalhadores, sem que, no entanto, haja um prazo mínimo de antecedência definido internamente para o efeito. É uma vez que o âmbito de ac-

tuação da empresa é regional, as suas instalações não se encontram geograficamente muito dispersas umas das outras, pelo que qualquer mudança que os trabalhadores possam enfrentar em termos de postos e local de trabalho não é significativa. Em todo o caso, mais uma vez a TRATOLIXO cumpre os requisitos legais aplicáveis no Código do Trabalho em vigor. **(G4-LA4)**





4.11. Saúde e Segurança no Trabalho

A temática da Saúde e Segurança no Trabalho (SST) é outra questão material identificada pela TRATOLIXO e que se encontra, há muito, assumida na sua Missão, Visão e Política Integrada como uma preocupação de base para o seu bom funcionamento.

A implementação de práticas seguras no trabalho reduz os riscos profissionais, físicos e emocionais do trabalhador.

Para além da redução do índice de acidentes laborais **(G4-DMA Segurança e Saúde no Trabalho)**, a SST permite a realização de um trabalho mais organizado, o desenvolvimento e melhoria nas relações entre os trabalhadores e os superiores hierárquicos e aumentar a produtividade laboral.

Para manter um permanente acompanhamento das condições de segurança e saúde laborais, a TRATOLIXO tem um instrumento – o Plano de Avaliação Anual de Agentes Físicos, Químicos e Biológicos – que serve de base às avaliações que são efectuadas neste domínio. **(G4-DMA Segurança e Saúde no Trabalho)**

Nestas avaliações são identificadas as medidas de acção, prazos de execução e responsáveis de implementação, informações de *input* para a actualização da Matriz de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos existente na empresa. **(G4-DMA Segurança e Saúde no Trabalho)**

No ano de 2014 foram feitas as avaliações ao abrigo do Plano já referido e a Matriz actualizada. É também ministrada anualmente formação específica de SST ao abrigo do Plano de Formação Anual, plano que abrange todas as instalações da TRATOLIXO e onde se encontram calendarizadas todas as formações a serem ministradas no decorrer do ano. Além da formação prevista, também é ministrada formação não prevista, decorrente da identificação dessa necessidade.

Durante todo o ano de 2014, a Equipa de SST assegurou ainda, em conjunto com a área do SIG, a

Formação Inicial dos novos colaboradores que foram admitidos temporariamente na empresa.

Em termos de Sinistralidade Laboral, é efectuado um acompanhamento periódico reportado oficialmente, com a elaboração de um Relatório Único enviado para a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), através do seguinte site: <http://www.relatoriounico.pt/ru/login.seam> **(G4-DMA Segurança e Saúde no Trabalho)**

No quadro seguinte apresenta-se a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2014, explicitando a situação dos incidentes de trabalho, incluindo a sua classificação segundo a forma da respectiva ocorrência e o número de dias perdidos, resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica. **(G4-LA6)**

G4-LA6	2013		2014	
	Número	N.º dias perdidos	Número	N.º dias perdidos
Acidentes de Trabalho	43	-	30	-
com Baixa	26	901	21	810
sem Baixa	17	-	9	-
Quase-Acidentes de Trabalho	10	-	14	-



Relativamente aos termos técnicos listados acima, é feita referência a “acidentes de trabalho e quase-acidentes”, no sentido de uniformizar de acordo com a NP 4397/2008.

Pelo exposto, incluem-se nos “Acidentes de Trabalho” os que provoquem lesões físicas nos intervenientes, mesmo que não tenham dado origem a baixa. Nos

“Quase-Acidentes” incluem-se os que provocam danos materiais, e sem lesões nos intervenientes.

Para o cálculo dos dias perdidos considera-se os dias seguidos, sendo a contagem dos mesmos efectuada a partir do dia seguinte ao dia do acidente.

Salientamos também que não ocorreram óbitos durante o ano de 2014.

Discriminando os acidentes de trabalho por género, verificou-se que as ausências ao trabalho devido a baixa (número e número de dias perdidos) incidiu exclusivamente em trabalhadores do sexo masculino, conforme quadro abaixo.

(G4-LA6)

Acidentes de Trabalho por Género (G4-LA6)		
	2013	2014
Nº Acidentes por Género	26	21
Homens	23	21
Mulheres	3	0
Nº Dias Perdidos por Género	901	810
Homens	857	810
Mulheres	44	0

De referir ainda que a TRATOLIXO possui um procedimento implementado para proceder à respectiva investigação dos incidentes e que consta do SIG da empresa.

A TRATOLIXO não dispõe de comissões formais de segurança e saúde. **(G4-LA5)**

No entanto, ao abrigo da Lei nº 3/2014 de 28 de Janeiro, que procede à alteração da Lei nº 102/2009 de 10 de Setembro, que

aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, nomeadamente Capítulo IV – Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, a TRATOLIXO possui Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, eleitos pelos trabalhadores por voto directo e secreto.

Os Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde

no Trabalho no mandato em curso no ano 2014, eram constituídos por 3 representantes efectivos e 3 representantes suplentes.

De acordo com a Lei nº 3/2014 de 28 de Janeiro, a consulta aos trabalhadores passa a ser efectuada 1 vez ao ano, no entanto, na TRATOLIXO, no decorrer do ano de 2014, realizaram-se três reuniões com os Representantes Eleitos no domínio da Segurança e Saúde no Trabalho, nas

quais a empresa disponibilizou um conjunto alargado de informação na área da segurança.

Esta prática é complementada pela disponibilização electrónica em pasta específica de documentos sobre os quais se solicitam pareceres por escrito acerca de matérias respeitantes à prevenção da segurança e saúde no trabalho.

(G4-LA5)

A TRATOLIXO não possui acordos formais com sindicatos. **(G4-LA8)**

No entanto, no Ecoparque de Trajouce, no decorrer do ano de 2014, verificaram-se reuniões gerais de trabalhadores da TRATOLIXO, promovidas pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins – Direcção Geral de Lisboa.

... Sabia que:

O Dia da Segurança no Trabalho é celebrado por todo o mundo no dia 28 de Abril, desde 1996, tendo por objectivo homenagear vítimas de acidentes e doenças profissionais.

Em Portugal, o dia 28 de Abril foi considerado pela Assembleia da República “Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho”.





4.12. Comunicação e Imagem

A TRATOLIXO encontra-se presente na vida dos cidadãos residentes nos municípios que compõem o Sistema AMTRES, não apenas na forma de prestação de um serviço ambiental – tratamento dos resíduos que são produzidos nas suas casas – mas também na forma educacional e social.

A empresa sabe que sem a participação da comunidade local

na adopção de boas práticas de separação de resíduos, o seu trabalho – e metas – ficam seriamente comprometidos.

Assim sendo, são desenvolvidas várias actividades de comunicação que visam informar, sensibilizar e esclarecer a comunidade local sobre a actividade desenvolvida nas instalações da empresa, as operações de gestão de

resíduos e incentivar a correcta separação dos mesmos. **(G4-DMA Comunidades Locais)**

Salientam-se no âmbito destas actividades realizadas em 2014 a presença na Feira de Sustentabilidade Ambiental “Greenfest 2014” e a participação na Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (SEPR). **(G4-15)**

O Greenfest é o maior evento de sustentabilidade do país e celebra anualmente o que de melhor se faz ao nível da sustentabilidade nas vertentes ambiental, social e económica.

A SEPR – conhecida na sua designação inglesa como **European Week for Waste Reduction**



(EWWR) – é um projecto apoiado pelo Programa LIFE+ da Comissão Europeia, que visa sensibilizar a população, através de diversas iniciativas, para a problemática dos resíduos e em particular, a prevenção da sua produção. Na edição de 2014, a empresa promoveu a divulgação no seu site de internet de conselhos relativos à redução e reutilização de resíduos em diversas actividades do dia-a-dia, tendo também recolhido algumas sugestões de reaproveitamento de materiais e de redução de desperdício junto dos seus trabalhadores.

Sendo a comunidade um dos *stakeholders* da TRATOLIXO e apesar de existirem vários outros mecanismos de comunicação formais para que esta nos façam chegar as suas preocupações, a empresa aproveita também estas iniciativas para auscultar as principais questões que são relevantes para a comunidade e perceber qual é o impacto que a actividade por si desenvolvida lhe causa. É através destes mecanismos

de comunicação que a empresa toma maior consciência de como pode prestar outro importante contributo à comunidade, um contributo no domínio social. A perspectiva da TRATOLIXO enquanto organização que se encontra próxima da realidade da comunidade – e apesar das próprias dificuldades financeiras – é

São desenvolvidas várias actividades de comunicação que visam informar, sensibilizar e esclarecer a comunidade local sobre a actividade desenvolvida nas instalações da empresa, as operações de gestão de resíduos e incentivar a correcta separação dos mesmos.

que tem a capacidade de contribuir, modestamente, para a melhoria do bem-estar social da mesma, utilizando os seus recursos financeiros e humanos. **(G4-DMA Comunidades Locais)** Por este motivo, a empresa empenha-se em apoiar iniciativas de solidariedade social, **colaborando em 2014 na Campanha das Tampinhas e na Mesa Solidária. (G4-15)** A Campanha das Tampinhas materializou-se na recepção de

tampinhas de plástico, cuja reutilização para reciclagem foi convertida em apoio financeiro para diversas entidades parceiras. Em 2014 foram recolhidas um total de 68,14 t de tampinhas. A Mesa Solidária contou, em 2014 e mais uma vez, com a participação dos trabalhadores da TRATOLIXO, que contribuíram com diversos bens que foram posteriormente doados à instituição **Aldeia de Crianças SOS**, uma instituição que acompanha crianças e jovens que se encontram em situação vulnerável. Ainda no âmbito dos apoios de cariz social

disponibilizados pela empresa, foi também atribuído um donativo a uma entidade pertencente ao sistema. Não fazendo parte de nenhum código voluntário no domínio da Comunicação e Marketing, a TRATOLIXO desenvolve, sempre que necessário, campanhas de divulgação do seu produto composto em feiras ou através de suportes de comunicação escrita, tais como

folhetos e revistas da especialidade.

Os restantes produtos são comercializados através de contacto directo com o cliente via pedidos de retoma ou em hasta pública. Não havendo rotulagem dos produtos da empresa, apenas o composto é acompanhado de um folheto informativo disponibilizado ao cliente e que contém um conjunto de informação sobre o mesmo, já devidamente reportada no indicador G4-PR3.

Não houve em 2014, qualquer registo de não conformidade associada à informação disponibilizada no folheto informativo do com-

posto da TRATOLIXO. **(G4-PR4)**

Decorrente da alínea b) do n.º 4 da Secção 2 do Capítulo III do Anexo V do Regulamento (UE) n.º 142/2011 da Comissão de 25 de Fevereiro de 2011 – que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano – o composto produzido pela empresa apenas está autorizado a ser comercializado no mercado português. Relativamente aos restantes produtos, não existem impedimentos a assinalar.

(G4-PR6)

No ano de 2014 e em anos anteriores, não se verificaram recla-

mações associadas a casos de não conformidade com regulamentos relativos a comunicações de marketing, publicidade, promoção e patrocínios. **(G4-PR7)**





Entrega de donativo da TRATOLIXO resultante da Campanha Tampinhas.



Cadeira de rodas entregue pela TRATOLIXO no âmbito da Campanha Tampinhas.

The background image shows three large, cylindrical industrial storage tanks with alternating green and black horizontal stripes. They are situated in an industrial area with a clear blue sky. In the foreground, a body of water reflects the tanks and the sky. To the right of the tanks, there are several tall, thin vertical pipes or chimneys. The overall scene is industrial and clean.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

5 SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

SUMÁRIO (G4-DMA Desempenho

Económico)

O relatório da gestão de 2013 referia que nesse ano a TRATOLIXO havia cristalizado. Decorrido um ano, a análise das contas de 2014 permite retirar conclusões muito distintas. O acentuado desequilíbrio que as contas de 2013 evidenciavam, foi, em 2014, fortemente recuperado verificando-se uma clara tendência com vista ao equilíbrio da estrutura financeira da empresa. Em 2014, ainda num contexto bastante adverso, conseguem-se observar realidades muito positivas das quais se destacam:

(i) A reestruturação do passivo financeiro;

(ii) A liquidez conseguida por via do controlo dos prazos médios de recebimentos e de pagamentos;

(iii) O investimento.

A reestruturação do passivo financeiro, consequência da **assinatura em 7 de Novembro de 2014 do Memorando de Entendimento com as entidades financiadoras, sem dúvida o ponto alto de 2014,**

permitiu, no imediato, ajustar os capitais de médio e longo prazo ao investimento e teve impactos muito positivos no resultado de 2014. A estrutura financeira da TRATOLIXO recuperou, pois, do desequilíbrio muito acentuado que apresentava em 2013. As negociações alcançadas com a Banca contaram com o apoio e o empenho dos mu-

O acentuado desequilíbrio que as contas de 2013 evidenciavam, foi, em 2014, fortemente recuperado verificando-se uma clara tendência com vista ao equilíbrio da estrutura financeira da empresa.

nicipios, nomeadamente no que diz respeito à fixação de uma tarifa até 2016 superior à necessária. As condições contratuais alcançadas, conjugadas com o esforço dos municípios em pagarem a tarifa acordada no prazo, também acordado, de 30 dias, trazem à TRATOLIXO perspectivas futuras muito tranquilizadoras. De facto, o cumprimento dos compromissos assu-

midos possibilitará gerar a liquidez que se torna necessária para investir e reduzir o passivo acumulado.

A liquidez que já se verificou em 2014, reflexo de uma gestão atenta dos prazos médios de recebimentos e pagamentos, possibilitou (i) o cumprimento das responsabilidades assumidas perante os credores de médio e longo prazo, com os quais se haviam firmado acordos de regularização de dívida; (ii) reduzir, significativamente, a dívida a credores de curto prazo, e; (iii) concluir o investimento planeado.

A estratégia de conclusão do investimento planeado, nomeadamente, a ETARI da Abrunheira, já em fase de exploração, e cujos impactos são já visíveis no resultado de 2014, e o lançamento, em 2014, de concurso para a conclusão do Aterro na Abrunheira, são medidas fundamentais que permitem rentabilizar os capitais investidos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro 1 – Conta de Resultados

	2013	2014	Δ	Δ %
Rendimentos de Exploração	38.192.964	33.882.532	- 4.310.432	-11,3%
Gastos de Exploração	26.373.159	30.031.071	3.657.912	-13,9%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	11.819.805	3.851.460	-7.968.344	-67,4%
Gastos de Depreciação e Amortização	3.214.093	3.226.061	11.969	0,4%
Provisões e imparidades	-68.490	-32.819	35.671	-52,1%
Resultado antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	8.674.202	658.218	-8.015.984	-92,4%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2.987.753	16.210.100	13.222.346	442,6%
Juros e Gastos Similares Suportados	11.455.664	16.618.326	5.162.662	45,1%
Resultado antes Impostos	206.292	249.991	43.700	21,2%
Imposto sobre o Rendimento	172.912	238.895	65.983	38,2%
Resultado Líquido	33.380	11.096	-22.284	-66,8%

Un: €

O Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA), que em 2014 totalizou 3,9M€, registou uma redução de 67%, -8,0M€, relativamente a 2013 que fica a dever-se, essencialmente, ao seguinte:

(i) Em 2014, para efeitos do equilíbrio previsto no nº 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime

jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, não se tornou necessária a Transferência de Equilíbrio que em 2013 havia totalizado 4,6M€;

(ii) À anulação, em 2014, de 4,3M€ de Encargos Financeiros Capitalizados em anos anteriores como parte do valor contabilístico do activo intangível em fase de construção.

Por efeito dos Gastos de Depreciação e Amortização que, em 2014, totalizaram 3,2M€, apurase um Resultado de Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT) de 0,7M€, menos 92%, - 8,0M€, que em 2013, pelos mesmos motivos.

Rendimentos Operacionais

Em 2014, os Rendimentos Operacionais totalizaram 33,9M€ contra 38,2M€ em 2013, mostrando uma redução de 11% relativamente ao ano anterior.

Quadro 2 – Rendimentos Operacionais

Un: €				
Rúbrica/Ano	2013	2014	Δ	Δ %
Vendas	6.877.047	7.694.581	817.534	11,9%
Prestações de Serviços	25.643.800	25.343.199	-300.600	-1,2%
Tratamento RSU	23.607.360	22.793.558	-813.802	-3,4%
Serviços de Construção	2.036.440	2.549.642	513.202	25,2%
Outros Rendimentos Operacionais	5.672.117	844.751	-4.827.366	-85,1%
Rendimentos Operacionais	38.192.964	33.882.532	-4.310.432	-11,3%

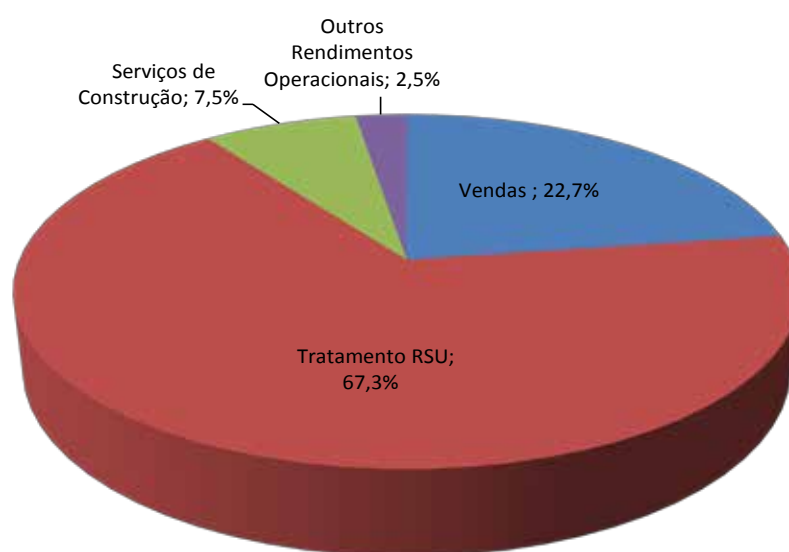
A redução de 4,3M€ que se verifica relativamente a 2013, prende-se, essencialmente, com a rubrica Outros Rendimentos Operacionais, que em 2013 registou o montante já referido de 4,6M€ relativo à Transferência de Equilíbrio que, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, se tornou necessária com vista ao equilíbrio das

contas.

A variação positiva de 0,8M€ que se verifica na rubrica Vendas deve-se, sobretudo, ao acréscimo de energia eléctrica injectado na rede em 2014, reflectindo o aumento na carga dos 3 biodigestores da Central de Digestão Anaeróbia. Na rubrica Tratamento RSU verifica-se uma variação negativa

de 0,8M€ pelo facto de, relativamente a 2013, em 2014 se terem recepcionado menos quantidades de RSU – cerca de 16 mil toneladas a menos.

Gráfico 1 – Distribuição dos Rendimentos Operacionais



Gastos Operacionais

Em 2014, os Gastos Operacionais totalizaram 33,2M€, mais 13% relativamente a 2013.

Quadro 3 – Gastos Operacionais

Un: €

Rúbrica/Ano	2013	2014		Δ %
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	1.028.891	1.058.502	29.611	2,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	18.483.022	18.454	-28.719	-0,2%
Gastos com o Pessoal	6.676.918	5.802.270	-874.648	-13,1%
Outros Gastos de Exploração	184.329	4.715.996	4.531.668	2458,5%
Gastos de Exploração	26.373.159	30.031.071	3.657.912	13,9%
Gastos de Depreciação e de Amortização	3.214.093	3.226.061	11.969	0,4%
Provisões e Imparidades	-68.490	-32.819	35.671	-52,1%
Total dos Gastos Operacionais	29.518.762	33.224.314	3.705.552	12,6%

O crescimento de 3,7M€ fica, essencialmente, a dever-se à rubrica Outros Gastos Operacionais por efeito da anulação, já referida, em 2014, de 4,3M€ de Encargos Financeiros capitalizados em anos anteriores.

A anulação de Encargos Financeiros tornou-se necessária em resultado das negociações com a

Banca que possibilitaram a reestruturação do passivo financeiro da TRATOLIXO. Em presença da assunção de parte do perdão de juros pelas entidades financeiras, não faria sentido manter registado no activo intangível em curso a totalidade dos encargos financeiros que em anos anteriores haviam sido capitalizados. Deste

modo, as contas de 2014 registaram em Outros Gastos Operacionais a parte correspondente de encargos financeiros capitalizados em excesso face ao perdão de juros obtidos na negociação com a Banca.

Concorre em sentido contrário para o desvio de 3,7M€ a redução de 0,9M€ que se verifica em Gastos com o Pessoal. A redução verificada prende-se, sobretudo, com a saída de 13 funcionários ao longo de 2014 e, ainda, com a redução de outros custos de cariz extraordinária que se haviam verificado em 2013.

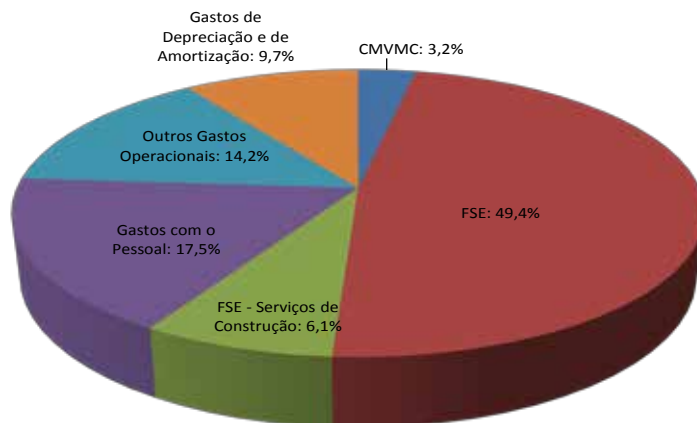


Gráfico 2 – Distribuição dos Gastos Operacionais

Resultados de Financiamento

A variação positiva de 8M€, que se verifica relativamente a 2013, possibilitou compensar a deterioração dos resultados operacionais em relação ao ano anterior.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos

O desvio de 13,2M€ refere-se ao seguinte:

- (i) -1,7M€, à *variação do justo valor do swap, que em 2013 originou um rendimento contabilístico e em 2014 um gasto contabilístico;*
- (ii) -1,3M€, ao *desreconhecimento, em 2013, do passivo relativo a juros de mora à Banca no âmbito das negociações que já haviam sido acordadas em 2013, situação que não se verificou em 2014;*
- (iii) +16,2M€, ao *perdão obtido no âmbito da reestruturação do passivo financeiro, sendo que 7,1M€ referem-se a juros do swap e 9,1M€ a juros remuneratórios.*

Juros e Gastos Similares

Para o desvio de 5,2M€ concorrem, essencialmente as seguintes situações:

- (i) -9,2M€, *dizem respeito ao gasto contabilístico que, no âmbito da reestruturação do passivo financeiro, a revogação do swap originou;*
- (ii) -1,1M€, *dizem respeito a 38% da desvalorização que, até 7 de Novembro de 2014, o swap registou na parte não designável como de cobertura;*
- (iii) +4,8M€, *referem-se, sobretudo, à redução, relativamente a 2013, dos juros do financiamento por efeito da aplicação do spread negociado de 1,35% às contas de 2014. Em 2013 o spread aplicado foi de 3%.*

Estrutura Patrimonial

Quadro 4 – Evolução das rubricas do Balanço 2014-2013

Un: €

Rúbricas/Anos	2013	2014	Δ	Δ %
Total do Activo	201.211.386	187.372.104	-13.839.282	-6,9%
Activos Fixos	186.353.556	180.039.285	-6.314.270	-3,4%
Outros Activos	14.281.161	5.346.617	-8.934.544	-62,6%
Soma	200.634.717	185.385.902	-15.248.815	-7,6%
Caixa e Equivalentes	576.670	1.986.202	1.409.533	244,4%
Total do Capital Próprio	9.997.110	15.529.621	5.532.510	55,3%
Total do Passivo	191.214.276	171.842.484	-19.371.792	-10,1%
Dívida Financeira	135.985.088	146.550.873	10.565.785	7,8%
Provisões	2.334.829	2.109.598	-225.231	-9,6%
Outros Passivos	52.894.359	23.182.013	-29.712.346	-56,2%

1. Activo

O Total do Activo, excluído de Caixa e Equivalentes, em 31 de Dezembro de 2014 era de 185M€, menos 15M€ que no final de 2013. Tendo em 2014 o investimento ficado quase que restringido à ETARI da Abrunheira, verifica-se que os montantes investidos foram inferiores à realização total do activo fixo por via das amortizações. Por outro lado, a anulação de Encargos Financeiros capitalizados como parte do valor contabilístico do activo intangível em fase de construção teve um impacto importante na redução do activo intangível. Por fim em Outros Activos, relativamente a 2013, verifica-se uma redução muito acentuada da dívida de clientes por via da sua realização.

Activos Fixos

Do montante de 180M€ que a rubrica Activos Fixos apresenta, 89M€, cerca de 50%, refere-se a infra-estruturas da concessão que se encontram em fase de construção. A redução de 6M€ relativamente a 2013 prende-se:

- (i) Com a já referida anulação de Encargos Financeiros que haviam sido capitalizados no valor contabilístico dos activos em fase de construção;
- (ii) Com a realização dos activos por via das amortizações;
- (iii) Com o *desreconhecimento do activo por imposto diferido devido à revogação do swap*.

Outros Activos

Para a variação de 9M€ que se verifica em Outros Activos, contribuiu de forma determinante a redução da dívida dos municípios, que, relativamente a 2013, registou uma redução muito significativa de 8M€.

2. Passivo

Em 31 de Dezembro de 2014, o passivo da TRATOLIXO era de 172M€, registando uma redução de 19M€ relativamente a 31 de Dezembro de 2013. Destacam-se as seguintes rubricas:

Dívida Financeira

Antes de mais, importa esclarecer que da variação patente de 11M€, que a rubrica Dívida Financeira apresenta, não se podem tirar ilações elucidativas. Tendo em conta a operação de reestruturação do passivo financeiro, os montantes inscritos em 2013 não são, directamente, comparáveis com os de 2014. De facto, existem montantes inscritos em 2013, na rubrica Outros Passivos que, em 2014, com a reestruturação do passivo financeiro, passaram a estar incluídos na rubrica Dívida Financeira. Assim, para que se possam perceber as variações de facto ocorridas, em 2013 ter-se-ão que ter em conta as seguintes reclassificações de Outros Passivos para Dívida Financeira, com vista à obtenção da comparabilidade: (i) 12M€ - referente ao justo valor do *swap* que em 2013 as contas apresentavam; (ii) 7M€ - referente ao juro de *swap*. Estas reclassificações tornam-se necessárias uma vez que, no âmbito da negociação com a Banca, (i) a revogação do *swap* originou a contracção de um novo financiamento, agora, registado como dívida financeira, e; (ii) o passivo por juros do *swap*, que em 2013 era evidenciado em Outros Passivos, passou ao abrigo de uma nova linha crédito, em 2014, a estar registado como Dívida Financeira. Observa-se, pois,

após as reclassificações referidas, que as variações em Dívida Financeira e em Outros Passivos são, respectivamente, -8M€ e -11M€.

A redução de 8M€ que, de facto, se verifica em Dívida Financeira foi possível no âmbito da reestruturação do passivo financeiro da TRATOLIXO que, para além do perdão da totalidade dos juros de mora, possibilitou uma redução muito importante dos valores em dívida relativos a juros, devido à contratualização de um *spread* bastante inferior ao que estava a ser praticado.

Provisões

A variação residual que esta Rubrica mostra, é reflexo da conjuntura ainda adversa que a TRATOLIXO atravessa, nomeadamente, no que diz respeito a restrições de liquidez. Assim, em 2014, não se tornou viável avançar com a reabilitação ambiental prevista para as instalações de Trajouce. O montante provisionado de, aproximadamente, 2M€ foi reavaliado e reflecte, em 31 de Dezembro de 2014, a melhor estimativa dos gastos que se esperam ainda incorrer com o passivo ambiental.

Outros Passivos

A variação desta rubrica, cuja explicação deverá ser lida em conjunto com a explicação da rubrica Dívida Financeira, tendo em conta as reclassificações já referidas, passa de 30M€ negativos para 11M€ negativos. Para esta variação contribuiu sobretudo a redução que se verifica na dívida a fornecedores de investimento e operação



3. Capital Próprio

No final de 2014 o Capital Próprio da TRATOLIXO era de 16M€, mais 5M€ que em 2013. Para esta variação positiva contribuiu, fundamentalmente, a anulação da reserva de cobertura do *swap*, devido à revogação do *swap* em 7 de Novembro de 2014, no âmbito da reestruturação do passivo financeiro da TRATOLIXO.

Assinatura do Acordo para reestruturação e financiamento da TRATOLIXO



Indicadores de Desempenho Económico

À semelhança do ano anterior, a empresa apresenta o seu Relatório e Contas juntamente com a temática da sustentabilidade num único documento. Neste contexto, no presente capítulo, são reportados os indicadores de desempenho

económico definidos nas Diretrizes GRI G4, às quais a empresa decidiu aderir este ano.

G4-EC1 - Valor económico directo gerado e distribuído

Na tabela seguinte é apresentado o resumo das receitas e gastos da

TRATOLIXO dos últimos três anos, incluindo os pagamentos efectuados a fornecedores de capital e governo, bem como os donativos efectuados.

G4-EC1

Valor Económico Directo Gerado	2012	2013	2014	var (%)
Vendas	6.102.337	6.877.047	7.694.581	11,9%
Prestações de Serviços	33.168.046	25.643.800	25.343.199	-1,2%
Juros Obtidos de Depósitos e Outros	3.903	178.538	128.492	-28,0%
Descontos de PP Obtidos	0	8,82	0,00	-
Ganhos em Alienações	60.028	7,42	2,02	-72,8%
Total	39.334.314	32.699.401	33.166.274	-1,4%

Valor Económico Distribuído	2012	2013	2014	var (%)
CMVMC	1.055.705	1.028.891	1.058.502	2,9%
Fornecimento e Serviços Externos	28.896.151	18.483.022	18.454.303	-0,2%
Salários e Benefícios de Empregados *	6.287.310	6.574.249	5.730.051	-12,8%
Pagamentos para Fornecedores de Capital	2.180.511	0	0	0,0%
Pagamentos ao Governo	33.283	36.618	52.463	43,3%
Donativos	30.569	50.697	48.368	-4,6%
Total	38.483.529	26.173.477	25.343.687	-3,2%

* Exclui-se formação e EPI's

Face à natureza do serviço prestado pela TRATOLIXO, os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos representam a maior fatia dos gastos da empresa, representando

cerca de 56% dos gastos operacionais.

Refira-se que a rubrica Serviços de Construção, sub-rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos que,

em 2011, assumia particular relevo, em 2012 e 2013 – devido à conclusão/suspensão da construção das infra-estruturas da concessão – tem vindo a reduzir consideravelmente.

G4-EC 2 – Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido às alterações climáticas

Apesar de não ter considerado a temática das alterações climáticas na sua análise de riscos e oportunidades, a TRATOLIXO não deixa de ter preocupações sobre este assunto.

O desenvolvimento de toda a sua actividade é feito precisamente para acautelar impactes que provoquem, a médio e longo prazo, efeitos ao nível das alterações climáticas. Neste âmbito, a empresa desenvolve algumas iniciativas, ainda que indirectas, mas que constituem oportunidades financeiras neste domínio.

A iniciativa mais relevante é a venda de energia eléctrica produzida a partir do biogás da CDA da Abrunheira, o qual resulta da captação do metano – um importante GEE – gerado no processo de digestão anaeróbia da fracção orgânica dos resíduos produzidos no Sistema AMTRES.

A venda da energia eléctrica

produzida nesta instalação é uma fatia importante das receitas da empresa e resultou num proveito para a TRATOLIXO de 2.424.423,97 € durante o ano de 2014.

G4-EC 4 – Apoio financeiro significativo recebido do governo

A TRATOLIXO candidatou-se ao SIFIDE – Concessão de incentivos fiscais às actividades de I&D empresarial, como forma de apoio às empresas que queiram intensificar os seus investimentos em investigação e desenvolvimento, tendo obtido um crédito fiscal decorrente da actividade de I&DT realizada durante o ano de 2009, no valor de 140.921 €.

Este crédito poderá ser utilizado até 2015.

G4-EC 5 – Rácio entre o salário mais baixo, discriminado por género, comparado com o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes

Para a presente análise, entender-se-á "salário mínimo local" como o salário mínimo nacional, legal-

mente consagrado com a designação de "remuneração mensal mínima garantida".

O Código de Trabalho português garante "...aos trabalhadores uma retribuição mínima mensal, seja qual for a modalidade praticada, cujo valor é determinado anualmente por legislação específica, ouvida a Comissão Permanente de Concertação Social." (artigo 273º). Em 2014, o salário mensal mais baixo do pessoal da TRATOLIXO a tempo inteiro era de 545 € (quinhentos e quarenta e cinco Euros). A 1 de Outubro de 2014, o valor da retribuição mínima mensal garantida alterou de 485,00 € para 505,00 €. Neste contexto, a TRATOLIXO passou a praticar um salário mínimo de 8% mais elevado que a retribuição mensal mínima garantida.

G4-EC 6 – Proporção de membros da gestão de topo recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes

A TRATOLIXO procura, sempre que possível, contratar mão-de-obra local, contribuindo deste modo, para o desenvolvimento social e económico da região em que se integra. Assim, a distância casa-trabalho acaba por determinar uma maior incidência na contratação de mão-de-obra local. Os cargos de gestão de topo (Administração da empresa) são ocupados por personalidades oriundas de nomeações dos Municípios utilizadores do Sistema, não estando a respectiva designação dependente de critérios relacionados com a pertença à comunidade local. No entanto, todos os Adminis-

tradores em exercício no ano de 2014 residiam num dos Municípios utilizadores, pelo que a proporção de membros do Conselho de Administração da TRATOLIXO pertencentes à comunidade local é de 100%.

G4 EC 7 – Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estruturas e serviços oferecidos

Relativamente ao investimento na comunidade, a TRATOLIXO promove a educação e sensibilização ambiental da comunidade, através de iniciativas desenvolvidas junto de escolas e de apoios e patrocínios de vários projectos neste domínio.

G4-EC 9 – Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes

Para garantir a total transparência, igualdade, concorrência e imparcialidade entre fornecedores, a TRATOLIXO rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) – Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – para a aquisição de bens e serviços e empreitadas. Sendo uma empresa de âmbito regional, os seus fornecedores são, na sua maioria, nacionais. Assim, em 2014, cerca de 96% dos gastos com fornecedores, referem-se a fornecedores nacionais.

Gastos com fornecedores (G4-EC9)

Euros	2012	2013	2014	Var. (%)
Internacionais	243.462	401.610	744.625	85,4%
Nacionais	57.380.546	22.711.005	20.064.916	-11,7%
Total	57.624.008	23.112.615	20.809.566	-10,0%

The background image shows an industrial facility, likely a refinery or chemical plant. In the foreground, there are three large, cylindrical storage tanks with alternating green and black horizontal stripes. To the right of the tanks, there are several tall, thin chimneys or distillation columns. The entire scene is reflected in a body of water in the foreground. The sky is a clear, deep blue.

6 . PERSPECTIVAS PARA 2015

6 PERSPECTIVAS PARA 2015

Como já foi referido anteriormente, o acordo estabelecido em 2014 com o Sindicato Bancário foi um passo fundamental para a recuperação económico-financeira da TRATOLIXO. Segue-se em 2015 a concretização de outro macro-objectivo da empresa associado à definição de um novo Modelo Técnico, cujo estudo contemplará a melhor estratégia de compatibilização

com o PERSU 2020, recentemente aprovado.

Resultante do futuro Modelo Técnico sairá o novo Plano de Acção do PERSU

2020 (PAPERSU) da TRATOLIXO,

cujas concretizações só serão possíveis com a atribuição de fundos comunitários – nomeadamente do QREN 2014-2020 – essenciais para realizar investimentos ao nível da requalificação e construção de novas infra-estruturas. Também prioritária será a conclusão da empreitada das Células de Confinamento Técnico, que permitirá à empresa ver reduzida a sua dependência de entidades externas e diminuir a tarifa associada ao tratamento e destino final de resíduos,

junto dos seus clientes municipais.

Por outro lado, importa também garantir a consolidação do funcionamento das infra-estruturas mais recentes da TRATOLIXO – a CDA e a ETARI – e melhorar, não só os impactos da actividade, mas a qualidade do serviço prestado na óptica da gestão dos resíduos e, também, os resultados operacionais e pro-

Perspectiva-se para 2015 a criação de parcerias que permitam à TRATOLIXO manter activa a sua participação em projectos de I&DT que promovam o resíduo como um recurso.

ductos obtidos, tendo em mente o cumprimento das mais recentes metas e objectivos definidos no PERSU 2020 no respeitante à deposição de RUB em aterro, preparação para reutilização e reciclagem e retomas de recolha selectiva. Assim, encontra-se em estudo uma solução para aproveitamento da fracção resto dos processos de tratamento, que tem como objectivo reduzir o envio de resíduos para aterro e

promover a economia circular.

Perspectiva-se para 2015 a criação de parcerias que permitam à TRATOLIXO manter activa a sua participação em projectos de I&DT que promovam o resíduo como um recurso. Não obstante as prioridades já mencionadas, ter-se-á também em conta a continuidade dos trabalhos associados ao PRAET de

modo a concluir a resolução

desta situação ambiental.

Em 2015 serão ainda levadas a cabo, como não podia deixar de ser, as necessárias acções

associadas à regularização

dos processos de licenciamento referentes à actividade da empresa e suas instalações, bem como as práticas de consolidação e melhoria do Sistema Integrado de Gestão da TRATOLIXO. Em resumo, em 2015 a TRATOLIXO prosseguirá a sua actividade tendo como propósito a sustentabilidade, tentando laborar no equilíbrio entre as componentes económica, ambiental e social.



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.º 23º dos estatutos da TRATOLIXO, E.L.M. e do art.º 66º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2014, no valor de 11.095,98€ (onze mil, noventa e cinco euros e noventa e oito cêntimos), seja levado à rubrica de resultados transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho



Ana Isabel Neves Duarte



António Ricardo Henriques da Costa Barros

The background image shows an industrial facility under a clear blue sky. In the foreground, there are three large, cylindrical storage tanks with alternating green and white horizontal stripes. To the right of the tanks, there are two tall, thin chimneys. The entire scene is reflected in a body of water in the foreground. A semi-transparent white banner is overlaid across the middle of the image, containing the text.

8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Índice das Demonstrações Financeiras

BALANÇO	132
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	133
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	134
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	135
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	137
1 INTRODUÇÃO	137
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	138
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	139
4 FLUXOS DE CAIXA	154
5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	155
6 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	156
7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	156
8 ACTIVOS INTANGÍVEIS	157
9 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	160
10 INVENTÁRIOS	163
11 CLIENTES	163
12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	164
13 OUTRAS CONTAS A RECEBER	165
14 DIFERIMENTOS	165
15 CAPITAL	166
16 RESERVAS	166
17 OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL	167
18 PROVISÕES	168
19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	170
20 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	172
21 FORNECEDORES	173
22 OUTRAS CONTAS A PAGAR	174
23 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	175
24 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	176
25 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	176
26 GASTOS COM PESSOAL	177
27 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	177
28 OUTROS GASTOS E PERDAS	178
29 JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES	178
30 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	179
31 COMPROMISSOS	180
32 CONTINGÊNCIAS	180
33 INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	182
34 PARTES RELACIONADAS	184
35 DISPOSIÇÕES LEGAIS	187
36 EVENTOS SUBSEQUENTES	190

BALANÇO

Montante expresso em €

		2014	31 de Dezembro 2013
ACTIVO	Nota		
NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	60.138	75.980
Activos intangíveis	8	179.914.243	184.377.528
Activos por impostos diferidos	9	64.904	1.900.048
		180.039.285	186.353.556
CORRENTE			
Inventários	10	531.093	413.062
Clientes	11	3.503.102	10.739.388
Adiantamentos a fornecedores	22	8.972	762.359
Estado e outros entes públicos	12	397.905	606.937
Outras contas a receber	13	576.566	1.581.610
Diferimentos	14	328.980	177.806
Caixa e depósitos bancários	4	1.986.202	576.670
		7.332.820	14.857.832
TOTAL DO ACTIVO		187.372.105	201.211.387
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL E RESERVAS ATRIBUÍVEIS AOS DETENTORES DE CAPITAL			
Capital realizado	15	7.010.000	7.010.000
Prémio de emissão		120	120
Reservas legais	16	30.000	30.000
Outras reservas	16	-	(5.624.261)
Resultados transitados		(4.730.017)	(4.763.397)
Outras variações no capital próprio	17	13.208.422	13.311.269
		15.518.525	9.963.731
Resultado líquido do período		11.096	33.380
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		15.529.621	9.997.111
PASSIVO			
NÃO CORRENTE			
Provisões	18	2.109.598	2.334.829
Financiamentos obtidos	19	146.550.873	94.610.000
Passivos financeiros detidos para negociação	20	0	12.007.338
Passivos por impostos diferidos	9	79	94
Ajustamentos em subsídios	17	3.834.703	4.319.551
Fornecedores	21	756.117	2.271.368
Outras contas a pagar	22	2.410.337	5.771.017
		155.661.707	121.314.196
CORRENTE			
Fornecedores	21	8.577.392	12.325.590
Adiantamentos de clientes		29.260	3.538
Estado e outros entes públicos	12	191.082	192.944
Financiamentos obtidos	19	-	41.375.088
Outras contas a pagar	22	7.383.043	16.002.919
		16.180.777	69.900.080
TOTAL DO PASSIVO		171.842.484	191.214.276
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		187.372.105	201.211.387

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Montante expresso €			
Exercício			
	Nota	2014	2013
Vendas e serviços prestados	23	33.037.780	32.520.847
Subsídios à exploração	-	9.721	30.660
Variação nos inventários de produção	-	76.424	30.296
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24	(1.058.502)	(1.028.891)
Fornecimentos e serviços externos	25	(18.454.303)	(18.483.022)
Gastos com o pessoal	26	(5.802.270)	(6.676.918)
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10	5.146	(19.841)
Provisões (aumentos) / reduções	18	27.673	88.331
Outros rendimentos e ganhos	27	758.607	5.611.161
Outros gastos e perdas	28	(4.715.996)	(184.329)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		3.884.279	11.888.295
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7,8	(3.226.061)	(3.214.093)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis		-	-
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		658.218	8.674.203
Juros e rendimentos similares obtidos	29	16.210.100	2.987.753
Juros e gastos similares suportados	29	(16.618.326)	(11.455.664)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		249.991	206.292
Imposto sobre o rendimento do período	30	(238.895)	(172.912)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.096	33.380
RESULTADO POR ACÇÃO:			
- BÁSICO		0,01	0,02

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Montante expresso €

	Notas	Capital realizado	Prémios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações Capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2013		7.010.000	120	30.000	(7.519.914)	(4.763.447)	13.405.502	50	8.162.311
Alterações no período									
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	-	50	-	(50)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	1.895.652	-	(94.233)	-	(1.801.419)
	17,20	-	-	-	1.895.652	50	(94.233)	(50)	1.801.419
Resultado líquido do período								33.380	33.380
Resultado integral								33.380	1.834.799
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2013		7.010.000	120	30.000	(5.624.261)	(4.763.397)	13.311.269	33.380	9.997.111
Alterações no período									
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	-	33.380	-	(33.380)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17, 20	-	-	-	5.624.261	-	(102.847)	-	5.521.415
		-	-	-	5.624.261	33.380	(102.847)	(33.380)	5.521.415
Resultado líquido do período								11.096	11.096
Resultado integral								11.096	5.532.511
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2014		7.010.000	120	30.000	0	(4.730.017)	13.208.422	11.096	15.529.621

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Montante expresso em €

		Exercício findo em 31 de Dezembro	
	Nota	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		40.039.978	31.010.761
Pagamentos a fornecedores		(32.869.929)	(28.645.430)
Pagamentos ao pessoal		(5.268.695)	(5.812.404)
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		1.901.354	(3.447.073)
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(26.172)
Outros recebimentos/ (pagamentos)		875.624	4.105.702
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		2.776.978	632.457
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		(107)	(6.019)
Activos intangíveis		-	(5.042)
Outros activos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		-	8
Activos intangíveis		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		(107)	(11.053)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		-	-
Aumentos de capital		-	-
Juros e rendimentos e similares		195	254
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-	-
Amortizações de contratos de locação financeira		-	-
Juros e gastos e similares		(1.367.533)	(668.634)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.367.338)	(668.380)
Variação de caixa e seus equivalentes		1.409.533	(46.976)
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		576.670	623.645
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	1.986.202	576.670

As notas das páginas 137 a 190 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Ana Filipa Lanternas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Ana Isabel Neves Duarte

António Ricardo Henriques da Costa Barros

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (referida neste documento como “TRATOLIXO” ou “Empresa”), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 26 de julho de 1989 tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – ‘Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos’, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana.

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 05

de Março de 2015. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

1.1 – Enquadramento da actividade

A TRATOLIXO desenvolve a sua actividade no âmbito de um contrato-programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004 de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009 foi efectuado um aditamento ao Contrato de Programa, com vista a incorporar as alterações introduzidas ao PERECMOS – ‘Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra’ em 2007, e de acordo com o qual a TRATOLIXO deixa de ser responsável pela definição de

soluções de recolha dos resíduos sólidos, da tipologia de contentorização e definição dos circuitos. Em 7 de Novembro de 2014 foi firmado entre a TRATOLIXO, a AMTRES, os Municípios e os Bancos que integram o Sindicato Bancário, um Memorando de Entendimento relativo à Reestruturação do Passivo da TRATOLIXO que obriga a uma revisão do Contrato-Programa, que estabeleça, entre outros, um prazo de vigência da concessão até 31 de Dezembro 2043.

No âmbito do Contrato de Programa foi dado acesso à TRATOLIXO às instalações existentes no Eco-parque de Trajouce (Cascais) para a prestação do serviço público, tendo a TRATOLIXO ainda assumido a obrigação de construir um novo Ecoparque na Abrunheira (Mafra) e requalificar o Ecoparque de Trajouce (Cascais). A TRATOLIXO não pode dispor livremente destes activos para além da substituição/renovação que se demonstre necessária à prestação dos serviços. Pelos serviços prestados, a TRATOLIXO tem direito a uma retribuição que equivale à aplicação de uma tarifa por tonelada de resíduos en-

trada no sistema multimunicipal, conforme estipulado na Disposição Terceira

A AMTRES aprova anualmente qual a tarifa a praticar, tendo em conta os custos elegíveis e as necessidades de equilíbrio económico-financeiro previsto no Contrato de Programa.

A Tarifa está fixada, até ao final do ano de 2016, no valor mínimo de 58,58 euros por tonelada de resíduos sólidos entregue para tratamento, a preços correntes.

As Tarifas a praticar em cada ano subsequente deverão ser fixadas, pela concedente, antes do início do ano respectivo e ser objecto de aprovação prévia pela ERSAR.

Assim, o contrato-programa assinado com a AMTRES constitui em substância um acordo de concessão, no âmbito do qual a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela prestação de serviços de construção das infra-estruturas de suporte à actividade a desenvolver e a responsabilidade pela exploração do serviço público de tratamento de resíduos sólidos. Neste contexto, a TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade

para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2014, e supletivamente de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC (“IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços”). As demonstrações financeiras até 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade “POC” e Directrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística “DC”), tendo sido efectuada a transição

para o SNC com referência à data de 1 de Janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e baseado no custo histórico, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados, mensurados ao justo valor.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

ii) TRANSACÇÕES E SALDOS

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O activo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “Equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta desde a data em que encontra em condição de uso, de acordo com as seguintes taxas:

Anos	
Equipamento administrativo	Entre 1 e 10 anos

3.3. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação prospectiva dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido. Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do activo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o activo escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer per-

das por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Programas de computador

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos *upgrades*. Estes activos são amortizados em três anos.

Direitos de concessão

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infra-estruturas necessárias ao estabelecimento da concessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de

tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram o sistema multimunicipal. Uma vez que todos os activos investidos revertem para a AMTRES no final do prazo do contrato-programa, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registar.

O valor do direito de concessão reconhecido resulta: i) do valor líquido de activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; ii) dos investimentos de construção/requalificação/renovação/substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e iii) das contrapartidas acordadas com o Municípios, como por exemplo a entrega de contentores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão reconhecido à data da transição e os investimentos subsequentes de expansão/requalificação/renovação/substituição são amortizados de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, considerando o termo da concessão em 31

de Dezembro de 2043 (2013: até 31 de Dezembro de 2042) – ver nota 5.3. Assim a partir de 1 de Janeiro de 2014, todo o activo da concessão passou a ser amortizado pelo período remanescente da concessão isto é, até 31 de Dezembro de 2043.

Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – Direito de concessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

3.4. Imparidade de activos

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e quando aplicável, da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do activo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação da imparidade é efectuada quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são





determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação

de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como

instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*"fair value hedge"*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos coberto atribuíveis ao risco coberto. Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*"cash flow hedge"*), a parte

eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

No âmbito da negociação com o Sindicato Bancário relativa à reestruturação do passivo financeiro foram cancelados, em 7 de Novembro de 2014, os Contratos de Swap de “permuta” de taxas de juro, para cobertura da flutuação das taxas de juro do financiamento, os quais haviam sido parcialmente designados como de cobertura (ver Nota 20 – Outros passivos financeiros) e negociou uma linha de financiamento para a liquidação do justo valor do swap àquela data.

3.7. Inventários

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

- i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção e conservação, e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte.
- ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos.

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados cujo custo de produção excede o valor da venda se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

A partir de 2012, na sequência da alteração ao procedimento de gestão de *stocks*, os Equipamento de Protecção individual (EPIS), Far-

damentos e Consumíveis diversos, passaram a ser relevados na rubrica de inventários. Até 2011 estes itens eram directamente relevados como gastos do exercício.

3.8. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses com risco de flutuação de valor reduzido. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e de uma clarificação emitida pela IFRS Interpretation Committee, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

3.10. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no Capital Próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital

próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do

juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de Capital Próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhe-

cidas na demonstração de resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de Capital Próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não se-

jam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.



3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Fiscal durante um período de 4 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011 têm um período máximo de reporte de quatro anos.

Os prejuízos fiscais apurados em 2012 e 2013, são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, até cinco períodos de tributação posteriores. Os prejuízos fiscais gerados em 2014 têm um período máximo de reporte de 12 anos. A

dedução dos prejuízos reportados, não pode exceder 70% do respectivo lucro tributável.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas como reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Provisões para recuperação ambiental

Em 2009, a TRATOLIXO procedeu ao registo de uma provisão para os custos a incorrer com a recuperação ambiental de terrenos localizados junto ao aterro de Trajouce, no valor de 3.500 mil euros. Esta provisão foi registada nas demonstrações financeiras no âmbito do anterior normativo contabilístico (POC), como parte do activo tangível em curso, por se tratar de um custo associado a responsabilidades de remoção dos resíduos indevidamente depositados em Trajouce, decorrentes da actividade desenvolvida pela TRATOLIXO no âmbito do contrato-programa. Este valor foi transferido de activos fixos tangíveis para activo intangível, pela aplicação da IFRIC 12 na data da transição para o SNC. A provisão é revista anualmente tendo em consideração o período estimado de realização e os dispendios incorridos / a incorrer para a reparação do passivo ambiental.

Provisões para monitorização de aterro e lixeiras

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitori-

zação dos aterros e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal objecto do contrato-programa. Esta é uma medida de protecção ambiental exigida pela Direcção Geral do Ambiente, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos naturais.

A provisão registada resulta do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO, para o período da responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento), estando sujeita a revisão anual consoante as acções de monitorização desenvolvidas. A provisão é mensurada ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente do seu recebimento.

Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos se venha a verificar o não recebimento do valor de subsídios registado, há lugar ao desreconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de Capital Próprio “Outras variações de capital” (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos

através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a TRATOLIXO não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato. Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.17. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.18. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber

relativo à venda de produtos e/ ou prestação de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO.

O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem oriundos da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos provenientes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis resultantes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores e do composto produzidos na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem ainda a estes produtos os materiais recicláveis recuperados no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a TRATOLIXO; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham

sido transferidos para o comprador.

No caso da venda dos recicláveis à Sociedade Ponto Verde, o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados pela SPV. No caso da electricidade, o rédito é reconhecido mensalmente de acordo com a energia injectada na rede eléctrica valorizada ao preço contratualmente definido.

O rédito da prestação de serviços refere-se a duas actividades:

i) Tratamento de resíduos – o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e as tarifas definidas pela AMTRES no início de cada exercício. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas é facturado directamente aos Municípios, sendo que, até Dezembro de 2010 era faturado através da AMTRES, com base na tarifa definida.

ii) Serviços de construção de infra-estruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da

aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços. O rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, directa ou indirectamente relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.19. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma esti-

mativa fiável do montante dessa obrigação.

A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Em relação aos encargos de carácter ambiental a TRATOLIXO, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem, estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação), ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do exercício.

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditem serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estima-

tivas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 Provisões

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anterior-

mente divulgadas como passivos contingentes.

3.20.2 Activos intangíveis

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, ao longo da concessão. A amortização linear do direito de concessão pelo prazo do contrato-programa, não contempla a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação / substituição destes activos. Esta situação é enquadrável nas cláusulas do Contrato de Programa, que prevêem a permuta do investimento nos activos de renovação / substituição pelo direito de concessão, e a sua recuperação através das tarifas subsequentes.

3.20.3 Imparidade de activos

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidade quando existem indicadores de que o mesmo não será recuperável, no prazo do contrato-programa. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o Conselho de Administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base no EVEF associado ao contrato-programa e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

3.20.4 Impostos

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido constituem a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da Administração Fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores, que não se encontram registados.

A white MAN truck with green accents, featuring the 'tratolixo' logo and website address. The truck is parked on a paved surface under a clear blue sky. The logo consists of a green circular icon with a stylized 'x' and the word 'tratolixo' in green. Below the logo, it says 'gestão de resíduos sólidos'. The website 'www.tratolixo.pt' is visible on the side of the truck. The truck has a large side mirror and a black door handle. The wheels are black with silver hubcaps. The text 'TEX HL480' is visible on the side of the cab. There are also smaller logos for 'eeco', 'CISWA', and 'AP' on the side of the truck.

4 Fluxos de caixa

4.1 Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização:

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

	31-12-2014	31-12-2013
Caixa	2.519	2.750
Depósitos bancários	1.983.683	573.920
Caixa e depósitos bancários	1.986.202	576.670

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	31-12-2014	31-12-2013
Numerário		
Caixa	2.519	2.750
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	1.483.683	373.920
Depósitos a prazo	500.000	200.000
	1.983.683	573.920
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	1.986.202	576.670
equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total	1.986.202	576.670

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas contabilísticas e relato financeiro

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas e de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados.

5.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

As demonstrações financeiras de 2013 reflectem uma decisão tomada em 27 de Novembro de 2013 pela Assembleia Intermunicipal da AMTRES (acta nº 79/2013), relativamente ao alargamento do período da concessão de 31 de Dezembro 2028 para 31 de Dezembro de 2042. Esta decisão,

tomada por referência a 1 de Janeiro de 2013, implicou que todos os activos que integravam o direito da concessão passassem a ser amortizados, a partir dessa data, pelo período remanescente da concessão até 31 de Dezembro de 2042, originando, respectivamente, uma redução das amortizações a praticar no exercício e uma redução do montante do subsídio reconhecido na demonstração dos resultados no montante de 4.265 milhares de euros e de 521 milhares de euros, face ao critério seguido relativamente ao exercício de 2012.

As demonstrações financeiras de 2014 reflectem o princípio, que ficou assente no Memorando de Entendimento, assinado entre a TRATOLIXO, a AMTRES, os Municípios e os Bancos de acrescer 30 anos ao Contrato-Programa, considerou-se assim o alargamento do período da concessão de 31 de Dezembro 2028 para 31 de Dezembro de 2043. Esta decisão, implicou que todos os activos que integram o direito da concessão passassem a ser amortizados, a partir 01 de Janeiro de 2014, por

mais um ano, face ao exercício de 2013, originando, respectivamente, uma redução das amortizações a praticar no exercício e uma redução do montante do subsídio reconhecido na demonstração dos resultados no montante de 29 milhares de euros e de 20 milhares de euros, face ao critério seguido relativamente ao exercício de 2013.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.

6 Gestão de riscos financeiros

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

Risco de crédito

A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratar de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a Sociedade Ponto Verde e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

7 Ativos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento administrativo	
	2014	2013
1 de Janeiro		
Custo de Aquisição	681.060	681.095
Depreciações acumuladas	(605.080)	(593.257)
Valor líquido	75.980	87.838
31 de Dezembro		
Adições	6.615	7.915
Alienações e Abates	(2.116)	(7.950)
Transferências	-	
Depreciação - Exercício	(22.457)	(19.630)
Depreciação - Alienações	2.116	7.907
Depreciação - reg. transf. e abates	-	(101)
Valor líquido	60.138	75.980
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	685.559	681.060
Depreciações acumuladas	(625.421)	(605.080)
Valor líquido	60.138	75.980

As adições registadas nesta rubrica referem-se essencialmente a um sistema de câmaras de vigilância e mobiliário.

8 Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a evolução registada na rubrica dos activos intangíveis, é como segue:

	Programas de computador	Programas de computador em curso	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
A 1 DE JANEIRO DE 2013					
Custo de aquisição	246.628	249.010	106.106.486	89.648.760	196.250.884
Amortizações acumuladas	(246.296)	-	(9.825.300)	-	(10.071.595)
Valor líquido	332	249.010	96.281.186	89.648.760	186.179.289
31 DE DEZEMBRO					
Adições	750	38.616	141.542	2.116.277	2.297.184
Alienações e abates	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	(904.575)	(904.575)
Transferências	230.141	(230.141)	-	-	-
Amortizações - exercício	(77.122)	-	(3.117.341)	-	3.194.463
Amortizações - reg/alienações	-	-	93	-	93
Valor líquido	154.101	57.485	93.305.480	90.860.462	184.377.528
31 DE DEZEMBRO DE 2013					
Custo de aquisição	477.518	57.485	106.248.028	90.860.462	197.643.493
Amortizações acumuladas	(323.417)	-	(12.942.548)	-	(13.265.965)
Valor líquido	154.101	57.485	93.305.480	90.860.462	184.377.528

	Programas de computador	Programas de computador em curso	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
A 1 DE JANEIRO DE 2014					
Custo de aquisição	477.518	57.485	106.248.028	90.860.462	197.643.493
Amortizações acumuladas	(323.417)	-	(12.942.548)	-	(13.265.965)
Valor líquido	154.101	57.485	93.305.480	90.860.462	184.377.528
31 DE DEZEMBRO					
Adições	1.495	-	314.726	2.234.949	2.551.170
Alienações e abates	-	(27.782)	-	(12.672)	(40.454)
Regularizações	-	-	(294)	(3.672.241)	(3.672.535)
Transferências	29.703	(29.703)	-	-	-
Amortizações - exercício	(87.520)	-	(3.117.446)	-	(3.204.966)
Amortizações - reg/alienações	-	-	(96.499)	-	(96.499)
Valor líquido	97.778	-	90.405.968	89.410.498	179.914.244
31 DE DEZEMBRO DE 2014					
Custo de aquisição	508.716	-	106.562.460	89.410.498	196.481.673
Amortizações acumuladas	(410.937)	-	(16.156.493)	-	(16.567.430)
Valor líquido	97.778	-	90.405.968	89.410.498	179.914.243

Programas de computador e Programas de computador em curso

No ano de 2014 procedeu-se à transferência de Programas de computador que se encontravam em curso, em 2013, para Programas de computador do Sistema de Informação Integrado para a Manutenção Industrial de Equipamentos, no valor de 29.703 euros. Projecto que visa a uniformização de soluções entre os actuais Eco-parques, a optimização de processos e a eliminação da redundância de informação.

Desreconhecimento do Projecto de Optimização de Processos nos Recursos Humanos, pelo facto de, na fase de implementação, ter-se verificado incumprimento de diversos requisitos funcionais e, por conseguinte, não ter correspondido à solução pretendida.

Projectos de Pesquisa e Desenvolvimento

Durante o exercício corrente foram dispendidos cerca de 1.331 euros em pesquisas e desenvolvimento, as quais foram reconhecidas como gasto no exercício em curso, sendo desagregadas de acordo com o quadro abaixo:

	31-12-2014	31-12-2013
Gastos com Pessoal afecto	1.308	8.692
Bens e Serviços Utilizados	-	3.639
Outros	23	207
	1.331	12.537

Os gastos em despesas de investigação e desenvolvimento reconhecidos no decurso do exercício de 2014, foram dispendidos no projecto RecGlass cujo objectivo é encontrar as soluções mais interessantes, de um ponto de vista técnico-económico, para a recuperação do vidro contido no rejeitado pesado, que resulta do processo de afinação do composto, fracção actualmente enviada para aterro.

No âmbito dos projectos de pesquisa e desenvolvimento,

realizados em 2013 e 2014, foram reconhecidos respectivamente 30.660 euros e 9.721 euros relativos a subsídios classificados como “subsídios à exploração”.

Direito de concessão e Direito de concessão em curso

As adições registadas no Direito da concessão em 2014 referem-se, na sua maior parte, à aquisição de um destroçador para produção de biomassa, três equipamentos para a metanização da CDA, um semi-

-reboque basculante, uma multi-carregadora, um tanque amovível e investimento em pavimentação e arruamentos no Ecoparque da Abrunheira.

As adições no Direito da concessão em curso, respeitam, essencialmente, à construção da ETARI no Ecoparque da Abrunheira, tal como previsto no Contrato de Programa, as quais resultam, maioritariamente, na permuta da prestação de serviços de construção pelo direito da concessão (ver nota 23).

As regularizações evidenciadas no Direito da concessão em curso referem-se à anulação, no valor de 4.354.299 euros, de parte dos encargos financeiros capitalizados, nos exercícios de 2011 e 2012. A redução deste montante no Activo intangível em curso, foi registado por contrapartida de Outros Gastos Operacionais (ver nota 28), e, refere-se à parte correspondente dos encargos financeiros capitalizados em excesso, face ao perdão de juros obtidos junto dos Bancos, em resultado das negociações vertidas no Memorando de Entendimento assinado a 7 de Novembro 2014. Em sentido contrário, foi regularizado no Direito da concessão em

curso, o valor de 682.058 euros, referente à anulação da deliberação tomada pelos Municípios em 2012 para a redução dos Custos de Não Instalação (CNI), através do pagamento de um diferencial de 1,8€/ton sobre os resíduos provenientes dos municípios da concessão, nesse exercício.

Os valores incluídos na rubrica de “Direito de concessão em Curso” referem-se às seguintes obras:

	31-12-2014	31-12-2013
ETARI - Abrunheira	6.723.684	4.549.014
Recuperação dos Terrenos Sul	3.348.687	3.348.687
Células de Confinamento Técnico - Abrunheira	68.007.092	71.100.242
Terrenos Ecocentro Abrunheira	8.374.582	8.896.219
Tratamento Efluentes	208.993	210.088
Terrenos requalificação ambiental	2.734.268	2.734.268
Lixeira Trajouce	-	5.273
Aterro Trajouce	-	7.399
Bacia de Equalização	13.192	9.272
	89.410.498	90.860.462

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o valor de aquisição das infra-estruturas da concessão, permutadas pelo direito de concessão, adquiridas sob o regime de locação financeiras é como segue:

Locações Financeiras		
	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto	2.271.760	2.271.760
Amortizações acumuladas	(2.271.760)	(2.271.760)
	-	-

As amortizações dos ativos intangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciações e amortizações” da Demonstração dos Resultados, pela sua totalidade.

9 Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	31-12-2014	31-12-2013
Capital próprio		
Imposto Diferido	432.871	886.170
	432.871	886.170
Demonstração de Resultados		
Imposto Diferido	(10.037)	64.599
Imposto Corrente (Nota 30)	(228.858)	(237.511)
	(238.895)	(172.912)



Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	31-12-2014	31-12-2013
Impactos na demonstração dos resultados		
Activos por Imposto Diferidos	(2.268.015)	(10.452)
Reciclagem de Imposto diferido sobre a reserva de cobertura (Ver Nota 16)	2.257.963	-
Passivos por impostos diferidos	15	75.050
	(10.037)	64.599
Impactos no capital próprio		
Activos por Impostos Diferidos	(432.871)	886.170
Passivos por Impostos Diferidos	-	-
	(432.871)	886.170
Impacto Líquido dos impostos diferidos	(442.909)	950.769

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Provisões	Derivados	Total
A 1 de Janeiro de 2013	85.408	2.711.262	2.796.669
Constituição/reversão por capital	-	(737.183)	(737.183)
Reversão por resultados	(4.333)	-	(4.333)
Alteração da taxa de imposto	(6.119)	(148.987)	(155.106)
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	(10.452)	(886.170)	(896.622)
A 31 de Dezembro de 2013	74.956	1.825.092	1.900.048
	Provisões	Derivados	Total
A 1 de Janeiro de 2014	74.956	1.825.092	1.900.048
Constituição/reversão por capital	-	432.871	432.871
Reversão por resultados	(4.283)	(2.257.963)	(2.262.246)
Alteração da taxa de imposto	(5.769)	-	(5.769)
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	(10.052)	(1.825.091)	(1.835.144)
A 31 de Dezembro de 2014	64.904	-	64.904

O imposto diferido activo diz respeito na sua totalidade à provisão da monitorização do aterro de Trajouce e das lixeiras que existem nos municípios do sistema concessionado à TRATOLIXO. (ver nota 18).

A mensuração dos impostos diferidos teve em consideração os efeitos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que procede à alteração das taxas de tributação, uma vez que a referida lei já se encontrava devidamente aprovada pela Assembleia da República e publicada em Diário da República.

Não se reconheceu o imposto diferido relativo aos prejuízos fiscais reportáveis, bem como aos valores de crédito de imposto atribuído no âmbito do SIFIDE, por

se considerar que não existem condições para garantir com rigor a recuperabilidade do respectivo imposto diferido activo.

O valor total de prejuízos fiscais reportados para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo é de 1.445.306 euros podendo ser recuperado:

- 453.297 euros, até 2015;
- 565.672 euros até 2017;
- 426.337 euros, até 2018;
- 497.615 euros, até 2026.

O crédito fiscal (dedução à colecta) – SIFIDE, não reconhecido como activo ascende a 140.921 euros pode ser utilizado até 2015.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Desvios tarifários	Total
A 1 de Janeiro de 2013	(201)	(74.944)	(75.145)
Constituição/reversão por capital	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
Alteração de taxa de imposto	8	-	8
Reversão por resultados	99	74.944	75.043
Movimentos do período	107	74.944	75.051
A 31 de Dezembro de 2013	(94)	-	(94)

	Reavaliação normativo anterior	Desvios tarifários	Total
A 1 de Janeiro de 2014	(94)	-	(94)
Constituição/reversão por capital	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
Alteração de taxa de imposto	7	-	8
Reversão por resultados	8	-	8
Movimentos do período	15	-	15
A 31 de Dezembro de 2014	(79)	-	(79)

As reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior resultam da actualização do valor dos activos efectuada no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada.

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	31-12-2014	31-12-2013
Matérias primas, subs. e de consumo		
Gasóleo	36.954	25.070
Arame	29.726	30.597
EPI's e Fardamentos	42.858	49.825
Outros consumíveis	239.008	206.591
Produtos acabados	205.271	128.848
Imparidade de inventários	(22.723)	(27.869)
Total inventários	531.093	413.062

O custo dos inventários reconhecidos, em 2014, como gasto e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” (ver nota 44) diz respeito ao arame e gasóleo e totalizou 1.058.502 euros (em 2013: 1.028.891 euros). A variação ocorrida ficou-se a dever-se facto de se ter passado a realizar o tratamento do Papel/ Cartão internamente contribuiu para o aumento no consumo de arame para o enfardamento.

Quanto aos EPIS, Fardamentos e Outros Consumíveis, estão a ser relevados na rubrica de inventários. O consumo dos EPIS e Fardamentos é reconhecido em gastos com o pessoal e o consumo dos Outros Consumíveis em fornecimentos e serviços externos (ver nota 25), maioritariamente na rubrica de conservação e reparação.

Imparidade de Inventários

	2014	2013
A 1 de Janeiro	27.869	8.029
Reforço	-	19.841
Utilizações	-	-
Reversão	(5.146)	-
A 31 de Dezembro	22.723	27.869

11 Clientes

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo i)	2.383.223	-	2.383.223	9.633.750	-	9.633.750
Clientes - outros ii)	1.119.879	-	1.119.879	1.105.638	-	1.105.638
Clientes de cobrança duvidosa	36.139	-	36.139	36.139	-	36.139
	3.539.241	-	3.539.241	10.775.527	-	10.775.527
Imparidade de clientes	(36.139)	-	(36.139)	(36.139)	-	(36.139)
Total Clientes	3.503.102	-	3.503.102	10.739.388	-	10.739.388

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se essencialmente aos saldos a receber dos municípios por conta dos serviços de tratamento de resíduos prestados no âmbito do Contrato de Programa.

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

Imparidade de clientes

	2014	2013
A 1 de Janeiro	36.139	36.139
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	36.139	36.139

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 Estado e outros entes públicos

	31-12-2014		31-12-2013	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	205.851	35.202	396.230	27.820
Impostos s/ rendimento - IRS	-	52.532	-	56.484
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	192.054	-	210.706	-
Contribuições p/ segurança social/C.G.A	-	103.295	-	108.640
Descontos ADSE	-	53	606.937	192.944
	397.905	191.082	606.937	192.944
Saldo corrente	397.905	191.082	606.937	192.944
Saldo não corrente	-	-	-	-
	397.905	191.082	606.937	192.944

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31-12-2014	31-12-2013
Pagamentos por conta	205.842	189.171
Retenções na fonte	9	-
Imposto a Recuperar- Ajustam.Transição SNC	-	207.059
Estimativa de IRC	(35.202)	(27.820)
Total	170.648	368.411

O saldo devedor de IRC, no montante de 205.842 euros, corresponde aos pagamentos especiais por conta efetuados que ainda são susceptíveis de dedução à colecta em exercícios futuros.

O saldo devedor de IVA, 192.054 euros refere-se ao saldo a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2014.

13 Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros devedores	41.329	-	41.329	18.816	-	18.816
Imparidade Outros devedores	-	-	-	-	-	-
	41.239	-	41.239	18.816	-	18.816
Pessoal	1.413	-	1.413	1.457	-	1.457
Devedores por acréscimo rendimento						
Facturação a emitir i)	426.811	-	426.811	322.933	-	322.933
Juros a receber	-	-	-	7.392	-	7.392
Outros	107.013	-	107.013	1.231.011	-	1.231.011
Outras contas a receber	576.566	-	576.566	1.581.610	-	1.581.610

i) Facturação a emitir: Este saldo refere-se:

- Energia a facturar à EDP no valor de 226.022 euros;
- Taxa de Gestão de Resíduos a facturar às Câmaras no valor de 17.214 euros;
- Energia consumida na ETARI a facturar ao empreiteiro (Socamex) no valor de 32.881 euros;
- Impacto da alteração das condições de exploração da ETAR no âmbito da execução do contrato para a "Empreitada de Concepção/Construção de um Sistema na Estação de Tratamento de Águas Lixivantes do Aterro Sanitário de Trajouce", no valor de 144.154 euros.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 Diferimentos

	31-12-2014	31-12-2013
Seguros	310.571	173.709
Outros serviços	18.410	4.096
Gastos a reconhecer	328.980	177.806

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

15 Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
Capital Social	1.402.000	7.010.000

16 Reservas

As rubricas de reservas no Capital Próprio registaram os seguintes movimentos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	Reserva Legal	Reserva Cobertura	Reserva Cobertura ID
01 de Janeiro de 2013	30.000	(10.231.176)	2.711.262
Reforço	-	2.781.824	(886.170)
Regularização por resultados	-	-	-
Utilização	-	-	-
31 de Dezembro de 2013	30.000	(7.449.352)	1.825.092
Reforço	-	1.766.822	432.871
Regularização por resultados	-	9.216.174	(2.257.963)
Utilização	-	-	-
31 de Dezembro de 2014	30.000	-	-

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

A Reserva de cobertura referente à variação do justo valor do derivado de taxa de juro na parte designada como cobertura contabilística deduzida do respectivo imposto diferido, foi transferida para resultados (ver nota 29) em 2014, em resultado do cancelamento das transacções de *Swap* efectuadas ao abrigo dos Contratos de Cobertura e a revogação desses contratos no âmbito do Memorando de Entendimento assinado a 7 de Novembro de 2014 (Ver Nota 20).

17 Outras variações de capital

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projecto de “construção de uma Unidade Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos”. A 31 de dezembro de 2014, o valor líquido do subsídio ascende a 13.208.422 euros o qual se encontra deduzido do efeito fiscal futuro no valor de 3.834.703 euros.

	Subsídios	Ajustamento efeito fiscal futuro	Total
1 de Janeiro de 2013	18.238.779	(4.833.277)	13.405.502
Adições	-	-	-
Regularização por resultados exercício	(607.959)	-	(607.959)
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	-	161.109	161.109
Alteração da taxa de imposto	-	352.616	352.616
31 de Dezembro de 2013	17.630.819	(4.319.551)	13.311.269
Adições	-	-	-
Regularização por resultados exercício	(587.694)	-	(587.694)
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	-	143.985	143.985
Alteração da taxa de imposto	-	340.862	340.862
31 de Dezembro de 2014	17.043.125	(3.834.703)	13.208.422

Em 2012, iniciou-se a amortização do subsídio como reflexo da entrada em funcionamento da CDA no final desse ano. Em 2014, o subsídio foi amortizado pelo período de 12 meses e considerando prazo da concessão até 2043 (2013: amortização até 2042).

O ajustamento aos subsídios por conta do efeito fiscal futuro evidenciado acima, encontra-se registado por contrapartida de uma rubrica do passivo, “Ajustamentos em subsídios”.

18 Provisões

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2014 e 2013, é como segue:

	Processos judiciais	Provisão ambiental	Provisão monitorização	Total
A 1 de Janeiro de 2013	87.720	3.121.065	322.294	3.531.079
Dotação	-	-	12.397	12.397
Utilização	(20.636)	(195.105)		(215.741)
Redução	(59.584)	(904.575)	(28.747)	(992.907)
A 31 de Dezembro de 2013	7.500	2.021.385	305.944	2.334.829
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	7.500	2.021.385	305.944	2.334.829
	7.500	2.021.385	305.944	2.334.829

	Processos judiciais	Provisão ambiental	Provisão monitorização	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2014	7.500	2.021.385	305.944	-	2.334.829
Dotação	-	3.000	11.692	1.500	16.192
Utilização	-	(209.251)	-	-	(209.251)
Redução	(3.000)	-	(29.173)	-	(32.173)
A 31 de Dezembro de 2014	4.500	1.815.134	288.464	1.500	2.109.598
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	4.500	1.815.134	288.464	1500	2.109.598
	4.500	1.815.134	288.464	1.500	2.109.598

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

i) Processos judiciais: referente à melhor estimativa dos dispêndios a realizar no âmbito de processos de contra-ordenação ambiental que se encontram em tramitação, ao abrigo da Lei-quadro das contra-ordenações ambientais - LQCOA (aprova-

através da Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto) em que a TRATOLIXO é ré.

ii) Provisão ambiental: esta rubrica refere-se à provisão constituída para recuperação ambiental decorrente da responsabilidade do plano de reabilitação do Ecoparque de Trajouce devido à deposição de resíduos em área não impermeabilizada, estimada

inicialmente em 3.500.000 euros, e entretanto utilizada conforme as áreas já reabilitadas.

iii) Provisão monitorização: refere-se à responsabilidade atribuída à TRATOLIXO para a monitorização do aterro de Trajouce encerrado em 2004, e das lixeiras que existem nos municípios integrados no sistema multimunicipal concessionado à TRATOLIXO;

iv) Outras provisões: Provisão de processos de contra-ordenação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT).

A variação registada nas provisões em 2013 decorre, essencialmente, de:

i) Utilização da provisão para pagamento das indemnizações determinadas pelos tribunais e reversão dos montantes que, de acordo com os advogados consultados pela TRATOLIXO, já não poderão vir a ser necessários;

ii) Utilização em 2013 pela execução de parte do plano de reabilitação e uma reversão da provisão no valor de 904.575 euros (ver nota 8), tendo por base novos estudos técnicos realizados em 2013, que concluíram ser possível efectuar a recuperação dos terrenos de uma forma mais eficiente do que pelo método anterior; e

iii) Dotação pelo efeito desconto financeiro de 12.397 euros, registado em gastos financeiros.

A variação registada nas provisões em 2014 resulta, essencialmente, de:

i) Dotação e reversão dos montan-

tes que, de acordo com os advogados consultados pela TRATOLIXO, já não deverão ser necessários;

ii) Utilização em 2014 pela execução de parte do plano de reabilitação; e

iii) Dotação pelo efeito desconto financeiro de 11.692 euros, registado em gastos financeiros.

iv) Dotação face à possível responsabilidade, que de acordo com os advogados consultados pela TRATOLIXO, poderá vir a ser necessária para pagamento ao IMT.

19 Financiamentos obtidos

31-12-2014				31-12-2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	145.021.101	145.021.101	26.519.986	94.610.000	121.129.986
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	-	145.021.101	145.021.101	26.519.986	94.610.000	121.129.986
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros a pagar - especialização	-	1.529.772	1.529.772	15.049.596	-	15.049.596
Custos incrementais	-	-	-	(194.494)	-	(194.494)
	-	146.550.873	146.550.873	41.375.088	94.610.000	135.985.088

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido junto do Sindicato Bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de “project finance”, para a construção de infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Após a renegociação de Abril de 2009, este empréstimo passou a ser remunerado à taxa Euribor 6M + 2,5% e em Novembro de 2010 o spread foi aumentado para 4%, Em Abril de 2011, por, nos termos do contrato de financiamento, se ter verificado uma situação de incumprimento devido à não observação, por parte dos Municípios, do prazo de 120 dias na liquidação das facturas, o “Project Finance” foi suspenso.

No dia 7 de Novembro de 2014, decorrente das negociações com o Sindicato Bancário foi celebrado, um Memorando de Entendimento Relativo à Reestruturação do Passivo da TRATOLIXO entre os Municípios, a AMTRES, a TRATOLIXO, e os Bancos, que integram o Sindicato Bancário, no qual as partes acordaram:

- a) Extensão do período do Empréstimo até 2041;
- b) Diminuição para 1,35% da Margem aplicável aos juros remuneratórios vencidos;
- c) Diminuição para 1.35%da Margem aplicável aos juros remuneratórios vencidos mas não pagos, com o consequente perdão da diferença de juros em relação à actual Margem de 4%;

- d) Carência de capital por um período de quatro anos, com a primeira prestação a ocorrer em 15 de Junho de 2018;
- e) O perdão dos juros moratórios vencidos;
- f) A concessão de um crédito por montante correspondente aos encargos de revogação dos Contratos de swap, a acrescer à Linha de Longo Prazo;
- g) A consolidação das actuais Linhas de Crédito (incluindo os respectivos juros e encargos capitalizados), numa única Linha de Longo Prazo;
- h) Concessão de uma linha de crédito (Linha de Juros) para pagamento por um período de 4 anos dos encargos financeiros devidos ao abrigo das linhas de crédito anteriormente referidas.

Nos termos referidos tornou-se possível converter toda a dívida à Banca como dívida de médio e longo prazo, apresentando os financiamentos não correntes a seguinte maturidade:

	31-12-2014	31-12-2013
Até 1 ano	-	6.390.000
Entre 1 e 5 anos	13.200.000	51.950.000
Mais de 5 anos	133.350.873	36.270.000
	146.550.873	94.610.000

No que diz respeito aos juros a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos a 31 de Dezembro de 2014 o total de 1.529.772 euros.

De referir que o forte decréscimo dos juros especializados face ao período homólogo de 2013 se deve à redução do spread de 3% para 1,35% e por se ter capitalizado na nova linha de juros de longo prazo, os juros vencidos e não pagos até 16 de Junho de 2014.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado das obrigações emergentes do Contrato de Financiamento a TRATOLIXO, e a AMTRES, concordaram em constituir a favor dos bancos, que fazem parte do Sindicato

Bancário, penhor de primeiro grau sobre todos e cada um dos bens móveis da TRATOLIXO, dos direitos da AMTRES e da TRATOLIXO e, em geral, de todos os bens ou direitos que em cada momento sejam objecto dos Penhores ou das Hipotecas de Automóveis.

Como bens móveis, entendem-se os bens móveis (incluindo, sem limitação, todos e quaisquer valores mobiliários) e os equipamentos susceptíveis de serem dados em penhor ou em hipoteca, que a cada momento sejam propriedade da TRATOLIXO.

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do

justo valor.

Loções financeiras

A Empresa não teve contratos de locação financeira durante o exercício de 2014.

20 Outros passivos financeiros

Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe o detalhe da rubrica de Outros passivos financeiros é como segue:

	31-12-2014		31-12-2013	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Derivado de cobertura	-	-	-	7.449.352
Derivado de negociação	-	-	-	4.557.985
	-	-	-	12.007.338

O justo valor das operações de *swap* corresponde ao valor “*mark-to-market*” determinado com base nas condições acordadas e a curva de taxas de juro de mercado, à data do cancelamento do instrumento derivado.

Devido à discrepância entre o valor nominal dos *swaps* e o valor do instrumento coberto, o financiamento, à data da transição para o SNC a TRATOLIXO apenas designou como derivado de cobertura de fluxos de caixa cerca de 62% do valor dos *swaps*.

Até 7 de Novembro de 2014, a TRATOLIXO tinha negociado instrumentos financeiros derivados relativos a “*swaps*” de taxa de juro. A contratação destes *swaps* estava associada ao financiamento obtido

junto do sindicato de bancos, composto por BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI.

Em, 7 de Novembro de 2014, no âmbito da negociação com os Bancos relativa à reestruturação do passivo financeiro a TRATOLIXO cancelou as transacções de Swap efectuadas ao abrigo dos Contratos de *Hedging* e revogou esses contratos.

Ficou estabelecida a concessão de um crédito por montante correspondente aos encargos de cancelamento dos Contratos de Hedging, a acrescer à Linha de Longo Prazo (ver nota 19).

A variação negativa do “MTM” do Swap entre 31 de Dezembro de 2013 (12.007.338 euros) e 7 de Novembro de 2014, (14.855.213

euros), data do cancelamento, no valor de 1.081.053 euros foi reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de “Juros e gastos similares” (ver nota 29). Em 2013, a variação registada ascendeu a 1.702.096 euros.

21 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores - Grupo	-	337
Fornecedores - Terceiros	8.577.392	12.325.253
Total saldo fornecedores - correntes	8.577.392	12.325.590
Total saldo fornecedores - não correntes	756.117	2.271.368
Total	9.333.509	14.596.958

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Resitejo	2.807.208	2.944.881
Valorsul, S.A.	2.022.263	3.054.615
Amarsul, SA	1.778.901	3.056.325
CITRI-C.Int.Trat.Res.Ind.,S.A	526.370	1.057.737
Manuel António Sobral da Costa	473.933	962.805
Ribtejo, S.A.	303.869	405.919
Carmona, S.A.	257.420	506.269
Mira Papel LDA	177.478	204.862
EDP comercial, S.A.	151.540	51.495
Repsol Portuguesa, S.A.	97.468	85.060
Lena Ambiente e Energia	52.548	291.692
Valnor, S.A.	50.256	385.409
Natureza Verde	-	494.493
Outros (saldos < 290.000 euros)	634.255	1.095.396
	9.333.509	14.596.958

Apesar da forte redução registada face ao exercício anterior, o montante ainda elevado registado no saldo a pagar a fornecedores decorreu da escassez de liquidez, fruto da dificuldade na obtenção de crédito.

Decorrente dos acordos estabelecidos com os principais fornecedores, resultaram planos de pagamento a 3 e a 5 anos. Assim, o balanço evidencia o montante de 756.117 euros (2013: 2.271.368 euros), como saldo não corrente

e como saldo corrente o montante de 8.577.392 euros (2013: 12.325.590 euros).

Os saldos de fornecedores referem-se maioritariamente a entidades onde a TRATOLIXO depõe resíduos, transportadores e prestadores de serviços de triagem.

22 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

		31-12-2014			31-12-2013		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos							
Fornecedores gerais	i)	3.706.893	2.410.337	6.117.230	6.013.520	5.771.017	11.784.537
Outros credores							
Credores diversos	ii)	1.944.099		1.944.099	1.648.279		1.648.279
Acréscimos de custos							
Férias e sub. férias		687.509	-	687.509	668.662	-	668.662
Outros	iii)	1.044.542	-	1.044.542	7.672.459	-	7.672.459
Outras contas a pagar		7.383.043	2.410.337	9.793.379	16.002.919	5.771.017	21.773.936

i) Fornecedor de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos resultantes da aquisição de equipamentos e materiais incorporados nos serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão. Na sequência dos acordos firmados com a Mota Engil e Tomás de Oliveira, resultaram planos de pagamento a 5 e a 3 anos respectivamente. Consequentemente, o balanço apresenta um saldo credor de 2.410.337 euros (2013: 5.771.017 euros) na rubrica de Fornecedores de investimento como não corrente.

Relacionado com o projecto de construção da ETAL no Ecocentro

da Abrunheira, existe um adiantamento efectuado ao fornecedor, classificado no balanço em “Adiantamentos a fornecedores” cuja regularização depende da recepção das facturas relativas aos trabalhos que estão a ser executados. O saldo de adiantamentos em 31 de Dezembro de 2014 ascende a 8.972 euros (em 2013: 762.359 euros).

ii) Credores diversos - este saldo refere-se maioritariamente ao valor a reembolsar ao IFDR referente a participações comunitárias recebidas em excesso no âmbito do fundo de coesão, no valor de 1.488.850 euros.

iii) Acréscimos de custos outros: Este saldo refere-se, essencialmente, a 373.316 euros de comissão a pagar ao Banco Agente do Sindicato Bancário, 206.424 euros de serviços de deposição e tratamento de embalagens, prestados em Dezembro mas cujas facturas têm data do exercício seguinte, 163.185 euros de juros de mora a pagar ao IFDR e 102.332 euros de juros de mora a pagar a fornecedores.

23 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2014 e 2013 na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

		2014	2013
Vendas de Produtos			
Composto		13.043	3.448
Recicláveis	i)	5.257.114	5.503.670
Electricidade	ii)	2.424.424	1.369.929
Sub-total		7.694.581	6.877.047
Prestação de Serviços			
Tratamento de resíduos	iii)	22.793.558	23.607.360
Serviços de construção	iv)	2.549.642	2.036.440
Sub-total		25.343.199	25.643.800
Vendas e prestações de serviços		33.037.780	32.520.847

As variações registadas no rédito em 2014, relativamente ao ano anterior, ficaram a dever-se, sobretudo:

i) Uma redução nas vendas de papel e cartão, relacionada com a redução das quantidades entradas; diminuição do preço de venda da fracção não embalagem e degradação da qualidade do fluxo à entrada; e uma quebra nas entradas de sucata e de vidro.

ii) O aumento dos proveitos oriundos da venda de energia produzida na CDA em 2014, face a 2013, fica a dever-se ao aumento na produção de energia, reflectindo o aumento de carga nos três

digestores que estão agora em pleno funcionamento. Em 2013, encontravam-se em funcionamento apenas dois biodigestores.

iii) decréscimo registado no rédito do tratamento de resíduos deve-se essencialmente à quebra nas toneladas tarifadas recepcionadas, uma vez que a tarifa praticada em 2014 não sofreu variação face ao ano anterior (58,58€/ton).

vi) Serviços de construção: os serviços de construção registados referem-se maioritariamente às obras de construção do ETARI da Abrunheira, as quais se encontram registadas como activo intangível

– Direito de concessão em curso.

O acréscimo face a 2013 deve-se ao facto do volume de investimentos ter sido muito superior.

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multi-municipal, no âmbito do contrato-programa:

Descrição	Rédito 2014	Rédito 2013
Aterro Abrunheira	34.673	(23.311)
ETARI Abrunheira	2.196.356	2.037.808
Outros (< 200.000 €)	318.613	21.944
	2.549.642	2.036.440

24 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

Matérias primas, subs. e de consumo		
	2014	2013
Inventários iniciais	55.667	93.387
Compras	1.069.515	991.170
Regularização de existências	-	-
Inventários finais	66.680	55.667
Custos no exercício	1.058.502	1.028.891

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

- i) Aos gastos com gásóleo adquirido para consumo de máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- ii) Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.

25 Fornecimentos e serviços externos

		2014	2013
Subcontratos	i)	10.443.938	9.700.978
Transporte e deposição RSU		5.892.637	5.756.852
Serviços de construção		2.549.642	2.036.440
Outros		2.001.659	1.907.686
Trabalhos especializados	ii)	4.248.879	5.383.928
Conservação e reparação		1.353.499	992.113
Electricidade		765.250	637.082
Vigilância e Segurança		360.403	354.362
Rendas		342.229	512.023
Seguros		206.796	212.318
Água		143.168	139.753
Honorários		67.100	135.544
Outros (< 100.000 euros)		523.041	515.357
Fornecimentos e serviços externos		18.454.303	18.483.022

- i) **Subcontratos:** Deste saldo a) 2.550 mil euros refere-se às empreitadas contratadas com empresas construtoras no âmbito dos contratos de construção (2013: 2.036 mil euros), b) 5.893 mil euros referem-se ao transporte e deposição de resíduos (2013: 5.757 mil euros) e c) 1.622 mil euros referentes ao tratamento (triagem) de embalagens (2013: 1.643 mil euros).

ii) **Trabalhos especializados:** A redução desta rubrica resulta:

a) da entrada de menos toneladas de resíduos de jardins e parques e resíduos de limpeza o que implicou menos custos de tratamento e encaminhamento deste tipo de resíduos,

b) da requalificação da linha de triagem do papel cartão, em Trajouce o que implicou que o tratamento passasse a ser feito por meios internos da TRATOLIXO deixando de se recorrer a entidades externas, c) do contrato de “Empreitada de Concepção/Cons-

trução de um Sistema na Estação de Tratamento de Águas Lixivantes do Aterro Sanitário de Trajouce que alterou as condições de exploração da ETAR, originando uma redução do valor a pagar pela respectiva exploração.

26 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2014 e 2013, foram como segue:

	2014	2013
Remunerações		
Orgãos sociais	100.156	209.613
Pessoal	4.298.069	4.830.835
Sub-total	4.398.225	5.040.447
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	947.493	1.091.574
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	51.344	47.108
Gastos de acção social	15.489	53.861
Fardamentos e EPI's	195.191	218.568
Outros	194.527	225.359
Sub-total	1.404.045	1.636.471
Gastos com pessoal	5.802.270	6.676.918

O número médio de empregados em 2014 foi de 250 (em 2013: 263).

27 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

Outros rendimentos	2014	2013
Transferência de equilíbrio i)	-	4.572.881
Juros de mora debitados a clientes	128.232	178.199
Ganho em inventários	27.715	5.074
Imputação do subsídio (ver nota 17)	587.694	607.959
Ganhos na venda activos tangíveis e intangíveis	597	7
Rendimentos suplementares	12.065	11.786
Outros	2.304	235.253
	758.607	5.611.161

i) Esta rubrica refere-se ao reconhecimento da transferência de equilíbrio calculada nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto. Devido aos efeitos da assinatura do Memorando de Entendimento da reestruturação do financiamento, e do respectivo registo contabilístico no exercício, em 2014 não foi necessário proceder ao reequilíbrio dos resultados da Empresa.

28 Outros gastos e perdas

Detalhe de outros gastos		
	2014	2013
Quotizações	12.346	22.596
Impostos	50.710	28.562
Donativos	48.368	50.697
Outros i)	4.604.572	82.473
	4.715.996	184.329

i) A rubrica de Outros a 31 de Dezembro de 2014 inclui essencialmente, a correcção relativa aos encargos financeiros anteriormente capitalizados no activo intangível em curso (ver nota 8), no montante de 4.354.299 euros, que no âmbito da negociação com a Banca foram perdoados.

29 Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

		2014	2013
Juros e gastos similares			
Juros suportados	i)	5.988.768	11.291.939
Justo valor <i>Swap</i>		1.081.053	-
Outros gastos e perdas de financiamento		9.548.505	163.725
		16.618.326	11.455.664
Juros e rendimentos similares			
Juros obtidos		260	339
Justo valor <i>Swap</i>		-	1.702.096
Outros rendimentos similares	ii)	16.209.839	1.285.318
		16.210.100	2.987.753

i) Os juros suportados referem-se essencialmente a a) aos gastos incorridos com os juros do financiamento renegotiado nos termos do Memorando de Entendimento (ver nota 19), devendo-se a redução registada em 2014 à diminuição para 1,35% da Margem (2013: 3%) aplicada aos juros remuneratórios vincendos bem como aos vencidos e não pagos, com o perdão da diferença, b) à diferença das taxas permutadas até ao cancelamento do *swap* e c) aos juros de mora pela dilatação dos prazos de pagamento aos fornecedores.

ii) A rubrica outros gastos refere-se essencialmente à anulação da reserva de cobertura, registada no capital próprio, devido ao cancelamento dos contratos de *swap*, no valor total de 9.216.174 euros.

iii) A rubrica outros rendimentos refere-se na sua totalidade ao perdão de juros remuneratórios, no valor de 9.129.167 euros e perdão juros do *swap*, no montante de 7.080.672, na sequência das negociações alcançadas com o Sindicato Bancário.

30 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	2014	2013
Imposto s/rendimento corrente	(228.858)	(237.511)
Imposto s/rendimento diferido	(10.037)	64.599
Imposto sobre o rendimento	(238.895)	(172.912)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2014	2013
Resultado antes de Imposto	249.991	206.292
Taxa de Imposto	24,5%	26,5%
	61.248	54.667
Gastos não dedutíveis	18.146	9.591
Rendimentos não tributáveis	(9.877)	-
Dif. temporárias dedutíveis s/ imposto diferido	126.190	72.090
Alteração de taxa imposto	5.762	6.111
Tributação autónoma	37.426	30.451
	238.895	172.912
Imposto s/ rendimento corrente	228.858	237.511
Imposto s/ rendimento diferido	10.037	(64.599)
Imposto s/ rendimento	238.895	172.912
Taxa efectiva de imposto	95,6%	83,8%

As taxas efectivas de imposto apresentadas acima encontram-se influenciadas pelo regime de transição fiscal previsto no Decreto-Lei nº 159/2009 de 13 de Julho (ver nota 12).

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	2014	2013
Taxa de imposto	23,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	24,50%	26,50%

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foi de 22,5%, conforme Lei n.º 82-B/2014 de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado de 2015.

31 Compromissos

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são como segue:

Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2013:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	39.168	11.248	-
Equipamento informático	72.885	78.626	-
Equipamento industrial	14.281	-	-
	126.334	89.875	-

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2014:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	15.182	33.509	-
Equipamento informático	45.679	31.935	-
Equipamento industrial	114.192	153.797	-
	175.053	219.241	-

32 Contingências

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objecto	Início	2014	2013
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste, S.A	Garantir o pagamento da recepção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25-08-2003	412.500	412.500
Repsol Portuguesa, S.A.	Instalação de equipamento informático de gestão de frota	09-01-2003	6.700	6.700
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota	02-06-2009	2.000	2.000
			421.200	421.200

Activos e Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2014, a TRATOLIXO não tinha processos judiciais em curso que qualifiquem para divulgação como passivos contingentes.



33 Informações sobre matérias ambientais

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente. No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactos ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final.

Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel interventivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

Pese embora o referido, a TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, quer remetendo o seu entendimento

face à respectiva aplicação, quer contribuindo para a identificação de eventuais lacunas nos termos da lei, sendo exemplo disso, em 2014, as pronúncias no âmbito da consulta pública do PERSU 2020 com vista à formulação de cenários de financiamento que potenciem o investimento privado e utilizem complementarmente os fundos comunitários com o objectivo de compensar disparidades regionais e assegurar tarifas económica e socialmente viáveis.

A Portaria n.º 187-A/2014, que aprovou o PERSU 2020, criou o Grupo de Apoio à Gestão (GAG) do PERSU 2020 para acompanhamento e monitorização da implementação deste Plano, sendo as suas atribuições, constituição e funcionamento estabelecidos no Despacho n.º 12571/2014 do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente publicado a 9 de Outubro de 2014. Das tarefas atribuídas ao GAG, encontra-se o estabelecimento das metas intercalares diferenciadas ao nível dos sistemas de gestão de resíduos urbanos, tendo a TRATOLIXO, em conjunto com os

Municípios que constituem a sua área de intervenção, contribuído para a definição das metas intercalares para o Sistema.

Desta forma, a Empresa não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactos da sua actividade, como é o caso da valorização energética do biogás do aterro de Trajouce e o estudo da recuperação de um material reciclável, o vidro, a partir de uma fracção que é hoje considerada refugo.

Para além disso, a TRATOLIXO complementarmente à caracterização da situação de referência ambiental na envolvente do Eco-parque da Abrunheira, efectuada em momento prévio à entrada em funcionamento das infra-estruturas existentes, já iniciou o processo de monitorização e acompanhamento ambiental da actividade aí desenvolvida conforme assegurado para as restantes infra-estruturas existentes no sistema AMTRES, nomeadamente o acompanhamento

da fase de pós-encerramento do aterro sanitário de Trajouce e das quatro lixeiras existentes nos seus municípios.

De modo a garantir a execução financeira destas responsabilidades, a empresa dispõe de uma provisão estimada com base nos custos a suportar durante o período da responsabilidade, conforme definido no Decreto-Lei n.º 183/2009 de 10 de agosto, relativo aos aterros.

A TRATOLIXO encontra-se a desenvolver um Plano de Recuperação Ambiental do Ecoparque de Trajouce, (PRAET), através de um conjunto de acções de reabilitação das quais se destaca o saneamento de um Depósito de Resíduos (resíduos de natureza diversa colocados em local não impermeabilizado) de volume estimado em 200 000 m3, aproximadamente.

Os trabalhos do PRAET estão assentes num modelo técnico alicerçado no princípio da maximização da reutilização “in situ” dos materiais existentes no Depósito de Resíduos que assenta na sua triagem integral.

Este modelo foi aprovado pelas entidades oficiais que acompanham o processo (APA, CCDR-LVT e GEOTA).

Neste processo é realizada uma triagem dos resíduos e são obtidas três fracções distintas, criteriosamente analisadas do ponto de vista físico e químico, sendo posteriormente encaminhados para destino final ou reutilizados localmente, conforme os resultados das referidas análises realizadas por laboratórios, privilegiando-se sempre que possível a última solução no âmbito do interesse ambiental e da hierarquia dos resíduos.

Decorrente da responsabilidade do PRAET, a TRATOLIXO tem constituído uma provisão que actualmente ascende a 1.812 milhares de euros.

34 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2014, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

34.1. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 100.156 euros (2013: 209.613 euros)

	2014	2013
Remunerações e outros benefícios curto-prazo (nota 26)	100.156	209.613
	100.156	209.613

34.2. Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Relacionadas com o Accionista:

Concelho de Cascais

Concelho de Mafra

Concelho de Oeiras

Concelho de Sintra

(b) transacções e saldos pendentes

i) Accionistas e as suas partes relacionadas:

Transacções

	2014	2013
Serviços prestados		
AMTRES	(680.889)	991.178
Câmara Municipal de Cascais	7.639.614	8.542.881
Câmara Municipal de Mafra	1.350.346	1.278.145
Câmara Municipal de Oeiras	4.427.386	4.339.594
Câmara Municipal de Sintra	9.829.789	10.018.957
	22.566.245	25.170.755

	2014	2013
Reequilíbrio financeiro (Nota 27)		
AMTRES	-	4.572.881
	-	4.572.881

	2014	2013
Compras de serviços		
Câmara Municipal de Mafra	(337)	836
	(337)	836

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2014, os saldos resultantes de transações efectuadas com partes relacionadas são como segue:

Saldos devedores

	31-12-2014	31-12-2013
AMTRES	1.807	723.745
Câmara Municipal de Cascais	837.342	6.366.593
Câmara Municipal de Mafra	538.886	593.169
Câmara Municipal de Oeiras	405.632	360.430
Câmara Municipal de Sintra	599.556	1.589.813
Clientes (Nota 11)	2.383.223	9.633.750
AMTRES	107.013	1.220.960
Acréscimos Rendimentos (Nota 13)	107.013	1.220.960

Saldos credores

Câmara Municipal de Mafra	-	337
Fornecedores (Nota 21)	-	337

Fluxos de Caixa

No final do exercício de 2014, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

Recebimentos	31-12-2014	31-12-2013
AMTRES	1.114.101	3.351.921
Câmara Municipal de Cascais	13.619.719	7.566.134
Câmara Municipal de Mafra	1.485.015	1.192.656
Câmara Municipal de Oeiras	4.647.681	4.553.059
Câmara Municipal de Sintra	11.409.469	9.751.453
	32.275.985	26.415.223
Pagamentos	31-12-2014	31-12-2013
AMTRES	-	-
Câmara Municipal de Cascais	-	-
Câmara Municipal de Mafra	-	2.244
Câmara Municipal de Oeiras	-	-
Câmara Municipal de Sintra	-	-
	-	2.244



35 Disposições legais

• Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro

Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de Maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca;

• Portaria n.º 40/2014, de 17 de Fevereiro

Estabelece as normas para a correcta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respectivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a protecção do ambiente e da saúde humana;

• Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de Março

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de

31 de Outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projectos públicos e privados susceptíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Directiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, relativa à avaliação dos

efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente;

• Declaração de Rectificação n.º 20/2014, de 27 de Março

Declaração de Rectificação à Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro, que «Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde

de no trabalho, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de Maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 19, de 28 de Janeiro de 2014;

• Deliberação n.º 928/2014, de 15 de Abril (2.ª série)

Aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos;

• Regulamento CE nº 517/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014

Relativo aos gases fluorados com efeito de estufa e que revoga o Regulamento (CE) n.º 842/2006;

• Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de Maio

Aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos

Principais diplomas legais no âmbito da actividade, natureza da TRATOLIXO, publicados em 2014 ou que entraram em vigor a partir deste ano

eléctricos e electrónicos, transpondo a Directiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012;

• **Lei n.º 27/2014, de 8 de Maio**

Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e alterado pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de Setembro, 53/2011, de 14 de Outubro, 23/2012, de 25 de Junho, 47/2012, de 29 de Agosto, e 69/2013, de 30 de Agosto.

• **Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de Maio**

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro de 2009, que estabelece regras relativas à produção, importação, exportação, colocação no mercado, utilização, recuperação, reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a camada de ozono, bem como à comunicação de informações sobre estas substâncias e à importação, exportação,

colocação no mercado e utilização de produtos e equipamentos que as contenham ou que delas dependam;

• **Lei n.º 55/2014, de 25 de Agosto**

Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro;

• **Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de Setembro**

Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), para Portugal Continental;

• **Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro**

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de Julho, estabelece, com carácter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de actividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

• **Lei n.º 82-A/2014, de 31 Dezembro**

Diário da República n.º 252/2014, 1º Suplemento - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015;

• **Lei n.º 82-B/2014, de 31 Dezembro**

Diário da República n.º 252/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-31 - Orçamento do Estado para 2015.

• **Lei n.º 82-C/2014, de 31 Dezembro**

Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 2014-12-31 - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, transpondo a Directiva n.º 2014/86/UE, do Conselho, de 8 de Julho, que altera a Directiva n.º 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados membros diferentes e adequando o regime especial de tributação de grupos de sociedades à jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia;

• **Lei nº 82-D/2014, de 31 Dezembro**

Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.



36 Eventos subsequentes

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras (ver Nota 1), quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2015, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da TRATOLIXO e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objecto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 5 de Março de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS




Ana Filipa Lanternas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Ana Isabel Neves Duarte



António Ricardo Henriques da Costa Barros





The background image shows an industrial site with three large, cylindrical storage tanks. The tanks are painted with alternating horizontal stripes of bright green and black. They are situated on a flat, light-colored ground. To the right of the tanks, there are two tall, slender metal chimneys or smokestacks. The sky is a clear, deep blue. In the foreground, there is a body of water that perfectly reflects the tanks and the sky. A semi-transparent white horizontal band is positioned across the middle of the image, containing the title text.

9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

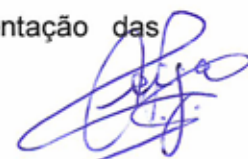
1. Examinamos as demonstrações financeiras da **TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, que evidencia um total de 187.372.104 Euros e um total de Capital Próprio de 15.529.621 Euros, incluindo um Resultado Líquido positivo de 11.096 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações nos seus Capitais Próprios e os seus Fluxos de Caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação referida no parágrafo 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Segundo a informação do Conselho de Administração, as contas do exercício de 2014 foram encerradas, respeitando as disposições do novo acordo estabelecido com o sindicato bancário, de aplicação imediata à data da sua assinatura, em 7 de novembro de 2014.
As respostas dos bancos, embora homogéneas com os valores revelados pela Tratolixo, ainda não apresentam o reflexo do acordo efectuado com o Sindicato Bancário.

OPINIÃO

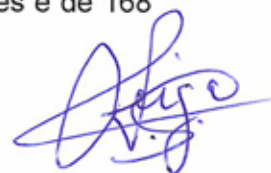
8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários se não existisse a limitação mencionada no parágrafo 7 acima, na presente Certificação Legal de Contas, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M.**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 8 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - 10.1 – No final do exercício, o prazo médio de recebimento dos Municípios é de 35 dias (de 136 dias, no exercício anterior) e o prazo médio de pagamento aos Fornecedores é de 168 dias (de 258 dias, no exercício anterior).

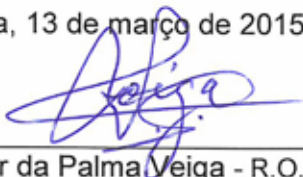


CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

10.2 – A Tratolixo apresenta o valor de 47.595.000 Euros, como parte da rubrica de Activos Intangíveis, referente aos denominados “Custos de não Instalação”, sendo a sua recuperabilidade dependente do valor da tarifa praticada.

10.3 – A empresa reconhece em “Activos por Impostos Diferidos” o valor de 64.904 Euros, na expectativa da existência de lucros tributáveis nos próximos exercícios, que virão a assegurar a recuperação deste valor.

Lisboa, 13 de março de 2015



Helder da Palma Veiga - R.O.C. Nº 480
Em representação de
KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.



10. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Exmos. Accionistas e Conselho de Administração da
TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M.

Em cumprimento do disposto no artº 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e nos Estatutos da TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., vem o Fiscal Único submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório da sua acção fiscalizadora, bem como o Parecer sobre o Relatório da Gestão e as Contas apresentados pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

No decurso do exercício e no âmbito das funções cometidas:

- a) Acompanhámos regularmente a actividade da Sociedade, tendo realizado diversas reuniões com o Conselho de Administração, que nos prestou todos os esclarecimentos tidos como necessários, para boa compreensão da actividade empresarial;
- b) Procedemos à análise da documentação contabilística produzida ao longo do ano, efectuando os procedimentos e verificações julgadas convenientes;
- c) Comprovamos a adequação dos critérios valorimétricos adoptados;
- d) Apreciámos as sínteses contabilísticas finais que se traduziram no Balanço, na Demonstração dos resultados por naturezas, na Demonstração dos fluxos de caixa e nos Anexos a estes mesmos documentos;
- e) Após o encerramento das contas apreciamos o Relatório da Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que traduz a actividade, a evolução dos negócios e a situação presente da Sociedade e perspectiva a sua evolução futura;
- f) Verificamos a observância da Lei e do contrato da Sociedade;
- g) Emitimos a Certificação Legal das Contas com reservas e com ênfases, e elaborámos o relatório anual nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 52º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro, e por força do estatuído no nº 2 do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

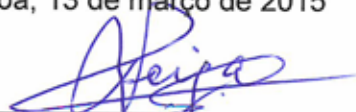


PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Em resultado da informação recebida, das verificações efectuadas e tendo em consideração os documentos elaborados somos de PARECER que:

- 1) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração, tendo em consideração a Certificação Legal das Contas;
- 2) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão, tendo em consideração o sentido de voto que for considerado em face do parágrafo anterior;
- 3) Procedais à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela se tirem as conclusões referidas no artº 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 13 de março de 2015



Helder da Palma Veiga - R.O.C. Nº 480
Em representação de
KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

The background image shows an industrial facility under a clear blue sky. In the foreground, there are three large, cylindrical storage tanks with alternating green and black horizontal stripes. To the right of the tanks, there are two tall, thin metal chimneys. The entire scene is reflected in a calm body of water in the foreground. A semi-transparent white banner is overlaid across the middle of the image, containing the text '11. RELATÓRIO DE AUDITORIA' in bold black letters.

11. RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório de Auditoria

Exmo. Conselho de Administração

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Tratolixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 187.372.105 euros e um total de capital próprio de 15.529.621 euros, incluindo um resultado líquido de 11.096 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

Reservas

7 A 31 de dezembro de 2014, o financiamento obtido junto do sindicato bancário em regime de “project finance” (suspensão desde 2011), encontrava-se em fase de renegociação, tendo sido assinado um “Memorando de Entendimento Relativo à Reestruturação do Passivo da Tratolixo” em 7 de novembro de 2014, com a aprovação de uma “Ficha técnica indicativa” dos princípios a seguir na reestruturação do financiamento contratado. A efetivação deste Memorando está pendente do cumprimento de diversas cláusulas, sendo uma delas a revisão ao Contrato programa em vigor e a sua adequação à legislação em vigor, o qual tem de merecer a aprovação dos Municípios, dos Bancos, da ERSAR e do Tribunal de Contas, o que ainda não ocorreu. Assim, apesar do Memorando de entendimento ainda não se ter tornado efetivo, a Empresa reconheceu contabilisticamente diversos impactos do mesmo (anulação da alteração de spread e perdão de juros) nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2014. Atendendo ao acima descrito, consideramos que a rubrica de ‘Financiamentos obtidos’ encontra-se subavaliada em cerca de 19.900 milhares de euros por contrapartida da rubrica de ‘Juros e rendimentos similares’ em cerca de 16.210 milhares de euros e dos ‘Resultados transitados’ em cerca de 3.690 milhares de euros e as rubricas de ‘Ativos intangíveis – em curso’ e ‘Outros gastos operacionais’ encontram-se subavaliadas e sobreavaliadas respetivamente em cerca de 4.354 milhares de euros.

8 A Empresa tem vindo a capitalizar como parte do ativo intangível relacionado com a concessão, os custos diretos de investimentos, os custos de não instalação e os correspondentes encargos financeiros incorridos durante o período de execução dos investimentos (este últimos apenas até 31 de dezembro de 2012), os quais vinham sendo amortizados tendo por base o período de vigência do Contrato Programa celebrado entre a Empresa, a AMTRES e os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, ou seja, até 31 de dezembro de 2028. Por decisão da Assembleia Intermunicipal de 27 de novembro de 2013, a Empresa passou a refletir nas suas demonstrações financeiras de 2013, o alargamento do período de concessão até ao ano 2042. Em 2014, esse prazo foi novamente alterado para o ano 2043 na sequência da assinatura do Memorando referido no parágrafo 7 *supra*, que prevê a prorrogação do Contrato Programa até 2043. Atendendo ao facto de que a extensão do prazo do contrato Programa ainda não se tornou efetiva, a rubrica dos ‘Ativos intangíveis’ encontra-se sobrevalorizada em cerca de 8.560 milhares de euros por contrapartida dos ‘Resultados transitados’ em cerca de 4.265 milhares de euros e das ‘Depreciações e amortizações do exercício’ em cerca de 4.295 milhares de euros. Adicionalmente, a rubrica de ‘Outras variações do capital próprio’ encontra-se sobreavaliada em 812 milhares de euros por contrapartida da sobreavaliação da rubrica de Ajustamentos em subsídios em cerca de 249 milhares de euros, e da subavaliação da rubrica de ‘Outros rendimentos operacionais’ e ‘Resultados transitados’ em cerca de 540 milhares de euros e 521 milhares de euros, respetivamente.

Opinião

9 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das situações referidas nos parágrafos 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Tratolixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

10 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

11 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 9 *supra*, chamamos a atenção para o facto de a Empresa ter preparado as suas demonstrações financeiras com base no princípio da continuidade, considerando as estimativas de tesouraria aprovadas pela Gestão para o exercício de 2015, à luz da renegociação do financiamento em curso com o sindicato bancário. Contudo, tal como referido no parágrafo 7 *supra* não sendo possível antecipar o desfecho do processo de negociação em curso e a sua tempestividade, consideramos que a continuidade das operações da Empresa continua dependente dos mecanismos de reequilíbrio a prestar pelos acionistas, conforme previsto na lei.

24 de abril de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.



12. SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI

12. Sumário do Conteúdo da GRI Para a Opção “De Acordo” - CORE



CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS		
CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS	PÁGINA	VERIFICAÇÃO EXTERNA
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
G4-1	4 a 7	Não
G4-2	40 a 43	Não
PERFIL ORGANIZACIONAL		
G4-3	12	Não
G4-4	15	Não
G4-5	10, 13	Não
G4-6	12	Não
G4-7	12	Não
G4-8	12, 13	Não
G4-9	14	Não
G4-10	101	Não
G4-11	106	Não
G4-12	19, 20	Não
G4-13	10	Não
G4-14	42	Não
G4-15	112, 113	Não
G4-16	97	Não
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES		
G4-17	A Tratolixo não consolida	Não
G4-18	9, 10	Não
G4-19	36, 37	Não
G4-20	37, 38	Não
G4-21	37, 38	Não
G4-22	10	Não
G4-23	10	Não

ENVOLVIMENTO DE STAKEHOLDERS		
G4-24	33	Não
G4-25	33	Não
G4-26	35	Não
G4-27	39	Não
PERFIL DO RELATÓRIO		
G4-28	9	Não
G4-29	9	Não
G4-30	9	Não
G4-31	10	Não
G4-32	9	Não
G4-33	9	Não
GOVERNAÇÃO		
G4-34	29	Não
ÉTICA E INTEGRIDADE		
G4-56	33, 34, e 35	Não

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS					
INFORMAÇÕES SOBRE A FORMA DE GESTÃO E INDICADORES	PÁGINA	OMISSÕES IDENTIFICADAS	RAZÃO PARA A OMISSÃO	EXPLICAÇÃO PARA A OMISSÃO	VERIFICAÇÃO EXTERNA
CATEGORIA : ECONÓMICA					
Aspecto Material: Desempenho Económico					
G4-DMA	30, 40, 41, 117				Não
G4-EC1	125				Não
G4-EC2	126				Não
G4-EC4	126				Não
CATEGORIA : AMBIENTAL					
Aspecto Material: Materiais					
G4-DMA	30, 70				Não
G4-EN1	70				Não
G4-EN2	71				Não
Aspecto Material: Energia					
G4-DMA	30, 70, 72, 95				Não
G4-EN3	72 a 75				Não
G4-EN4	76				Não
G4-EN5	76				Não
G4-EN6	76				Não
G4-EN7	76				Não
Aspecto Material: Água					
G4-DMA	30, 70, 77, 95				Não
G4-EN8	77 e 78				Não
G4-EN10	78				Não
Aspecto Material: Efluentes e Resíduos					
G4-DMA	30, 70, 78, 95, 96				Não
G4-EN23	79, 81				Não
G4-EN24	83				Não
G4-EN26	83				Não
Aspecto Material: Produtos e Serviços					
G4-DMA	30, 40, 95, 96				Não
G4-EN27	84				Não
G4-EN28	16				Não
Aspecto Material: Conformidade					
G4-DMA	30, 94, 95				Não

	G4-EN29	94	Não
Aspecto Material: Mecanismo de Queixas e Reclamações Relativas a Impactes Ambientais			
	G4-DMA	30, 35	Não
	G4-EN30	84	Não
CATEGORIA SOCIAL			
SUB-CATEGORIA: PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO CONDIGNO			
Aspecto Material: Emprego			
	G4-DMA	30,100	Não
	G4-LA1	101, 102	Não
	G4-LA2	103	Não
	G4-LA3	105	Não
Aspecto Material: Segurança e Saúde no Trabalho			
	G4-DMA	30, 108	Não
	G4-LA5	110, 111	Não
	G4-LA6	108, 110	Não
	G4-LA8	111	Não
Aspecto Material: Formação e Educação			
	G4-DMA	30, 100, 105	Não
	G4-LA9	105	Não
SUB-CATEGORIA: SOCIEDADE			
Aspecto Material: Comunidades Locais			
	G4-DMA	30, 41, 91, 112, 113	Não
	G4-SO1	92, 93	Não
Aspecto Material: Combate à Corrupção			
	G4-DMA	30, 42	Não
	G4-SO3	42	Não
	G4-SO4	42	Não
	G4-SO5	43	Não
Aspecto Material: Conformidade			
	G4-DMA	30, 94	Não
	G4-SO8	94	Não
Aspecto Material: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Impactes na Sociedade			
	G4-DMA	30, 35, 93	Não
	G4-SO11	93	Não

SUB-CATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

**Aspecto Material: Rotulagem de
Produtos e Serviços**

G4-DMA	30	Não
G4-PR3	17	Não
G4-PR4	114	Não
G4-PR5	92	Não

Aspecto Material: Conformidade

G4-DMA	30, 94, 95	Não
G4-PR9	94	Não

The image shows an industrial facility, likely a refinery or chemical plant, under a clear blue sky. In the foreground, there are three large, cylindrical storage tanks with alternating green and white horizontal stripes. To the right of the tanks, there are two tall, slender chimneys. The entire scene is reflected in a body of water in the foreground. A semi-transparent white banner is overlaid at the bottom of the image, containing the text '13. INDICADORES ADICIONAIS' in bold black letters.

13. INDICADORES ADICIONAIS

13. INDICADORES ADICIONAIS

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS					
INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS INDICADORES	PÁGINA	OMISSÕES IDENTIFICADAS	RAZÃO PARA A OMISSÃO	EXPLICAÇÃO PARA A OMISSÃO	VERIFICAÇÃO EXTERNA
CATEGORIA : ECONÓMICA					
Aspecto: Presença de Mercado					
G4-EC5	126				Não
G4-EC6	127				Não
Aspecto: Impactes Económicos Indirectos					
G4-EC7	127				Não
Aspecto Material: Práticas de Compras					
G4-EC9	127				Não
CATEGORIA SOCIAL					
SUB-CATEGORIA: PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO CONDIGNO					
Aspecto: Relações Trabalhistas					
G4-LA4	106				Não
Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades					
G4-LA12	102 a 104				Não
SUB-CATEGORIA: DIREITOS HUMANOS					
Aspecto: Investimentos					
G4-HR1	99				Não
G4-HR2	100				Não
Aspecto: Não Discriminação					
G4-HR3	99				Não
Aspecto: Liberdade de Associação e Negociação Colectiva					
G4-HR4	100				Não
Aspecto: Trabalho Infantil					
G4-HR5	99				Não
Aspecto: Trabalho Escravo					
G4-HR6	99				Não
Aspecto Material: Práticas de Segurança					
G4-HR7	100				Não
Aspecto Material: Direitos dos Povos Indígenas					
G4-HR8		Casos de violação de direitos dos povos indígenas	Não Aplicável	Não existem povos indígenas em Portugal pelo que o indicador não se aplica à Tratolixo	Não

Aspecto Material: Avaliação			
G4-HR9	99		Não
Aspecto Material: Avaliação de Fornecedores			
G4-HR10	99		Não
G4-HR11	99		
Aspecto Material: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Direitos Humanos			
G4-HR12	99		Não
SUB-CATEGORIA: SOCIEDADE			
Aspecto Material: Políticas Públicas			
G4-SO6	98		Não
Aspecto Material: Concorrência Desleal			
G4-SO7	94		Não
SUB-CATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO			
Aspecto Material: Saúde e Segurança do Cliente			
G4-PR1	96		Não
G4-PR2	93		Não
Aspecto Material: Comunicações de marketing			
G4-PR6	114		Não
G4-PR7	93, 114		Não
Aspecto Material: Privacidade do Cliente			
G4-PR8	93		Não

FICHA TÉCNICA

Design e paginação

Cláudia Quadros

GIC-Gabinete de Informação e Comunicação

Créditos Fotográficos

Arquivo TRATOLIXO



CASCAIS MAFRA OEIRAS SINTRA

4 Municípios 31 Freguesias 841.073 Habitantes 386.445t RSU/Ano



Silver Member



Empresa Associada

25 ANOS

TRATOLIXO-Tratamento de Resíduos, E.I.M.

Estrada 5 de Junho, nº1

Trajouce . 2785-155 São Domingos de Rana

Tel. 21 445 95 00 . Fax 21 444 40 30

www.TRATOLIXO.pt



Central de Digestão Anaeróbia